

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
CENÁRIO ECONÔMICO	4
A CEMIG	5
NOSSOS NEGÓCIOS	9
NOSSA ESTRATÉGIA	13
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	13
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	19
INVESTIMENTOS	27
MERCADO DE CAPITAIS	31
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS	34
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO	34
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	35
GERENCIAMENTO DE RISCOS	35
GESTÃO TECNOLÓGICA	36
RESPONSABILIDADE SOCIAL	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO (não auditado)	49
A CEMIG EM NÚMEROS	51
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	52
BALANÇOS PATRIMONIAIS	53
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	55
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	57
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	59
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	60
1) – CONTEXTO OPERACIONAL	60
2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	65
3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	71
4) – DAS CONCESSÕES	73
5) – DISPONIBILIDADES	76
6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES	76
7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS	78
8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”	78
9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE	80
10) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO	81
12) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	82
13) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	82
14) – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	85
15) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	85
16) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS	88
17) – INVESTIMENTOS	88
18) – IMOBILIZADO	98
19) – INTANGÍVEL	101
20) – FORNECEDORES	102
21) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	103
22) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	104
23) – ENCARGOS REGULATÓRIOS	107
24) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	108
25) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	113
26) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	119
27) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA	123
28) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES	124
29) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	125
30) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	125
31) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	125
32) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	128
33) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	129
34) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	129
35) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	130
36) – SEGUROS	136
37) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	137
38) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO E LIGHT SESA	137
40) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA	139
41) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE	141

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009

Senhores acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Cemig viveu, em 2009, uma extraordinária fase de realizações. Podemos afirmar, com certeza, que 2009 passa para a rica história da Empresa, como um marco, onde a nossa organização alcançou um novo patamar ao ampliarmos significativamente a nossa posição no setor de transmissão, com aquisições de participações na TAESA-Transmissora Alterosa de Energia Elétrica, ampliação de sua presença na TBE-Transmissora Brasileira de Energia, e na área de distribuição, com o incremento de nossa presença no capital da Ligth S.A. Somente esses três negócios representam investimentos superiores a R\$2 bilhões. Esses investimentos consolidam a Cemig como um dos maiores e principais grupos do setor de energia elétrica do Brasil e da América Latina. Em termos de Brasil, a Cemig encerra o ano como maior distribuidora em número de consumidores e km de linhas, terceira maior transmissora e terceira maior geradora.

É necessário destacar, em primeiro lugar, que essa expansão foi cuidadosamente planejada e consta do nosso Plano Diretor, sempre como o foco na orientação de crescer com sustentabilidade, ou seja, fazer uma expansão com rentabilidade, mantendo a solidez de nosso balanço e ampliando a nossa posição no cenário de energia elétrica do Brasil e com a firme posição de agregar valor para os nossos acionistas.

Em segundo lugar, cabe destacar que esse feito foi conseguido com êxito, em que pese o cenário caótico de crise que abalou as economias mundial e do Brasil no primeiro semestre de 2009. Cientes de que o momento era de oportunidade, a Cemig agiu com ousadia, mas sem perder, em nenhum momento, a responsabilidade de fazer negócios com a perspectiva de retorno seguro para a companhia e seus acionistas.

Terminamos 2009, ainda, como a maior comercializadora de energia elétrica do país. Mais, encerramos o exercício com um portfólio equilibrado de negócios. Para vencer a crise, cortamos custos, adotamos soluções financeiras inovadoras e driblamos a retração do mercado.

Como dissemos anteriormente, iniciamos o exercício sob os efeitos da crise internacional e deterioração das condições macroeconômicas, com a consequente restrição no crédito para as empresas, demanda interna mais fraca, queda no PIB e retração nos investimentos.

Nesse contexto de insegurança nossas operações foram afetadas. Observamos, por exemplo, uma redução em nosso mercado de consumidores industriais e também fomos bastante impactados pelos valores definitivos da revisão tarifária da Cemig Distribuição, nossa subsidiária.

Esses desafios, porém, foram vencidos, transformando 2009 num ano de oportunidades para CEMIG.

Superando a crise

Como empresa integrada, com negócios nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, conseguimos compensar a redução das operações de nossos consumidores industriais, através do aumento na venda para Distribuidoras no mercado regulado, em contratos de curto prazo e a preços mais vantajosos. Nossas vendas para esse segmento cresceram mais de 25%, e o faturamento consolidado do ano apresentou incremento de 1,4%.

Todos os contratos de nossa Geradora têm cláusulas de "take or pay" que asseguram a estabilidade de sua receita, mas nossas ações comerciais levaram à realocação da energia contratada e não utilizada pelos nossos clientes livres, trazendo mais resultados para a Companhia e reforçando nossa vocação para suprir soluções em energia.

Esses resultados demonstram o sucesso da nossa atividade de comercialização e fazem da Companhia a maior fornecedora de energia para o mercado de consumidores livres do Brasil.

Outro ponto a ser ressaltado é o nosso esforço na busca de redução dos custos operacionais. Continuamos com o Programa de Eficiência Operacional e com a implementação de iniciativas que contribuirão para melhorar nossas margens de rentabilidade nos próximos anos e para ampliar a geração de valor para os acionistas.

Entre as principais medidas adotadas, destacamos os programas de demissão incentivada, implementados em 2008 e 2009 e que contaram com a adesão de mais de 1.700 empregados. Essa diminuição no quadro de empregados terá um efeito positivo e permanente nas despesas e nos resultados da Companhia já a partir de 2010.

Em função dessas medidas, conseguimos superar a crise internacional e encerramos o ano com um lucro de R\$1.861 milhões, que ajustado pelos itens não recorrentes, alcança R\$2.020 milhões e representa um crescimento de 7,14% em relação ao ano anterior, quando também ajustado pelos itens não recorrentes. Da mesma forma, a geração de caixa, foi de R\$ 4 bilhões, medida pelo Lajida, e ajustada pelos itens não recorrentes, apresentou uma variação positiva de 4,7% em relação a 2008.

Tais resultados evidenciam que, em um cenário macroeconômico de menores incertezas, a Companhia está preparada para crescer de forma sustentável, mantendo o compromisso previsto no seu planejamento de ser uma das empresas consolidadoras do setor elétrico nacional.

Investimento em aquisições

Para dar suporte aos nossos planos, investimos, durante o ano, o expressivo montante de R\$1.802 milhões, devendo-se destacar, entre outros, a aquisição da participação acionária em conjunto com um fundo de investimentos de 65,85% na Taesa – Transmissora Aliança de Energia Elétrica (antiga Terna Participações), holding de transmissão de energia, que representou um marco para a Companhia em vários sentidos.

De início, deve ser lembrado que, em função dessa aquisição, passamos a ser o 3º maior grupo de transmissão de energia elétrica no Brasil, com a adição de 1.199 km de linha de transmissão ao nosso portfólio, agora de 7.506 km. Ressaltamos a inovadora estrutura de recursos para aquisição da Taesa, que contou com um Fundo de Investimentos em Participações - FIP, que tem entre os seus quotistas Fundos de Pensão e Instituições Financeiras, que enxergaram na parceria com nossa empresa uma fonte segura de ganhos para seus participantes e acionistas.

Adicionalmente, está prevista uma oferta pública de aquisição de ações em circulação da Taesa, ainda no 1º semestre de 2010, o que deverá aumentar a nossa participação acionária na empresa.

Outra aquisição na área de transmissão concluída em 2009 foi uma parcela adicional no capital da TBE - Empresas Transmissoras de Energia, grupo que controla investimentos em 8 empresas transmissoras. Representou uma aplicação de R\$ 483 milhões, que dobrou a nossa participação no capital dessas transmissoras. Somada à aquisição da Terna, a nova posição da TBE elevará a contribuição do negócio Transmissão – o de receita mais estável e previsível do setor elétrico – para o LAJIDA da Companhia.

Na atividade de distribuição, elevamos nosso investimento no capital da Light, distribuidora presente na segunda maior capital do País, Rio de Janeiro, e sede da próxima Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas de 2016, também em conjunto com um FIP, que implicará em praticamente dobrar a nossa participação no capital votante daquela empresa, (podendo alcançar 25%). Dessa forma estamos consolidando a nossa posição como o maior grupo no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. Essa operação será concluída após a anuência dos órgãos reguladores competentes e do BNDES.

Outros investimentos

Investimos um montante adicional de R\$1.810 milhões na expansão dos negócios atuais, destacando-se a atividade de distribuição, com aporte de R\$ 726 milhões na ligação de 230 mil novos consumidores. Nessa atividade, devem ainda ser mencionados os expressivos valores que desembolsamos anualmente na reforma e melhoria das redes, visando aumentar a confiabilidade do sistema elétrico e aprimorar os serviços que prestamos aos nossos consumidores.

Na atividade de distribuição, merece menção especial o Programa Luz para Todos. Desde o seu início já foram aplicados aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, levando energia a 207 mil novos consumidores da área rural e melhorando a qualidade de vida de mais de 1 milhão de mineiros, o que evidencia o impacto positivo das iniciativas da Companhia para a sociedade.

Em consonância com a tendência mundial de busca de alternativas sustentáveis de geração de energia para o futuro, cabe mencionar a aquisição de três parques eólicos no Estado do Ceará pelo valor de R\$ 223 milhões, com capacidade de geração de 99 MW. Ainda na área de geração, cabe destacar a entrada em operação da Hidrelétrica de Baguari, projeto implantando em parceria com Furnas e Neoenergia, e que se destaca pelo baixo impacto ambiental e alta eficiência.

Em decorrência de sua visão de futuro - voltada para a agregação de valor para os acionistas no longo prazo, aliada às melhores práticas de gestão corporativa, ao respeito pelo meio ambiente e ao bem-estar da sociedade, a Cemig foi incluída pela 10ª vez no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Mais do que isso, neste ano foi considerada a empresa líder mundial do supersetor de utilities, tornando-se uma referência mundial em sustentabilidade. A Cemig também foi incluída no novo índice de acompanhamento dos mercados internacionais, o Global Dow, sendo uma das três empresas brasileiras presentes na sua composição.

Em 2009, nossas ações tiveram um volume total negociado na BOVESPA de R\$ 11,8 bilhões, alcançando uma valorização de 23,1 %, implicando um valor de mercado de R\$ 17,6 bilhões, ou US\$ 10,1 bilhões, ao final do exercício

Em 2010, o Brasil deverá retomar o caminho do crescimento econômico sustentável, com o aumento dos investimentos em infraestrutura, maior demanda interna e aceleração das exportações, em consequência também da esperada melhoria do cenário econômico internacional. Nessa perspectiva, o setor elétrico e, mais especificamente, a CEMIG, têm um papel relevante como supridor da energia que viabilizará esse crescimento e contribuirá decisivamente para melhor qualidade de vida dos brasileiros.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo comprometimento e competência, como também a confiança dos nossos mais de 100 mil acionistas, espalhados por todos os continentes e, em especial, de nosso acionista controlador, o Governo de Minas Gerais. É essa convergência de interesses e comprometermos, visando ao crescimento da Companhia com agregação de valor, que faz da CEMIG a melhor energia do Brasil. Crescemos em 2009 de forma extraordinária, e na mesma proporção, também aumenta a nossa responsabilidade de manter o nosso foco em resultados melhores, de forma sólida consistente e sustentável.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2009 foi impactado pelos reflexos da crise financeira internacional iniciada em 2008, mas a partir do 2º semestre foi iniciada a recuperação da economia, embora alguns indicadores ainda não tenham voltado aos níveis verificados antes da crise. O PIB brasileiro apresentou em 2009 uma retração de 0,2%. Apesar disso, o Brasil entrou em 2010 com o reconhecimento internacional pela capacidade de enfrentar a crise com sucesso, sinalizando com a continuidade do bom desempenho econômico verificado nos últimos anos. Para enfrentar a crise o Governo Brasileiro, entre outras medidas, reduziu impostos em determinados setores da economia e o volume dos depósitos compulsórios, o que contribuiu para uma expansão do crédito e a reversão da tendência de queda dos indicadores econômicos.

Apesar da recuperação do setor industrial e da postura brasileira frente à crise internacional, as exportações brasileiras foram negativamente impactadas, com redução de aproximadamente 23% frente à verificada no ano anterior, fato também verificado nas importações. Como consequência, a balança comercial fechou o ano de 2009 com um superávit de R\$24,6 bilhões, 1,4% menor que o registrado em 2008.

Para o ano de 2010, as estimativas apontam para um crescimento econômico aproximado de 5% no PIB brasileiro. Essa tendência é puxada pelas empresas voltadas para bens de capital, principalmente a construção civil. As oportunidades de crescimento na economia brasileira serão alavancadas pelos investimentos nas reservas petrolíferas do Pré-Sal e pelas necessidades de investimentos na preparação da infraestrutura para a copa do mundo em 2014 e das olimpíadas em 2016. Os principais setores da economia afetados serão turismo e hotelaria, com reflexos nos demais setores e contribuindo para geração de novos empregos.

A expectativa de crescimento da economia brasileira previsto para os próximos anos terá um impacto direto no consumo de energia elétrica. Nesse sentido, grandes serão os desafios para o setor elétrico, no que se refere aos investimentos requeridos, especialmente no setor de geração, de forma a garantir o crescimento da economia brasileira de forma sustentável.

A CEMIG

A Cemig é uma empresa mista de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex). Nos últimos quatro anos, o valor de mercado da Cemig passou de R\$ 14 bilhões para R\$ 18 bilhões. Suas ações constam há dez anos no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2009, foi a única empresa do setor na América Latina escolhida pelo Dow Jones Sustainability Index como uma das melhores empresas de energia do mundo e foi mais uma vez eleita a líder mundial em sustentabilidade do supersector de “utilities”.

A Cemig é hoje a maior empresa integrada do setor de energia elétrica, sendo o terceiro maior grupo gerador, com um parque gerador formado por 65 usinas hidrelétricas, térmicas e eólicas, com uma capacidade instalada de 6.716 GW, terceiro maior grupo transmissor com 7.506 km de linha, presença em 13 estados do Brasil e no Chile e o maior grupo distribuidor, sendo responsável por aproximadamente 12% do mercado nacional, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, através da sua controlada integral Cemig Distribuição S.A e da controlada em conjunto Light.

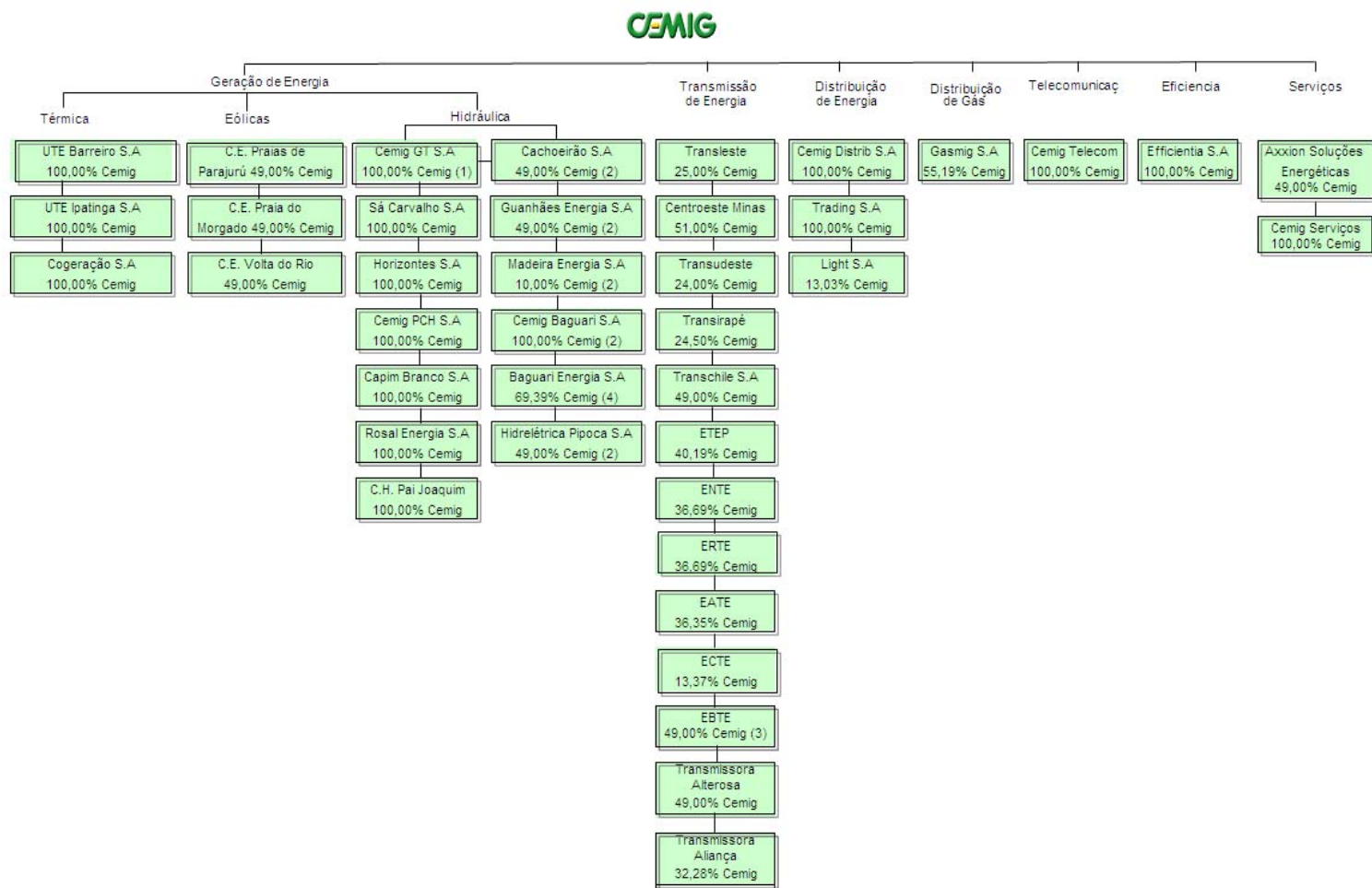
O Grupo Cemig é Constituído por 59 empresas e 10 consórcios e é controlado por uma holding (“Cemig”), com ativos e negócios em 19 estados brasileiros e no distrito federal e também no Chile. Possui, também, investimentos em distribuição de gás natural, transmissão de dados e provimento de soluções energéticas.

A Empresa possui ampla experiência no projeto e construção de instalações elétricas, desde grandes usinas até pequenas unidades solares para atendimento aos consumidores das localidades remotas. Esta experiência fez com que investidores se juntassem a ela para o desenvolvimento de novos projetos de geração, acelerando assim a expansão da capacidade existente para permitir o atendimento da demanda de eletricidade.

Estrutura Societária

A CEMIG está em pleno processo de expansão no Brasil e no exterior. Sua estrutura societária no ano de 2009 apresenta uma significativa alteração. Além do aumento de participação na Light e nas empresas transmissoras do grupo TBE, a Companhia agrega diretamente à sua estrutura mais 5 empresas, sendo 3 eólicas e 2 transmissoras.

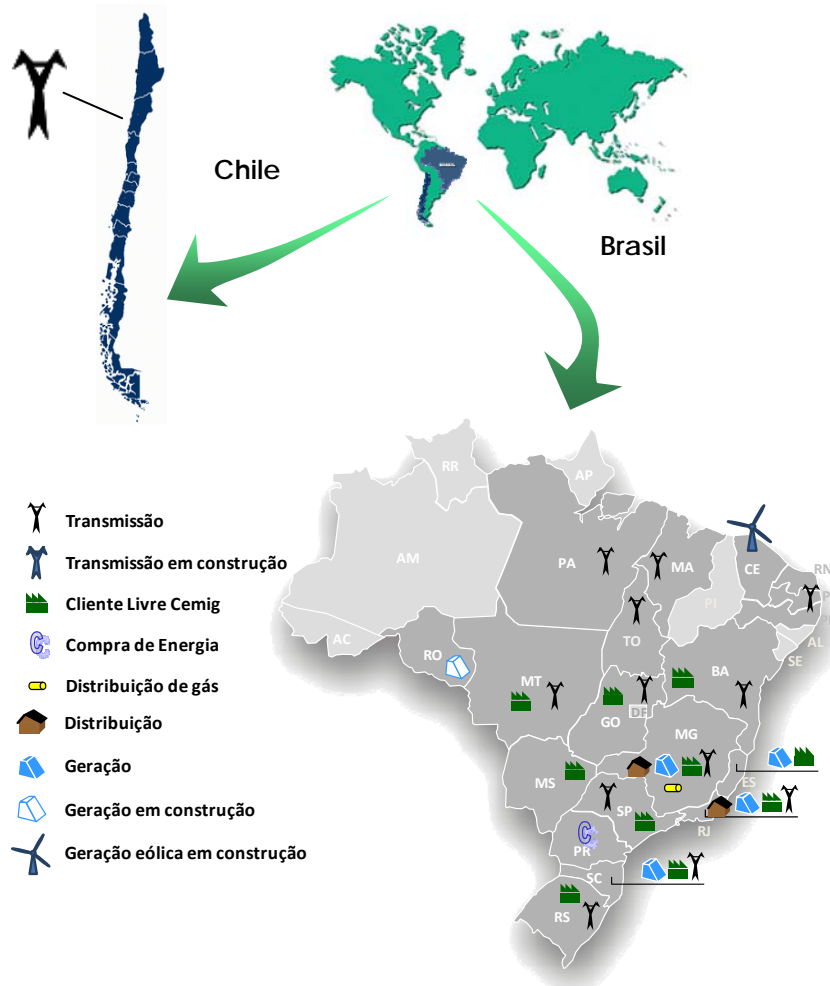
Com a cisão parcial da Rio Minas Energia Participações (“RME”), controladora da Light S.A., a Cemig passa a ter participação direta na Light S.A. de 13,03%. A Cemig encontra-se em processo de aquisição de participação indireta na Light, através de uma SPE que será criada para o devido fim. Após o processo final de aquisição a Cemig passará a ter uma participação, direta e indireta, de 26,06% na Light S.A. Mais explicações na Notas Explicativas 03 e 17 das Demonstrações Financeiras.



- (1) Possui também atividades de transmissão de energia elétrica
- (2) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de geração e comercialização de energia. Empresas em fase pré-operacional.
- (3) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de transmissão de energia. Empresas em fase pré-operacional.
- (4) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari Empresas

Atuação Geográfica

Conforme pode ser observado no mapa abaixo, a CEMIG atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, com previsão de início de operação no 1º semestre de 2010.



Governança Corporativa

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Em 2009, foram realizadas 25 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2009 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, existe, atualmente, uma estrutura interna de 23 comitês, composta de executivos de diversas áreas da Empresa, para suportar a tomada de decisões estratégicas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a partir do suporte de critérios técnicos. Destes, destacamos:

- Comitês de priorização do orçamento - tem por finalidade assessorar nas deliberações e gerenciamento de projetos de investimentos e outros projetos em geral das Empresas e áreas de negócio;
- Comitê de crédito - tem caráter permanente e a finalidade de estabelecer e resguardar o cumprimento das políticas e diretrizes relativas a procedimentos financeiros e comerciais;

- Comitê de gerenciamento de riscos de energia – tem a finalidade de propor para aprovação da Diretoria Executiva e ou Conselho de Administração políticas e procedimentos com o objetivo de minimizar os riscos nas contratações de compra e venda de energia;
- Comitê de controle e gestão - promover discussão sobre as atividades das áreas de controle e gestão, se constituindo num fórum de compartilhamento das melhores práticas;
- Comitê de planejamento estratégico - implementar diretrizes para as operações que envolvam risco financeiro; e,
- Comitê de manutenção do plano de cargos e remuneração - avaliar, assessorar, recomendar, uniformizar e manter os critérios e procedimentos pertinentes ao Plano de Cargos e Remuneração.

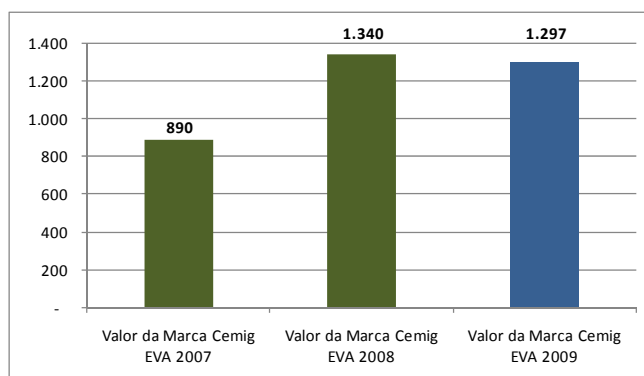
Valor da Marca CEMIG

A Cemig, de forma pioneira no mercado de energia, avalia desde 2007 a sua marca com objetivos estratégicos de gestão e mitigação de risco. Criou-se um painel de indicadores da marca Cemig integrado ao Balanced Scorecard da empresa, bem como todo um processo interno de gestão e acompanhamento.

A força de sua marca pode ser vista no relacionamento com clientes, acionistas, formadores de opinião (tais como mídia especializada, ambientalistas, ONGs, Prefeituras, entre outras), investidores e empregados.

O valor da Marca Cemig foi calculado pelo método baseado no Uso Econômico pela Brand Finance, uma das principais empresas do mundo especializadas em valoração de marcas. De acordo com a metodologia, procurou-se conhecer o valor futuro do fluxo de lucro gerado pela marca em função do pacto feito com seu cliente e demais stakeholders, sendo o cálculo baseado no valor descontado dos lucros futuros gerados pela marca, segregando-se entre o lucro atribuído aos ativos tangíveis e intangíveis.

A determinação da contribuição da marca ao negócio vem sendo realizada a partir de uma pesquisa quantitativa junto aos públicos, avaliando o desempenho da Marca Cemig nos seguintes drivers de valor: Credibilidade, Confiança & Solidez da empresa, Inovação e Tecnologia, Ética e Transparência, Qualidade, Práticas de Gestão, Desenvolvimentista, Imagem, Tarifa/Condições de Contrato, Suporte Técnico/Atendimento, Responsabilidade Socioambiental, Associação com o Estado. Com isto, o valor da marca Cemig pode ser sumarizado, conforme a seguir, considerando-se a visão dos acionistas nos negócios de geração & transmissão e distribuição.



Obs.: Na visão Acionista usou-se o capital investido a valores atualizados.
EVA – Economic Value Added (Valor Econômico Adicionado)

NOSSOS NEGÓCIOS

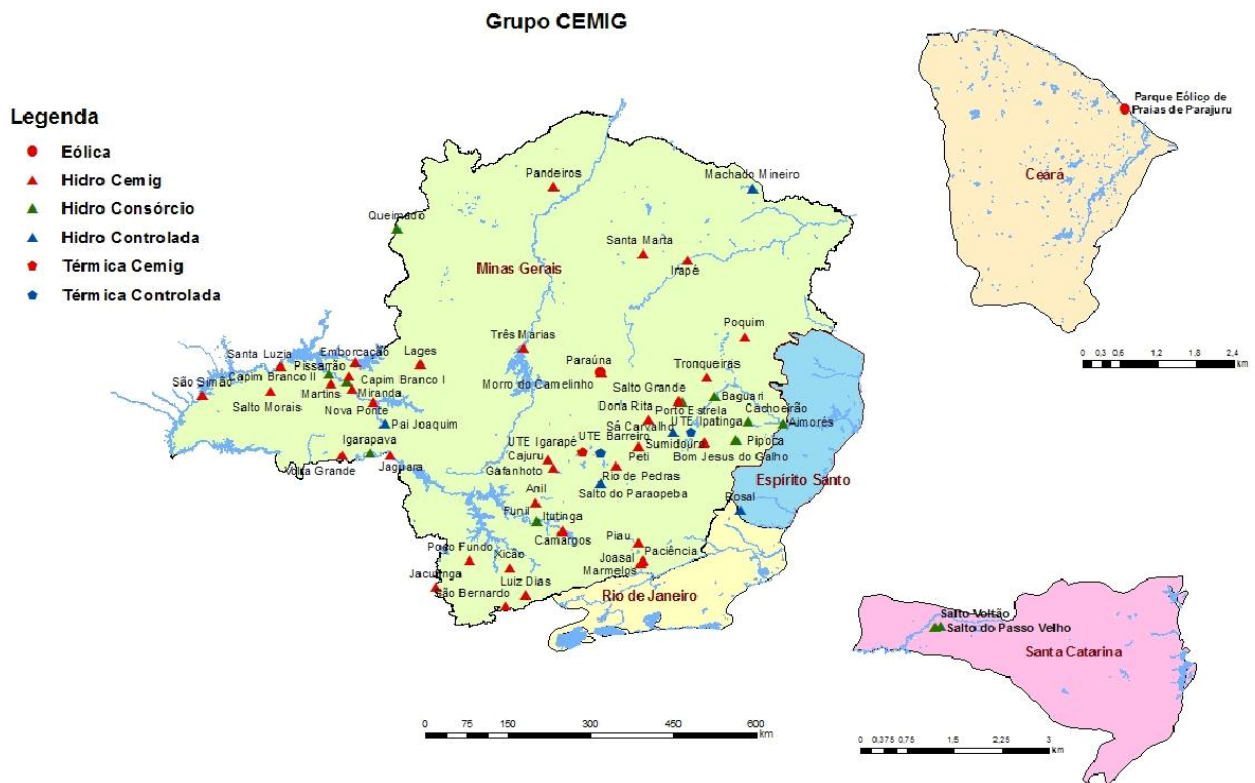
Geração

Desde a sua criação, a Cemig sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica, através de hidrelétricas. Grandes obras e imensos desafios, a Empresa marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais também contribuiu para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural.

Pequenas, médias ou grandes usinas, gerada pela força da água, do calor ou dos ventos, são 6.716 MW de capacidade instalada, que colocam o Grupo Cemig em terceiro lugar entre as maiores geradoras do País.

Por meio de suas controladas e coligadas de geração, a CEMIG possui, em operação, 65 usinas, sendo 59 hidrelétricas, 4 termelétricas e 2 eólicas.

O mapa a seguir mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica em operação da CEMIG.



Transmissão

A transmissão cresceu no Brasil significativamente nos últimos anos, permitindo a otimização energética, além de minimizar as restrições no atendimento ao mercado brasileiro e o risco de racionamento em função da não interligação do sistema nacional. A previsão do mercado para os próximos anos é de crescimento ainda mais acelerado, com a complementação da integração dos grandes projetos de geração no Norte do País ao sistema interligado nacional.

O ambiente de competição e a expansão do sistema com leilões de linhas trouxe um novo olhar para o setor de transmissão. “A Cemig seguiu a tendência do mercado, buscando oportunidades de crescimento com agregação de valor, através da participação em empresas transmissoras, merecendo destaque a aquisição em 2009 de participação na Taesa.

A Cemig opera, através de suas controladas e coligadas de transmissão de energia elétrica, uma rede de transmissão de 7.506 km, sendo o 3º maior grupo de transmissão de energia do País.

Distribuição

Somos o maior grupo de distribuição de energia do País, com papel de destaque em Minas Gerais e Rio de Janeiro através da Cemig Distribuição e Light, atendendo a mais de 10 milhões de consumidores.

A Cemig Distribuição detém uma concessão de distribuição em Minas Gerais que lhe outorga direitos exclusivos de fornecer energia elétrica a consumidores dentro de sua área de concessão, ressalvados os consumidores que possam se enquadrar, em conformidade com a legislação, como consumidores livres (atualmente consumidores com demanda igual ou superior a 3MW).

A Cemig Distribuição S.A. é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 443.525 km de redes de distribuição (90.180 em área urbana e 353.345 de redes rurais) e 16.663 km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão. Sua área de atuação abrange 774 dos 853 municípios de Minas Gerais, com 6,8 milhões de consumidores.

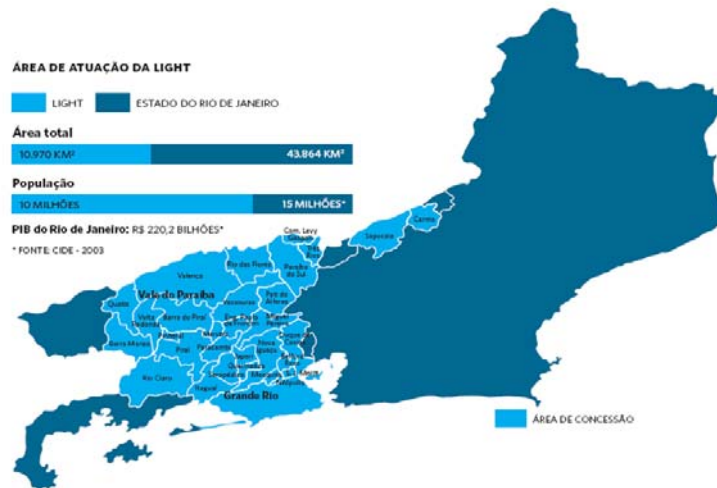
A Cemig Distribuição S.A. possui ainda o maior índice de atendimento a consumidores de baixa renda do Brasil, qual seja, 42,9% do total de consumidores da classe residencial, representando aproximadamente 2,4 milhões de consumidores de baixa renda.

Área de Atuação da Cemig Distribuição S.A.:



Nossa controlada em conjunto Light S/A, atua na distribuição de energia elétrica por meio da Light Serviços de Eletricidades S.A., são mais de 3,9 milhões de consumidores atendidos em uma área de 10.970 km² do Estado do Rio de Janeiro, servindo cerca de 10 milhões de pessoas, de um total de 15,4 milhões de habitantes.

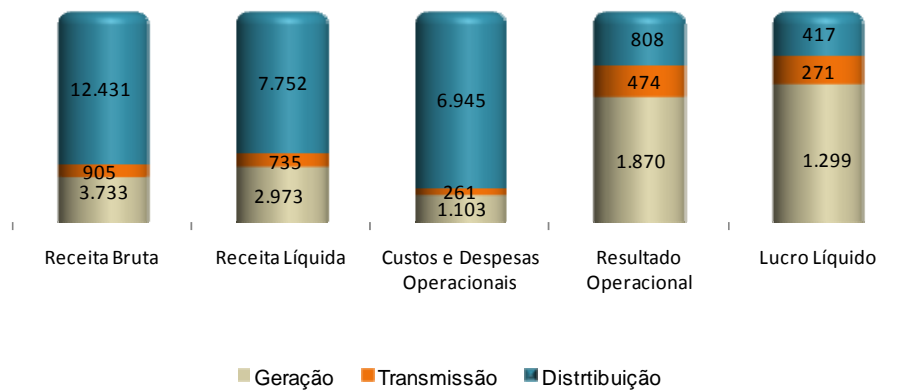
A Light divide sua área de concessão em três regionais: Metropolitana, Grande Rio e Vale do Paraíba, com o objetivo de tornar o atendimento mais eficaz e estar próxima do cliente.



Outros Negócios

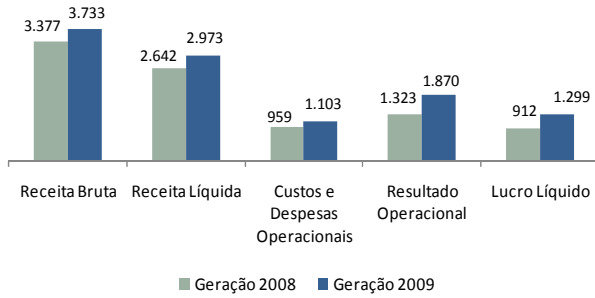
Embora nosso principal negócio seja a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, dedicamos também ao negócio de distribuição de gás natural em Minas Gerais por intermédio da Gasmig, nossa controlada. Ademais, atuamos no setor de telecomunicações por meio de nossa controlada Cemig Telecom (antiga Infovias), empresa criada para fins de prestação de serviços de rede de fibra óptica e de cabos coaxiais instalada ao longo de nossa rede de transmissão e distribuição por meio das quais serviços de telecomunicações podem ser prestados.

Posição dos principais itens de resultado nos negócios mais relevantes da Companhia em 31 de dezembro de 2009:

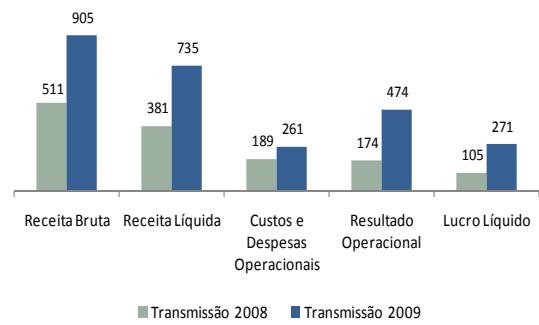


Variação dos principais itens de resultado nos negócios mais relevantes da Companhia:

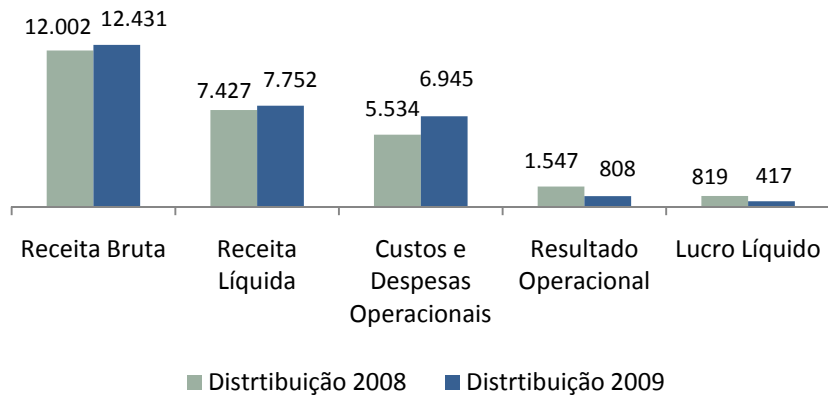
Geração



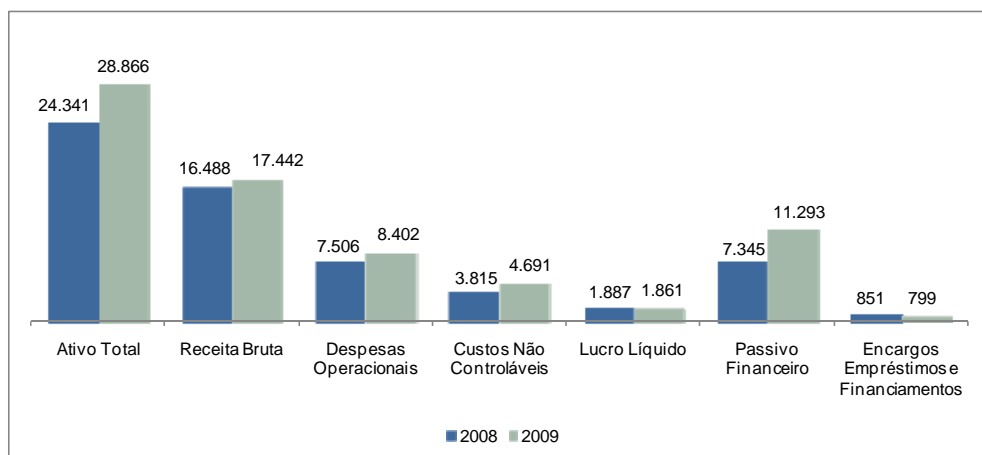
Transmissão



Distribuição



Consolidado



NOSSA ESTRATÉGIA

O planejamento estratégico é pautado no Plano Diretor previsto para o período 2005/2035. Em 2009, a nova visão de futuro da Companhia foi definida pelos principais envolvidos na governança e gestão da empresa: conselheiros, diretores e superintendentes.

A nova visão de futuro da Cemig é: “Estar, em 2020, entre os dois maiores grupos de energia do Brasil em valor de mercado, com presença relevante nas Américas e líder mundial em sustentabilidade do setor”.

A Cemig mantém o foco em ampliar sua participação no mercado de energia elétrica e gás no território nacional, dentro dos limites regulatórios e incrementar o processo de internacionalização.

A empresa busca a geração de valor para seus acionistas e a sociedade, com responsabilidade social e ambiental. Além disso, possui uma política consistente de distribuição de dividendos, definida pelo Plano Diretor e seu portfólio equilibrado de negócios permite uma adequada gestão de riscos empresariais.

Assim, a Cemig quer ser referência de crescimento no setor elétrico, buscando constantemente as oportunidades de aquisição de novos ativos, o aumento da participação nos leilões da expansão de geração e de transmissão e a eficiência operacional dos ativos.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Comercialização de Energia Elétrica

Leilões de Energia Elétrica

A participação da CEMIG nos leilões do ambiente de contratação regulada teve como grande destaque a venda efetuada pela Cemig GT no 9º Leilão de Ajuste, ocorrido em 20 de fevereiro de 2009. Esta modalidade de certame tem por objetivo complementar a disponibilidade de energia necessária ao atendimento do mercado consumidor das concessionárias de distribuição até o limite de 1% deste requisito. Excepcionalmente, para o ano de 2009, a ANEEL estabeleceu o limite de 5% da carga total contratada pelos agentes de distribuição.

A estratégia adotada de renegociação de contratos de seus clientes livres, aceitando devoluções de energia face à redução de consumo provocado pela retração econômica, possibilitou à Cemig GT uma maior disponibilidade para atuar no leilão, constituindo-se no maior vendedor considerando tanto a receita quanto o volume comercializado e com impactos positivos relevantes no resultado de 2009 da Companhia

Essa iniciativa propiciou, também, uma satisfação aos clientes livres da Empresa que tiveram a oportunidade de devolverem a sua energia não consumida em condições financeiras melhores do que aquelas que teriam na liquidação compulsória no mercado de curto prazo, conforme prevê as atuais Regras de Comercialização. A tabela abaixo demonstra os números da Cemig GT no certame:

(Não auditado pelos auditores independentes)

Prazo	Volume (MW médios)	Preço(R\$/MWh)	Receita total (R\$ MIL)
04 meses	80,05	145,59	102.095
07 meses	181,90	145,79	232.299
Total:	261,95	145,73	334.394

A Cemig GT promoveu no ano de 2009 um total 48 leilões, entre compras e vendas de energia, comercializando um volume de 19.044 GWh e participou de um total de 37 leilões de compra e venda de terceiros, comercializando um volume de 335.360 GWh. Desta maneira a empresa comercializou um volume total de 354.404 GWh.

(Não auditado pelos auditores independentes)

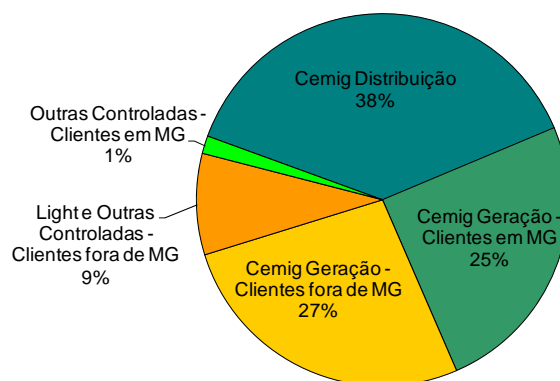
Energia (GWh)		Leilões	
Próprio – Curto Prazo	2.403	Próprio – Curto Prazo	15
Próprio – Longo Prazo	16.641	Próprio – Longo Prazo	33
Total Próprio	19.044	Total Próprio	48
Terceiros – Curto Prazo	5.022	Terceiros – Curto Prazo	12
Terceiros – Longo Prazo	330.338	Terceiros – Longo Prazo	25
Total Terceiros	335.360	Total Terceiros	37
Total Geral	354.404	Total Geral	85

A estratégia de atuação da Cemig GT nos leilões de energia do Ambiente de Contratação Livre está embasada por premissas estabelecidas pela companhia, como uma curva de preços futuros aprovada e pelo Balanço Estrutural de Energia, o qual define a disponibilidade a ser direcionada para os agentes deste mercado.

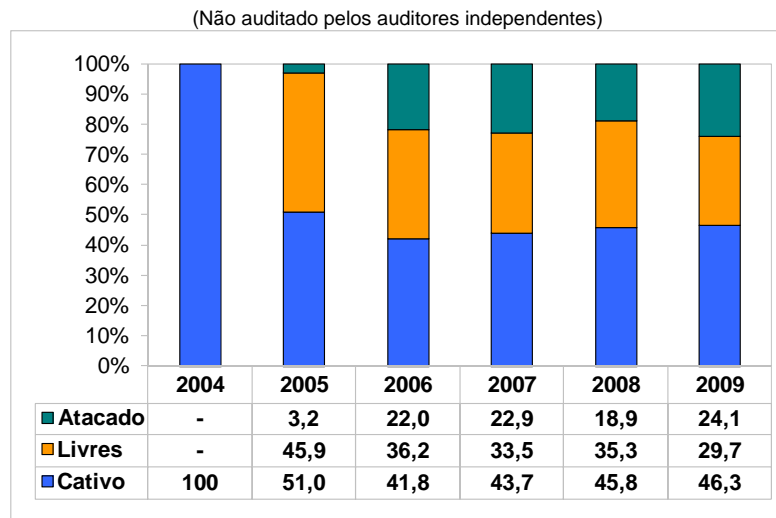
Todas as operações são analisadas considerando as melhores práticas de governança corporativa e devem agregar valor aos resultados projetados, maximizando a receita e o lucro líquido além de minimizar a volatilidade do fluxo de caixa operacional.

Evolução do Mercado de Energia

O mercado consolidado da CEMIG compreende as vendas efetuadas pelas empresas Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., Light e outras controladas. Por meio dessas empresas, a CEMIG atua em todos os segmentos da indústria de energia elétrica e, com um diversificado portfólio, atende a consumidores finais cativos e livres (dentro e fora do Estado de MG), além de comercializar energia com outros agentes que atuam nesse mercado.



Após a forte migração de clientes cativos para o ambiente de livre contratação verificada em 2005, o direcionamento de parte da energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. para o segmento regulado (Leilão), e os efeitos da consolidação da RME-Light, cuja aquisição ocorreu em agosto de 2006, refletindo no aumento de participação do segmento cativo, o mercado consolidado tem a estrutura.



Fornecimento de Energia Elétrica

O volume de vendas de energia da CEMIG no exercício de 2009 manteve-se em linha quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse resultado deveu-se ao desempenho positivo das classes Residencial e Comercial e ao aumento das vendas no ambiente regulado, que compensou a redução da classe Industrial. Ressalta-se que os impactos da crise financeira no mercado da CEMIG vêm sendo administrados por meio de estratégias comerciais e a coordenação entre as necessidades e oportunidades dos diversos clientes e mercados que compõem o portfólio da empresa.

As vendas representaram um acréscimo de 1.146 GWh nas vendas totais consolidadas, considerando 25% da energia vendida pela Light.

Venda de Energia – GWh							
Classe	2005	2006	2007	2008	2009	Relação % 2009	Var.% 2009/2008
Industrial	23.472	23.973	24.686	26.681	22.638	37,17	(15,15)
Residencial	6.590	7.430	8.649	9.011	9.744	16,00	8,13
Comercial	3.754	4.439	5.549	5.886	6.197	10,17	5,28
Rural	1.941	1.942	2.212	2.308	2.221	3,65	(3,77)
Outros	2.573	2.970	3.507	3.575	3.635	5,97	1,68
Total Vendido a Consumidores Finais	38.330	40.754	44.603	47.461	44.435	72,96	(6,38)
Suprimento (1)	1.255	11.472	13.236	12.249	16.402	26,93	33,90
Consumo próprio	29	37	53	52	51	0,08	(1,92)
Vendas no PROINFA	-	-	-	-	20	0,03	-
Total	39.614	52.263	57.892	59.762	60.908	100,00	1,92

(1) Inclui contratos de comercialização de energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes do setor.

Considerando a venda a consumidores finais, a energia faturada em 2009 apresentou desempenho negativo, indicando uma redução de 6,38% em relação a 2008, reflexo da desaceleração da economia mundial que impactou negativamente o desempenho da classe industrial. As variações nas principais classes de consumo podem ser explicadas pelos seguintes fatores:

- **Residencial:** Crescimento de 8,13% no volume de energia faturada. O desempenho dessa classe pode ser explicado pelo crescimento vegetativo associado à influência positiva de variáveis macroeconômicas relacionadas com o consumo das famílias (aumento real da massa de salários, transferências de renda por parte do governo, aumento real do salário mínimo, baixa inflação

levando a uma menor perda de poder de compra do trabalhador, expansão do volume de crédito para pessoas físicas e crescimento das vendas de eletro-eletrônicos) e variáveis climáticas.

- **Industrial:** Decréscimo de 15,15% no montante de energia faturada, associado à redução de 12,4% no fornecimento aos clientes cativos e parcialmente livres (clientes híbridos) e de 16,0% no volume de energia comercializada para os clientes livres. Este setor foi afetado de forma significativa pela crise financeira internacional, notadamente na cadeia extrativa mineral e metalurgia. Além desse impacto, a base de consumo dos clientes livres em 2008 foi elevada em virtude de alguns clientes terem feito uso de flexibilidades contratuais, ampliando as compras de energia nos primeiros meses de 2008, devido ao aumento do preço de curto prazo (PLD) naquele período. A partir de março de 2009, observa-se uma recuperação do consumo, mas ainda em patamares abaixo dos verificados até o desdobramento da crise financeira.
- **Comercial:** Crescimento de 5,28% no volume de energia faturada. Dezesesseis ramos de atividade, dentre os dezoito analisados, continuam em ritmo positivo de crescimento, com destaque para: Comércio Varejista, Alojamento e Alimentação, Serviços de Comunicação, Serviços Auxiliares Diversos, Serviço de Saúde, Comércio Atacadista, Instituições Financeiras e Serviços de Radiodifusão Televisão e Diversão.

Reajuste/revisão tarifária das distribuidoras e transmissoras

Revisão tarifária da Cemig Distribuição.

A ANEEL procedeu ao reajuste das tarifas de fornecimento e TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - da Cemig Distribuição S.A. para o período de abril de 2009 a março de 2010. Em 07 de abril de 2009 foi publicada a Resolução Homologatória nº 797/2009 que estabelece as novas tarifas em vigor a partir de 08 de abril de 2009. A Nota Técnica nº 116/2009-SRE/ANEEL e o voto da diretoria da ANEEL fornecem informações mais detalhadas dos valores reconhecidos pela agência reguladora. O efeito médio do reajuste foi de 6,21% e está sendo aplicado de forma diferenciada por classe de consumo. O efeito na fatura dos consumidores de baixa tensão foi de 4,87% enquanto nas tarifas dos consumidores de alta tensão a variação foi em média de 9,42%.

O resultado do reajuste tarifário anual já incorpora o impacto da definição do resultado definitivo da revisão tarifária da Cemig Distribuição S.A. que apresentou percentuais recalculados de -19,62% ante o resultado provisório de -18,09%.

Revisão tarifária da Light SESA

Em outubro de 2009, a ANEEL estabeleceu o reposicionamento tarifário definitivo da Light Serviços de Eletricidade S/A em 2,06% para o período novembro de 2008 a novembro de 2013, englobando todas as classes de consumo.

As principais alterações introduzidas pela ANEEL, face ao que havia sido estabelecido provisoriamente em novembro de 2008, são: (i) A empresa de referência passa de R\$575MM para R\$583MM, ou seja, R\$8MM acima do resultado provisório de 2008; (ii) A redução dos investimentos anuais de R\$390M para R\$364MM e (iii) a definição de trajetória descendente de perdas não técnicas, de 38,98% para 31,82% do mercado de baixa tensão no último ano do ciclo.

Revisão tarifária da Cemig GT

Em 25 de junho de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel publicou o resultado da primeira revisão tarifária periódica sobre toda a base de ativos da Cemig Geração e Transmissão S.A. através da resolução homologatória nº 836, fixando o reposicionamento tarifário de 5,35% aplicado sobre as parcelas de receita anual permitida (RAP), retroagido à 01/07/2005, bem como revogou o resultado da resolução homologatória nº 493, de 26/06/2007, que estabelecia a redução de 24,58% na receita dos ativos da Rede Básica Novas Instalações – RBNI.

Ao percentual de aumento da receita da revisão tarifária foi adicionado o reajuste anual estabelecido em contrato de concessão, que é a variação acumulada do IGP-M no período de junho de 2008 a maio de 2009, cujo percentual foi de 3,64 %. O total do aumento da receita este ano foi de 9,18 %.

A revisão tarifária da Transmissora ocorre a cada quatro anos. Como a última deveria ter ocorrido em 2005, a próxima revisão seria em 2009, mas a Aneel adiou o processo para 2010, uma vez que a metodologia a ser aplicada ainda não foi concluída, mas os resultados serão retroativos a 2009.

Proteção da Receita - Gestão das Perdas

As perdas não técnicas da Cemig Distribuição S.A. encontram-se em torno de 2,3% do montante de energia injetada no sistema de distribuição, sendo que a média nacional situa-se em torno de 5%. Apesar do aumento das perdas não técnicas após o racionamento de energia ocorrido em 2001, este percentual estabilizou-se nos últimos 2 anos.

Estima-se que os resultados de recuperação do consumo de energia durante o período de irregularidades totalizarão 190 GWh em 2009, representando um aumento de 12% em relação ao valor obtido em 2008. Assim, a receita adicional proveniente das atividades de gestão das perdas não técnicas em 2009 será de aproximadamente R\$103 milhões.

Em 2009, visando melhorar ainda mais a capacidade de reação da empresa ao aumento da prática de irregularidades, foram implementadas várias ações, das quais se destacam:

- ❑ Desenvolvimento / Aprimoramento, no Sistema de Gestão de Clientes (SGC/SAP), de ferramenta para seleção de alvos de inspeção, inserindo inteligência artificial, com a análise de probabilidade e estimativa de perda de consumo faturado para cada unidade consumidora com suspeita de irregularidade, buscando maior eficiência na identificação de unidades com irregularidade e potencialização dos resultados do processo.
- ❑ Incremento nas atividades de corte por inadimplência e inspeção de unidade consumidora com suspeita de irregularidade.
- ❑ Execução do Projeto de Agregação de Valor da Medição, focando na blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, substituição de medidores obsoletos e medição de alimentadores de média tensão.

Qualidade no fornecimento

Indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC) da Cemig Distribuição:

Indicador	Unidade	Meta	Realizado
Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor - FEC	Nº interrupções /ano	9,72	6,76
Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor- DEC	Horas/ano	13,20	14,09

Cerca de 59% das interrupções sustentadas de energia em 2009 tiveram origem em causas externas ao sistema (fenômenos naturais e meio ambiente), 30% de origem interna (falhas de equipamentos, falha humana, erros de manobra, etc.) e 11% foram interrupções programadas. Dentre as principais causas externas, a descarga atmosférica contribuiu com 27%, o contato de pássaros e animais na rede com 10% e a arborização com 8% do total.

Para os indicadores DEC e FEC são registradas interrupções programadas e não programadas. No anos de 2009, foi identificado um número maior de interrupções decorrentes de fortes temporais acontecidos em praticamente todas as regiões do Estado, com intensidade maior do que as verificadas em anos anteriores.

Em 2009, foram aplicados R\$ 59 milhões em manutenção preventiva (limpeza de faixa, poda, troca de cruzetas, manutenção em estruturas, troca de postes, transformadores e cabos deteriorados), e R\$ 14 milhões em reformas de rede (blindagem de redes, reforma de circuitos e interligação de circuitos).

Para 2010, serão aplicados R\$ 82 milhões na manutenção preventiva e R\$ 37 milhões na reforma de rede. A aplicação dos recursos objetiva a redução do número de interrupções não programadas, melhorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Outra ação importante é a alteração do patamar tecnológico, com investimentos sistemáticos em automação do sistema elétrico, o que permitirá o restabelecimento automático e remoto do fornecimento de energia após a ocorrência de interrupções.

Política de atendimento

Dando prosseguimento às ações para efetivação de seu Plano Estratégico, a Cemig tem consolidado um conjunto de Práticas de Relacionamento Comercial com seus clientes alicerçado, principalmente, na qualidade de seus produtos e serviços, na preservação da credibilidade e presença junto aos clientes, aos acionistas e à sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda a sua área de atuação.

Nesse sentido, além dos canais já existentes, tais como Fale com a Cemig; Agências de Atendimento; Agentes de Relacionamento, Agência Virtual e Postos de Atendimento Simplificado (PAS), a Cemig vem trabalhando fortemente no estreitamento do relacionamento com os clientes através:

- Início da implementação da Representatividade da Cemig que prevê atendimento presencial em todos os 774 municípios da área de concessão através da implantação dos Postos Cemig Fácil – PCF, onde, por meio de credenciamento de agentes para a realização de atendimento, já permitiu a implantação de 26 pontos de atendimento em cidades mineiras com menos de 6.000 unidades consumidoras residenciais;
- Implementação da Rede de Integração - Olho no Cliente em Ação com o objetivo de alinhar pessoas, processos e iniciativas em prol da melhoria do atendimento aos clientes, sendo composta por equipes multidisciplinares de todas as gerências da Diretoria de Distribuição. Essa rede formaliza referências e representantes de cada processo que, buscando a solução dos problemas técnicos e/ou operacionais, privilegia a desburocratização através do investimento em ferramentas já existentes e no contato entre as pessoas envolvidas.

Dentro do Projeto Representatividade, foram elaborados estudos a partir das características dos municípios e definida estratégia de atuação considerando as seguintes premissas:

- Garantia da qualidade dos serviços de atendimento;
- Fortalecimento da imagem da Cemig nos municípios;
- Incremento da qualidade percebida, com impactos positivos nas pesquisas de satisfação;
- Prática de custos aderentes aos estabelecidos pela Empresa de Referência e ao orçamento;
- Otimização do mix de canais de atendimento de forma a buscar o melhor custo médio por atendimento, reduzindo demandas comerciais para o Call Center;
- Garantia da uniformidade de procedimentos e uniformidade visual de acordo com o porte do municípios;
- Garantia do controle e a rastreabilidade dos serviços prestados; e
- Provimento de uma solução de longo prazo sustentável.

A estratégia contempla os critérios apresentados no quadro a seguir:

Classe	UC resid.	Atendimento (critério Aneel)	Municípios	População	Estrutura
A	> 100 mil	8 h / dia	6	28 %	Dedicada 154 municípios (20%) 73% da População
B	50 a 100 mil		6	9 %	
C	10 a 50 mil		78	28 %	
D	6 a 10 mil		64	9 %	
E	2 a 6 mil	4 h / dia	247	17 %	Compartilhada 620 municípios (80%) 27% da população
F	até 2 mil	8 h / semana	373	10 %	
			Σ 774		

Nos 154 municípios classificados nas categorias A, B, C e D (20% dos municípios), serão mantidas as atuais agências e serão implantadas 28 novas Agências de Atendimento com estrutura dedicada e funcionamento 8 horas/dia e 4 horas/dia de acordo como porte. Esta estrutura terá uma abrangência de 73% da população da área de concessão.

Para os demais 620 municípios (80% do total), abrangendo 27% da população da área de concessão, a Cemig estabelecerá parcerias com o comércio local.

Nestes locais, todos os serviços prestados pela Cemig poderão ser solicitados: histórico de consumo, segunda via de conta, ligação de energia, troca de titularidade, reclamações de falta de energia e iluminação pública, dentre outros.

A Agência Virtual, que já tem 17 serviços disponíveis e registra cerca de 400 mil atendimentos mensais, é um dos pilares do Projeto Representatividade. Através da Internet, os estabelecimentos contratados acessam os sistemas comerciais da Cemig e registram as solicitações dos clientes.

Também em 2009, a Cemig ampliou os serviços de call center em mais 25% o que possibilitou o atendimento a mais 316.000 chamadas/mês, possibilitando assim, cumprir os requisitos normativos exigidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro Líquido

A CEMIG apresentou, no exercício de 2009, um lucro líquido consolidado de R\$1.861 milhões, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$1.887 milhões no exercício de 2008, uma redução de 1,38%.

Conforme apresentado na tabela abaixo, a maior contribuição para o resultado da CEMIG é proveniente da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A.:

	2009	%	2008	%
CEMIG - Controladora	(186)	(9,99)	(189)	(10,02)
Cemig Distribuição S.A.	338	18,16	709	37,57
Cemig Geração e Transmissão S.A.	1.309	70,34	986	52,25
Gasmig	42	2,26	47	2,49
Rio Minas Energia (Light)	79	4,25	129	6,84
Outras	279	14,98	205	10,86
Lucro Líquido Consolidado	1.861	100,00	1.887	100,00

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

RECEITA OPERACIONAL – R\$ milhões			
	2009	2008	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia elétrica	14.581	13.686	6,54
Receitas de uso da rede – consumidores livres	2.244	2.150	4,37
Outras	617	652	(5,37)
Total	17.442	16.488	5,79

Consumidores finais

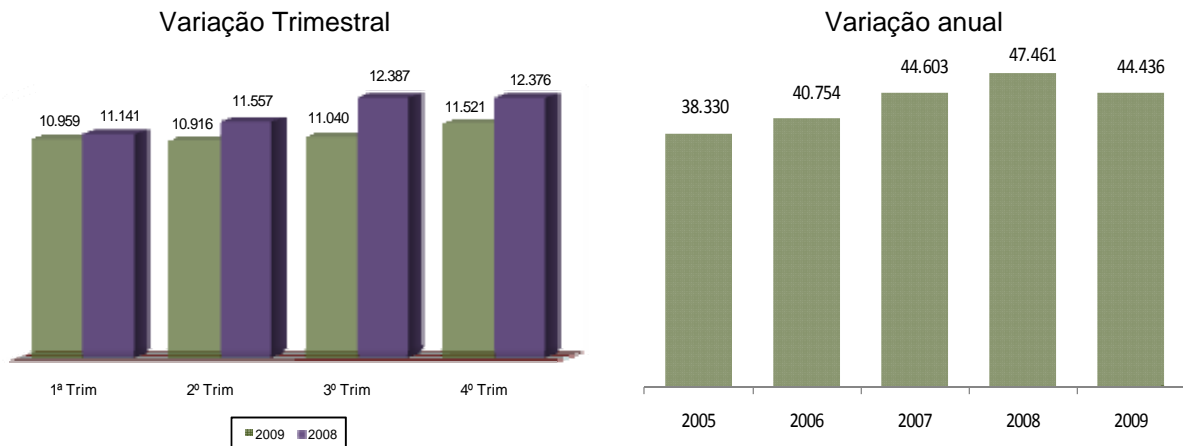
Os principais impactos na receita de 2009 decorreram dos seguintes fatores:

- ❑ Reajuste tarifário na Cemig Distribuição S.A., com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009;
- ❑ Redução na tarifa da Cemig Distribuição S.A. com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008 (feito integral em 2009);

- ❑ Registro de passivos regulatórios apurados em função do ajuste na Revisão Tarifária da Companhia, com efeitos retroativos a 2008, que representaram uma redução na receita bruta no valor de R\$214 milhões, em 2009.
- ❑ Redução de 6,38% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);

As variações trimestrais e anuais no fornecimento podem ser observadas nos gráficos a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Mais comentários sobre o fornecimento de energia elétrica e reajuste tarifário podem ser obtidos no item “Comercialização de energia elétrica”.

Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$1.634 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$1.012 milhões no exercício de 2008, um aumento de 61,46%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 25,57% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais através de dois novos contratos de leilões de energia para as distribuidoras, com a venda da energia por uma tarifa entre R\$125,00 e, R\$145,77. Parte da energia anteriormente destinada aos consumidores industriais foi comercializada naquele mercado, tendo em vista a redução da demanda desses consumidores em função da crise econômica internacional e seus impactos na produção industrial. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de 13.859.700 MWh no exercício de 2009 comparados a 11.037.166 MWh no exercício de 2008.

Receita de uso da rede

Esta receita apresentou um crescimento de 4,37% correspondente a R\$94 milhões (R\$2.244 milhões em 2009 comparados a R\$2.150 milhões em 2008).

Esta receita advém principalmente dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico.

O aumento na receita em 2009 decorre basicamente da receita extraordinária, no montante de R\$158 milhões, decorrente da revisão tarifária da Cemig GT, com efeitos retroativos ao período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009.

Mais explicações na nota explicativa nº 28 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$5.737 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$5.598 milhões em 2008, um aumento de 2,48%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$493 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$374 milhões no exercício de 2008, representando um aumento de 31,82%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica. A Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$408 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$391 milhões no exercício de 2008, um aumento de 4,35%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$190 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$180 milhões no exercício de 2008. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais

	2009	2008	Var.%
Custos não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.706	2.960	25,20
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	154	131	17,56
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	831	724	14,78
	4.691	3.815	22,96
Custos Controláveis			
Pessoal e Administradores	1.297	1.105	17,38
Obrigações Pós-emprego	149	264	(45,56)
Materiais	107	105	1,90
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	4	70	(94,29)
Serviços de Terceiros	822	676	21,60
Provisões Operacionais	106	206	(48,54)
Gás comprado para revenda	167	229	(27,07)
Depreciação e Amortização	736	715	2,94
Outras Despesas Líquidas	323	321	0,62
	3.711	3.691	0,54
	8.402	7.506	11,94

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no exercício de 2009 foram de R\$8.402 milhões comparados a R\$7.506 milhões no exercício de 2008, um aumento de 11,94%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com pessoal, energia comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e serviços de terceiros, parcialmente compensados pela redução nos custos com obrigações pós-emprego e provisões operacionais.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.706 milhões no exercício de 2009, comparados a R\$2.960 milhões no exercício de 2008, representando um aumento de 25,20%. O aumento desta despesa se deve a uma maior compra de energia em 2009 relacionada à atividade de comercialização. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa 31 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no exercício de 2009 foi de R\$831 milhões comparados a R\$724 milhões no exercício de 2008, um aumento de 14,78%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2009 foi de R\$1.297 milhões, comparados a R\$1.105 milhões no exercício de 2008, um aumento de 17,38%. Este resultado decorre dos reajustes salariais de 4,88% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2008 e 2009, respectivamente e, principalmente, da provisão referente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no montante de R\$206 milhões em 2009, parcialmente compensados pela redução de 6,49% no número de empregados em 2009. Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 31 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou um aumento de 2,94% na comparação entre os períodos, R\$736 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$715 milhões no exercício de 2008. Esse resultado decorre da entrada em operação de novos ativos, principalmente redes e linhas de distribuição.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$149 milhões no exercício de 2009, comparados a R\$264 milhões no exercício de 2008, representando uma redução de 43,56%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução nessa despesa decorre da redução no valor atual das obrigações registradas, consequência do aumento das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente dessas obrigações.

Lucro Antes do Resultado Financeiro, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

Em função das variações mencionadas anteriormente, segue o Lajida, ajustado pelos itens não recorrentes.

	2009	2008	Var. %
Lucro Líquido	1.861	1.887	(1,38)
+ Provisão IR e C.Social Correntes e Diferidos	911	914	(0,33)
+ Resultado Financeiro	219	94	132,98
+ Amortização e Depreciação	736	715	2,94
+ Participação dos Empregados no Resultado	239	370	(35,41)
+ Participação dos Acionistas não Controladores	73	119	(38,66)
LAJIDA	4.039	4.099	(1,46)
Ajustes não recorrentes (*)			
+ Programa de desligamento de empregados	206	50	312,00
- Revisão tarifária da Cemig D – Receita Líquida	214	(63)	(439,68)
+ Revisão tarifária da Cemig D – despesa operacional	(21)	4	(625,00)
+ Revisão da receita de transmissão – Nota Técnica 214/2009	(158)	-	-
LAJIDA AJUSTADO	4.280	4.090	4,65

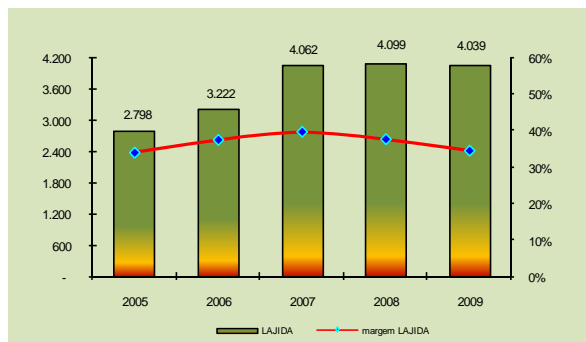
(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Os principais efeitos não recorrentes são como segue:

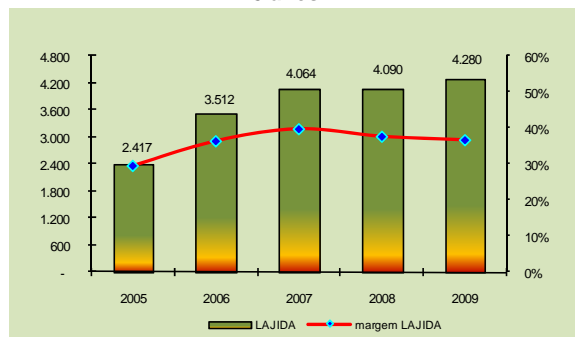
- Em função da divulgação da revisão tarifária da transmissão da Cemig Geração e Transmissão S.A., a ANEEL fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, com efeitos retroativos a 2005, o que implicou no reconhecimento de uma receita extraordinária no montante de R\$158 milhões.
- A divulgação final da revisão tarifária da Cemig Distribuição S.A., implicou em uma redução nos custos da empresa de referência utilizada pela ANEEL para ressarcir à Companhia pelos seus custos controláveis, com efeitos retroativos a abril de 2008. O impacto no Lajida desses efeitos retroativos foi de R\$193 milhões.
- Também impactou o Lajida, no exercício de 2009, a despesa com programa de desligamento de empregados no montante de R\$206 milhões.

Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, o LAJIDA ajustado aos itens não recorrentes apresentou crescimentos constantes nos últimos 5 anos.

Comportamento do LAJIDA nos últimos 5 anos



LAJIDA ajustado aos itens não recorrentes nos últimos 5 anos



Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro líquido em 2009 foi uma despesa de R\$219 milhões comparada a uma despesa de R\$94 milhões em 2008. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- ❑ Receita Financeira extraordinária registrada em 2008, no montante de R\$83 milhões, referente a compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado.
- ❑ Redução de 6,12% nas despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no País em decorrência de amortizações no período e da menor variação do CDI (principal indexador dos contratos).
- ❑ Redução na Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R\$9 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$92 milhões no exercício de 2008. Esse resultado é justificado basicamente pela menor variação dos índices inflacionários no exercício de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008.
- ❑ Receita registrada em 2008 no montante de R\$108 milhões referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira.
- ❑ Redução de 59,75% na receita de variação monetária líquida com ativos regulatórios (CVA, Reajuste Tarifário Diferido e Acordo Geral do Setor Elétrico). Em 2009 a receita foi de R\$93 milhões comparados a R\$231 milhões em 2008. Esta variação decorre principalmente do menor valor de ativos regulatórios em 2009, tendo em vista o recebimento dos créditos através das contas de energia elétrica.
- ❑ Ganhos líquidos com variações cambiais em 2009, no montante de R\$8 milhões, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, comparados a perdas líquidas de R\$91 milhões em 2008, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano e ao lene. Este resultado decorre principalmente da desvalorização do Dólar e do lene frente ao Real no exercício de 2009, comparada a uma valorização daquelas moedas, em 2008. O Dólar e o lene apresentaram, no exercício de 2009, desvalorizações de 25,49% e 27,10%, respectivamente, frente ao Real, e, no mesmo período de 2008, apresentaram valorizações de 31,94% e 62,89%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 32 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no exercício de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$911 milhões em relação ao lucro de R\$3.083 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 29,5%. No exercício de 2008, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$914 milhões em relação ao lucro de R\$3.291 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,8%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 13 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Participação dos Empregados no Resultado

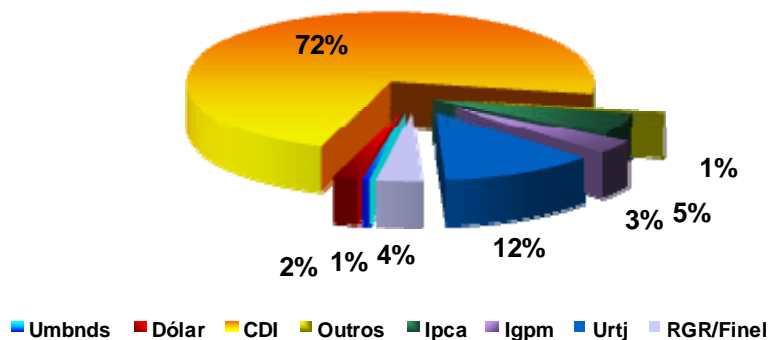
A CEMIG, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho 2008, destinou aos seus empregados a título de participação nos resultados, um montante de R\$239 milhões (R\$370 milhões em 2008). Vide nota explicativa nº 33 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

Em 2009, foram captados R\$119 milhões na Cemig Distribuição S.A., sendo R\$91 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, e R\$28 milhões através de financiamentos da Eletrobrás, para o Programa Reluz. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$56 milhões, através de aditivos a contratos existentes.

Foram captados pela Cemig GT R\$3.496 milhões, sendo R\$666 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, R\$130 milhões através de contratos celebrados com o BNDES e com a FINEP, para investimento na UHE Baguari e a realização de estudos de inventário de usinas, respectivamente, e R\$2.700 milhões através da emissão de Notas Promissórias, para utilização dos recursos na aquisição das ações da Terna Participações S.A. e outros investimentos. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$63 milhões, através de aditivos a contratos existentes. Para uma visão consolidada da Cemig GT, vale registrar a contratação de cerca de R\$423 milhões em financiamentos por parte de suas controladas.

Principais indexadores da dívida – 31/12/2009



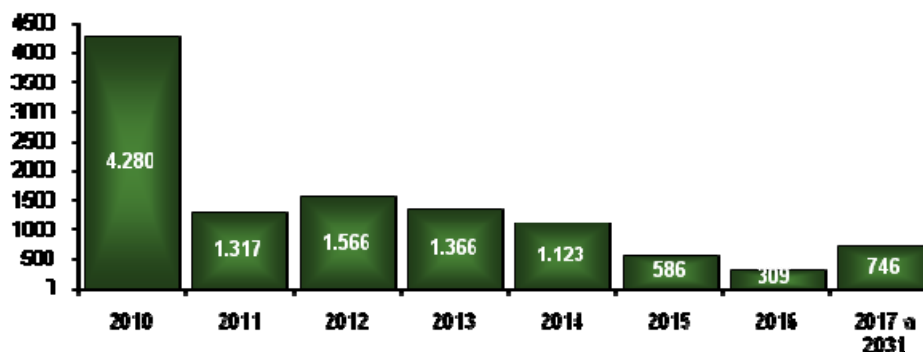
A posição da dívida de 2% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (swap). Há também uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar.

A grande concentração da dívida no CDI 72% decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, aproveitando-se a liquidez existente e a exceção às regras do contingenciamento de crédito ao setor público (possibilidade de contratar recursos junto aos bancos comerciais para rolagem de dívida). Não somente o cronograma de vencimento da dívida foi alongado, como também a CEMIG se beneficiou da redução contínua da taxa Selic proporcionada pela política monetária.

A despeito da utilidade do hedge e considerando o gerenciamento de risco financeiro da Empresa, a administração busca fazer a gestão da dívida com foco no alongamento do seu prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do seu custo e na preservação da capacidade de pagamento da Empresa, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

**Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2009 (R\$ milhões)**



Deve ser ressaltado que o volume expressivo da dívida com vencimento em 2009 deve-se a captação de R\$2.700 milhões através de notas promissórias que serão substituídas pelas debêntures emitidas em março de 2010 e com vencimento para 2012 e 2015, o que representa um escalonamento adequado da dívida da Companhia, perfeitamente ajustado a sua geração de caixa anual.

Outra diretriz da Empresa acerca de redução do custo médio da dívida tem sido atendida, verificando-se, no final do ano, uma taxa de 5,32% a.a. a preços constantes.

Os ratings da Cemig e suas principais controladas são como segue:

Classificações de risco

Fitch Ratings

A+.bra Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Nacional



Aa1.br Cemig GT e Cemig D Escala Nacional
Aa2.br Cemig H Escala Nacional
Baa3 Cemig GT e Cemig D Escala Global
Ba1 Cemig H Escala Global

**STANDARD
& POOR'S**

brAA- Cemig GT e Cemig H Escala Nacional
brAA Cemig D Escala Nacional
BB Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Global

Percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa, assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez.

Política de Proteção Cambial (*Hedge*)

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial de alguns contratos de financiamentos e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial, que não é relevante, através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados ao valor justo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

INVESTIMENTOS

Os investimentos da CEMIG, líquidos de alienação de participação societária, foram como segue:

	2009	2008	Var%
Geração	783	206	280,10
Distribuição	877	883	0,45
Transmissão	1.659	105	1.480,00
Gás e Outros	293	159	84,28
	3.612	1.353	166,96

Novas aquisições

Aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos

Em 04 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração da CEMIG aprovou a aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos de propriedade da Energimp S.A. localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW e investimento de R\$ 223 milhões.

Com a concretização do negócio, a CEMIG passa a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), totalizando 99,6 MW de potência instalada.

A Central Eólica Praias do Parajuru entrou em operação em agosto de 2009. A previsão de entrada em operação de Praia do Morgado e Volta do Rio é março de 2010.

Aquisição da Terna

Em 23 de abril de 2009, a Companhia adquiriu 65,85% de participação acionária da Terna Participações S.A. ("TERNA"), holding que atua no segmento de transmissão de energia, pertencente à Terna S.p.A, com presença em 11 Estados por R\$2,15 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,71 mil quilômetros (informação não auditada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão. A operação estava sujeita à condições suspensivas, inclusive aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou, em 05 de agosto de 2009, como alternativa à aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A ("TERNA S.p.A"), conforme facultado pelo Contrato celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a TERNA S.p.A, a possibilidade de redução da participação final da Cemig Geração e Transmissão na referida aquisição para até 50% menos 1 (uma) ação ordinária e, quanto às ações preferenciais, até o percentual realizado pela Oferta Pública de Compra de Ações – OPA dos acionistas não controladores daquela Companhia, mediante parceria constituída com o Fundo de Investimento em Participações – FIP COLISEU.

O Conselho de Administração autorizou a cessão do contrato de Compra e Venda de Ações de aquisição da TERNA à Transmissora Atlântico de Energia Elétrica ("Atlântico"). O Conselho estabeleceu que a Cemig Geração e Transmissão mantivesse sua participação acionária na TAESA correspondente a 49% das ações ordinárias emitidas por aquela SPE, em associação com o FIP Coliseu, detentor dos 51% restante das ações ordinárias.

A Companhia anunciou, em 19 de outubro de 2009, o Encerramento de Distribuição Pública de Quotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu, estruturado pelo Banco Modal S.A., totalizando o valor de R\$1,33 bilhões. O montante foi suficiente para que este fundo adquirisse 51% das ações ordinárias TERNA.

Em 30 de outubro de 2009, a Cemig Geração e Transmissão e o FIP Coliseu efetuaram aporte de capital na Atlântico.

Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da TERNA para a Atlântico, na qual a Companhia detinha a participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA.

O ágio na aquisição da empresa Terna Participações S.A., correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido dessa controlada em conjunto e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio, registrado no Intangível, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Aumento de participação na Light

A Cemig assinou dois contratos de compra e venda de ações com a AGC (Andrade Gutierrez Concessões) e a PCP (controladora da Equatorial), com o objetivo de reestruturação societária do bloco de controle da Light SA.

Para a aquisição dessa participação na Light, será constituída uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), em conjunto com um FIP (Fundo de Investimento de Participações), tendo a Cemig participação minoritária. Esta SPE deterá, ao final da reestruturação, até 26,06% de participação na Light SA., permanecendo a Cemig com suas participação original de 13,03% diretamente na Light.

O fechamento das operações está condicionado à aprovação pelos órgãos competentes, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e pelas demais aprovações de agentes financiadores e debenturistas da Light e de suas controladas que forem necessárias. A data de fechamento da operação será determinada após o atendimento destas condições.

Contrato com a AGC:

Contrato de Compra e Venda de Ações referente à aquisição de aproximadamente, 13,03% do capital total e votante da Light. O preço total de aquisição é de R\$785.000 mil, equivalente a R\$29,54 por ação ordinária, sendo o valor de R\$753.051 mil, correspondentes a 12,50% do capital total da Light, a serem pagos na data de fechamento e R\$31.949 mil, correspondentes a 0,53% do capital total da Light, até o dia 27 de junho de 2010. Estes valores serão corrigidos pela Taxa CDI – Certificado de Depósitos Interbancários e serão deduzidos do valor, os dividendos e juros sobre o capital próprios eventualmente pagos ou declarados pela Light nesse período.

Contrato com o PCP:

Contrato de Compra e Venda de ações referente à aquisição de 7,22% do capital social total e votante da Light. Para consumir esta transação, a Equatorial deverá passar por um processo de cisão para segregar os ativos indiretos da Light para uma nova empresa (“Newco”) a ser constituída e listada no mais alto nível de governança corporativa da BM&F Bovespa (Novo Mercado). Desta forma, a Newco será detentora das ações da Light pertencentes atualmente à Equatorial. Posteriormente a esta cisão e à listagem das ações da Newco no Novo Mercado, na BM&F Bovespa, o grupo controlador da Equatorial (FIP PCP) alienará a totalidade de sua participação direta e/ou indireta na Newco a uma sociedade de cujo capital a Cemig participe em proporção não inferior a 20%. O preço de aquisição foi o mesmo daquele negociado com a AGC, de R\$29,54 por ação da Light, o que corresponde a R\$434.969 mil para a participação indireta detida atualmente pelo FIP PCP na Light.

O valor da operação poderá se estender para R\$785.000 mil, valor correspondente ao total de ações ordinárias de emissão da Light que a Newco irá deter de forma indireta, representando, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante da Light, se os acionistas minoritários da Newco exercerem o seu direito de venda nas mesmas condições do controlador (tag along).

A Reorganização Societária da Equatorial deverá ser concluída dentro do prazo máximo de 18 meses e o preço de aquisição será corrigido nesse período pela Taxa DI-CETIP, desde 1º de dezembro de 2009 até a data do pagamento, e serão deduzidos do valor, conforme o caso, os dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente pagos ou declarados pela Light nesse período.

Além das novas aquisições, a CEMIG efetuou no ano de 2009 outros investimentos conforme segue:

Geração

Expansão da Geração: principais empreendimentos em construção.

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Investimento até 2009 R\$ milhões	Início/ previsto de operação
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	179	1ªUG – 09/09/2009 2ªUG – 26/11/2009 3ªUG – jan/2010 4ª UG – mar/2010
PCHs Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré	44 MW	49,00%	10	16 a 20 meses após a emissão da OS
Usina de Santo Antônio	3.150 MW	10,00%	-	1º sem/2012
PCH Pipoca	20 MW	49,00%	17	1º sem/2010
PCH Paracambi	25 MW	49,00%	-	2ºsem/2011

Ressaltamos que os investimentos acima citados referem-se a participação da Cemig no Empreendimento, com recursos próprios.

Revitalização do parque gerador da CEMIG

A CEMIG vem realizando amplo programa de revitalização de suas usinas. O objetivo é restabelecer a vida útil das plantas, estimada em 30 anos depois da revitalização, sendo destacados os recursos utilizados em 2009 na revitalização da Usina Térmica de Igarapé e Três Marias, com investimentos de aproximadamente 80 milhões.

Também foi iniciado em 2009 o planejamento de revitalizações de 10 unidades geradoras sendo 4 da Usina de Volta Grande e 6 da Usina de São Simão, com realização prevista para 2010 a 2018.

Programa de Repotenciação

Visando a expansão de geração através da exploração de forma mais eficiente dos ativos existentes, foi estruturado o programa de repotenciação de PCHs, que encontram-se em fase de elaboração dos estudos. No programa foram identificadas 19 PCHs da Cemig Geração e Transmissão S.A. e 4 PCHs da Horizontes, que juntas totalizam 104 MW de potência instalada e, com a repotenciação, passarão à potência instalada de aproximadamente 292 MW, o que representa um acréscimo de 188 MW.

Plano Diretor de Automação

Com o objetivo de aumentar sua eficiência operacional, a Cemig está implantando o Plano Diretor de Automação, ampliando o nível de automação de suas instalações de geração, com objetivo de implantar a teleassistência plena das grandes usinas pelo Centro de Operação do Sistema – COS. Em 2009, rigorosamente dentro do prazo e entregando 2 usinas além do previsto no Plano original, 5 PCH passaram a ser assistidas pelo COS: Marmelos, São Bernardo, Xicão, Gafanhoto e Anil.

O investimento plurianual total na automação das usinas das grandes e pequenas usinas é da ordem de R\$ 17 milhões.

Em Transmissão

A rede de transmissão da Emissora compõe-se de linhas de transmissão de energia com capacidade de voltagem igual ou superior a 230 kV e integra a rede de transmissão brasileira. A CEMIG transmite tanto a energia gerada em suas usinas como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras fontes.

Plano Diretor de Automação na Transmissão

No ano de 2009, nove subestações passaram a operar na modalidade de teleassistência pelo COS, conforme modelo do Plano Diretor de Automação: Baguari, Emborcação, Lafaiete 1, Juiz de Fora 1, Várzea

da Palma 1, Montes Claros 2, Itabira 2, Itajubá 3 e Ipatinga 1. No total, atualmente, há quinze subestações operando de acordo com este modelo.

Com a implementação do telecontrole nas SE Emborcação, Itajubá 3 e Várzea da Palma 1, o COS passou a controlar remotamente todas as subestações operadas pela Cemig Geração e Transmissão S.A., num total de 33 instalações.

Investimentos em Subestações e Linhas de Transmissão

Principais empreendimentos em construção:

(Não auditado pelos auditores independentes)

Empreendimentos	Participação CEMIG	Investido até 2009 R\$ milhões	Início previsto da operação
LT Furnas – Pimenta	51,00%	14	1º sem/2010
LT Charrúa – Nueva Temuco	49,00%	41	1º sem/2010
LT EBTE	49,00%	77	2º sem/2010
LT Pirapora 2-Várzea da Palma 1	100,00%	3	1º sem/2010
SE Barreiro	100,00%	4	2º sem/2010
SE S. G. do Pará	100,00%	11	1º sem/2010
SE Jaguará	100,00%	9	1º sem/2010
SE Cons. Lafaiete	100,00%	7	1º sem/2010

Em Distribuição

Dentre os programas de investimentos executados na atividade de distribuição, destacam-se os seguintes:

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

No Programa Luz para Todos I (LPT I) foram investidos R\$ 1.676 milhões até 31 de dezembro de 2008, com participação de recursos dos Governos Federal e Estadual, e próprios da CEMIG. Foram ligadas 190 mil propriedades rurais, construídos quase 65 mil km de redes, instalados 116 mil transformadores, 491 mil postes e cerca de 1.700 painéis fotovoltaicos instalados em lugares onde não foi possível construir redes convencionais, devido a entraves com questões ambientais, distância e barreiras físicas. A população beneficiada foi de aproximadamente 800 mil pessoas.

A 2ª fase do Programa (LPT II), período de execução em 2009/2010, com investimentos previstos da ordem de R\$796 milhões, com a participação do Governo de Minas, Cemig e Governo Federal, prevê o atendimento a 73 mil novos domicílios/estabelecimentos. Até o momento foram investidos nesta 2ª fase do Programa aproximadamente R\$196 milhões e ligados mais de 17 mil domicílios/estabelecimentos rurais.

Em dezembro/2009, o Conselho de Administração da CEMIG aprovou o Luz para Todos III, com investimento previsto de R\$ 335,7 milhões e ligação de 25 mil consumidores em 2010.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública - Reluz

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, é um programa do Governo Federal de financiamento para as Prefeituras Municipais através das Concessionárias e engloba projetos de melhoria, extensão e obras especiais de Iluminação Pública, com previsão de duração até 2010.

Desde a implantação do Programa Reluz, em 2001, a Cemig Distribuição S.A. já realizou a modernização de 215.000 pontos de iluminação pública, em 290 municípios, com investimentos de cerca de R\$ 60 milhões, levando a uma redução anual de 29.000 MWh no consumo de energia.

Programa Cresceminas

O principal objetivo deste programa é a ampliação da disponibilidade de infra-estrutura de distribuição de energia elétrica para atendimento ao crescimento do mercado no Estado de Minas Gerais, beneficiando diretamente 310 municípios (40,1% do total do estado), uma população aproximada de 9,5 milhões e cerca de 2,8 milhões de consumidores em todo o Estado.

Destacam-se no projeto as obras de reforço em subestações, linhas e redes de distribuição, compreendendo um conjunto de 687 km de linhas de distribuição, com 11 novas subestações, 101 obras de ampliações em diversas subestações existentes, 2.052 km de novas redes de distribuição e melhorias e reforços em 2.750 km de redes de média tensão.

Dos investimentos previstos da ordem de R\$ 750 milhões, para o período 2006 à 2010, já foram investidos R\$ 293 milhões em linhas e equipamentos de subtransmissão e R\$ 228 milhões em melhorias em redes de média e baixa tensão, totalizando R\$ 521 milhões.

Programa de Eletrificação Urbana – Clarear

O Programa Clarear constitui-se de obras de ligação, extensão, modificação e reforço de rede de distribuição de média e baixa tensão para atendimento a consumidores situados em área urbana.

No ano de 2009, foram atendidos 192.665 consumidores em área urbana com investimentos de R\$ 88,65 milhões.

Gás Natural

A Gasmig, apesar da crise mundial que abalou as finanças da maioria das indústrias, paralisando ou retardando muitos investimentos, atuou de forma inversa, dando continuidade aos grandes projetos previstos em seu Plano de Negócios e contribuindo para a movimentação da economia mineira.

A empresa finalizou a primeira etapa do gasoduto de distribuição do Sul de Minas, construindo, em 2009, os 66 km restantes do total de 110 km de extensão. Ele parte do city gate instalado no município de Jacutinga e atende as cidades de Andradas, Caldas e Poços de Caldas e sua construção demandou, no total, R\$144 milhões, sendo R\$71 milhões desembolsados em 2009.

Outro grande investimento realizado em 2009 foi a construção de 188 km dos 282 km previstos para a segunda fase do gasoduto de distribuição do Vale do Aço. A primeira fase atendeu os municípios de São Brás do Suaçuí até a planta da Gerdau Açominas em Ouro Branco, com extensão de 56 km. A segunda fase atenderá os municípios de Ouro Preto, Mariana, Rio Piracicaba, Coronel Fabriciano, João Monlevade, Timoteo, Ipatinga, e Belo Oriente. Até 2009, os investimentos com a segunda fase do gasoduto do Vale do Aço contabilizaram R\$421 milhões, sendo R\$342 milhões referentes apenas em 2009; e a estimativa é que eles totalizem R\$ 622 milhões ao término das obras.

MERCADO DE CAPITAIS

A CEMIG teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960. Em 14 de janeiro 1972, as ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) passaram a ser listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002 e na Bolsa de Nova Iorque desde 1993, onde temos ADRs Nível 1 (CIG) em ações preferenciais, que foram transformados em Nível 2 em 2001. Posteriormente, em junho de 2007, lançamos na NYSE o programa de ADRs lastreado em ações ordinárias (CIG.C). Possuímos, também, ações preferenciais listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, totalizou R\$3.102 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2007 e 2008 das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2008	Fechamento 2009
Cemig PN	CMIG4	R\$	24,05	31,60
Cemig ON	CMIG3	R\$	18,68	24,40
ADR PN	CIG	US\$	13,16	18,06
ADR ON	CIG.C	US\$	10,25	13,91
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	€	9,79	12,50

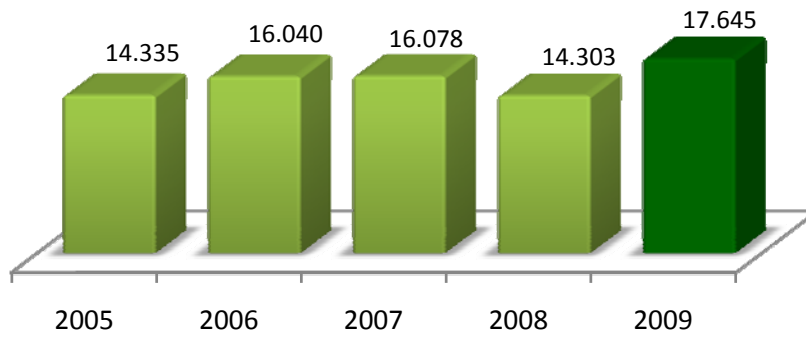
As ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação, em 2009, de R\$ 11,8 bilhões, com uma média diária de quase R\$ 48 milhões. Esse volume faz com que nossas ações sejam uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores. Vale ressaltar que o volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque se equiparam aos volumes no mercado brasileiro, o que reforça a posição da Cemig como opção global de investimento.

Ao longo do ano de 2009 a crise financeira mundial se agravou, com fortes reflexos nos índices acionários, que até o início do ano passado ainda apresentavam agudas desvalorizações. As ações da Cemig se mantiveram em uma trajetória de estabilidade e valorização nos anos de 2008 e 2009, respectivamente. Desta forma a partir da forte recuperação ocorrida no segundo semestre de 2009 as ações da Cemig não apresentaram a mesma intensidade de crescimento, uma vez que tinham preservado seu valor ao longo de toda a crise.

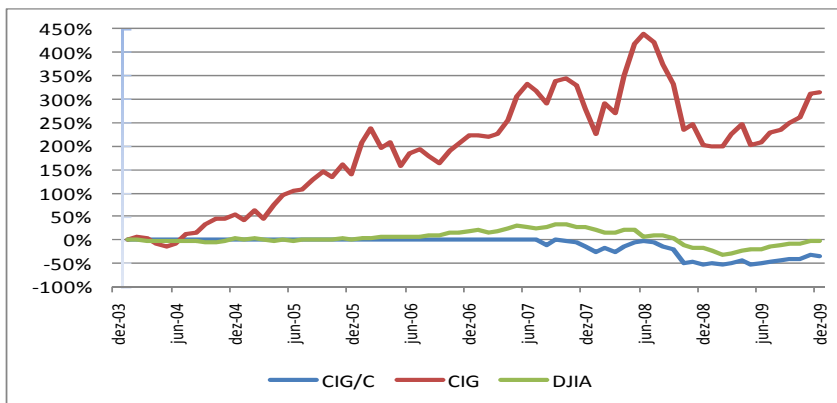
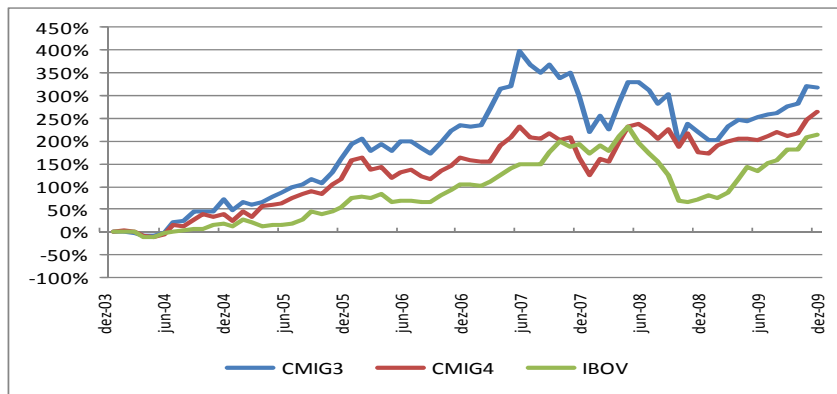
Entretanto, as ações da CEMIG apresentaram destacado desempenho, com as suas ações preferenciais, CMIG4, subindo 31%. Esse comportamento de nossas ações ilustram o reconhecimento pelo mercado da solidez dos fundamentos da CEMIG e da sua posição como líder do setor elétrico brasileiro.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
2009	31%	31%	37%	36%	83%	19%	59%

Nosso valor de mercado apresentou um crescimento em 2009 de 23,4%, quando comparado a 2008.



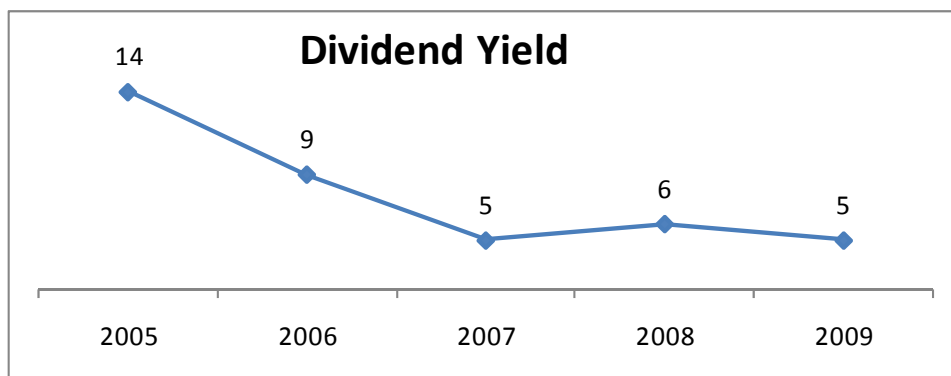
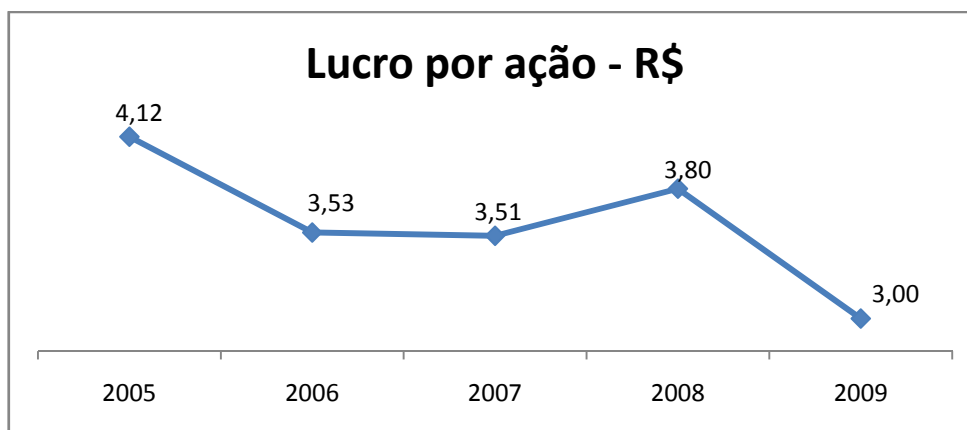
Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores.



POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A CEMIG, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disso, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2010 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$1.861 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$931 milhões (50% do lucro líquido) para pagamento de dividendos;
- R\$93 milhões para a constituição de Reserva Legal;
- R\$831 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido e destinados a Reserva de Retenção de Lucros para garantir os recursos dos investimentos já aprovados pela Administração; e,
- R\$6 milhões para ajustes de exercícios anteriores de controladas.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela KPMG Auditores independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2009 R\$ mil	% em relação à auditoria	2008 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria	1.688	100,00	751	100,00
Outros Serviços	199	11,79	573	76,3
Total Geral	1.887	111,79	1.324	176,3

Os serviços adicionais foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos inerentes às atividades empresariais da Cemig são avaliados por sua probabilidade de ocorrência e por seu impacto nos diversos negócios da cadeia de valor.

A Companhia atua sobre os riscos: (I) diminuindo seu impacto e/ou sua probabilidade mediante o refinamento dos controles; (II) implementando planos de ação; (III) transferindo-os por meio de contratação de seguros de patrimônio; (IV) aceitando-os (devido à efetividade do ambiente de controles e ao nível permitido de exposição financeira) ou; (V) evitando-os, saindo do negócio.

A implantação da gestão de riscos corporativos ocorreu em 2003 e vem sendo continuamente aprimorada. A gestão é feita por processos e está alinhada ao Plano Diretor e ao planejamento estratégico, sendo gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos e monitorada de forma centralizada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

Certificação dos Controles Internos

A CEMIG obteve em 2009, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos dos Relatórios Financeiros Consolidados, relativa ao exercício social de 2008, conforme parecer dos auditores independentes que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC) em 19 de junho de 2009, repetindo os resultados obtidos desde o exercício de 2006.

Anualmente, a Administração da Cemig, a partir de uma análise e revisão do mapeamento de riscos nos processos, documenta e testa a efetividade dos controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles suportados pela tecnologia da informação, conforme as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e com base nos critérios do "Public Company Accounting Oversight Board" (PCAOB), do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) e do Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit)

Além de atender a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

Para a certificação de 2009, a ser concluída em 2010, foi estabelecida uma conexão entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, bem como validado pela Auditoria Externa o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, desse exercício.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a CEMIG adota, desde maio de 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://ri.cemig.com.br>, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

Cada representante da CEMIG (empregados, gerentes e administradores), no ato da posse do cargo ou no momento da celebração do contrato de trabalho, presta compromisso solene e assina declarando conhecer, observar e acatar os valores e princípios constantes da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” da CEMIG.

O cumprimento dos valores, princípios e responsabilidades relativas à Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional é monitorado pela Comissão de Ética da CEMIG.

A Comissão de Ética, composta por um grupo de gerentes da Companhia, é a ferramenta de encaminhamento de denúncias sobre práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, tais como:

Fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e contratações irregulares, através de canal aberto na intranet da CEMIG – Canal de Denúncia Anônima.

GESTÃO TECNOLÓGICA

Tecnologia e alternativas energéticas

A CEMIG tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel.

Tecnologia de Geração Distribuída

A Geração Distribuída – GD - é a produção de energia de forma descentralizada no próprio local ou próximo de onde essa energia é utilizada. Possui como vantagens a redução de custos de transmissão e distribuição, o aproveitamento de recursos renováveis locais, o aumento da eficiência pela co-geração (geração de energia elétrica combinada com aproveitamento de calor), confiabilidade, dentre outras.

A Cemig estuda, em parceria com universidades e centros de pesquisa, as melhores opções de atendimento aos seus consumidores utilizando novas tecnologias de geração distribuída, dos quais se destacam as células a combustível, gaseificadores de biomassa, motores stirling, microturbinas a biodiesel e sistemas de tri-geração (geração simultânea de calor, frio e energia elétrica).

Biomassa

No setor elétrico, a biomassa torna-se uma alternativa promissora, se destacando a co-geração no setor sucroalcooleiro e na siderurgia a carvão vegetal. Além de incentivar a cogeração nesses segmentos, a Cemig pesquisa e desenvolve outros projetos de P&D tais como produção de biogás de aterros sanitários, biodigestores de resíduos da atividade pecuária, utilização de óleos vegetais e álcool em sistemas destinados à geração de energia e micro-turbina utilizando serragem. Realizou, também, o levantamento do potencial de geração de energia elétrica utilizando biomassa florestal e pesquisas de densidades de plantio e rotação de florestas energéticas.

Ressalta-se, em 2009, o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias para geração de eletricidade por meio de gases de carvoeira e de resíduos do cultivo de florestas energéticas e da produção de carvão vegetal. Também está em andamento o projeto de geração de energia a partir de gaseificação de biomassa para acionamento de células a combustíveis.

Biodiesel

A Cemig fomenta o desenvolvimento de tecnologias para produção e uso de biodiesel por meio de projetos de pesquisa e parcerias com outros órgãos do Estado. Dessa forma, construiu o Laboratório de Bicombustíveis, em parceria com o CETEC, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel.

Em 2009, foi finalizado o projeto “Produção de biodiesel para geração de energia elétrica com microturbinas e motores estacionários” e foram iniciados os testes em uma caminhonete da frota CEMIG, utilizando biodiesel B100. Encontra-se em fase de contratação um projeto de avaliação de sistemas de geração distribuída a biodiesel.

Hidrogênio e Células a Combustível

A Cemig investe em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de produção de hidrogênio e de células a combustível por que acredita nas suas vantagens potenciais: alta eficiência, capacidade de armazenagem de combustível, modularidade, baixo nível de ruído sonoro e confiabilidade.

Dessa forma, a Empresa construiu um laboratório para produção de hidrogênio via eletrólise e por reforma de etanol. Desenvolve ainda, desde 2000, projetos de P&D em temas ligados à células de baixa temperatura (PEM) e de alta temperatura (SOFC), atuando no desenvolvimento de novos materiais e elementos das células.

Em 2009, foi construído um protótipo de célula SOFC de 50W e concluído o projeto de hidrogênio por eletrólise e reforma de etanol. Também está em andamento o desenvolvimento de um sistema integrado de geração de energia a partir da gaseificação de biomassa para acionamento de células combustíveis SOFC.

Energia Solar

Os chuveiros elétricos, tecnologia dominante no Brasil para aquecimento de água para banho, possuem uma contribuição negativa no setor elétrico, elevando o pico de demanda da rede e um peso significativo na tarifa de energia dos consumidores de baixa renda. De modo a minimizar estes problemas, a Cemig instala aquecedores solares em conjuntos habitacionais, creches, asilos e hospitais.

No ano de 2009 foi realizado o planejamento, licitações e estruturação para a instalação de 15.000 sistemas de aquecimento solar nos anos de 2010 e 2011, com a redução prevista de 50% no consumo de energia elétrica de cada residência contemplada.

A primeira termelétrica solar do Brasil está instalada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet-MG e trata-se de uma unidade experimental de 10 kW.

No que tange aos sistemas fotovoltaicos, a Cemig já instalou, dentro do Programa Luz para Todos, sistemas de geração de energia fotovoltaica em 1667 residências que, somadas às unidades instaladas em programas anteriores, totalizam 2500, contemplando residências, escolas e postos de saúde.

Ressalta-se a cooperação entre a Cemig e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) para estudar a viabilidade de conversão do Estádio Mineirão do Ginásio Mineirinho, em uma edificação suprida por energia proveniente de painéis fotovoltaicos. Dessa forma é dada uma contribuição da Empresa para uma Copa do Mundo sustentável.

Termelétricas solares, geradores fotovoltaicos e sistemas de aquecimento: a Cemig acredita, aplica, desenvolve e investe na energia do sol.

Energia Eólica

Além do investimento em 2009 na aquisição de três parques eólicos no Ceará, a Cemig finalizou o Mapeamento do Potencial Eólico de todo o estado de Minas Gerais, onde também estão sendo identificados os locais promissores para a implantação de novos empreendimentos.

Pioneira no setor, a Cemig foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, em 1994. Atualmente, a Empresa desenvolve, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG -

geradores eólio-elétricos de pequeno porte adaptados a instalações em regiões montanhosas, com potencial de atendimento a localidades remotas.

Veículo Elétrico

Redução do uso de combustíveis fósseis, melhoria da qualidade do ar em centros urbanos, melhor aproveitamento da infra-estrutura do setor elétrico, um novo nicho de mercado. Estes são alguns fatores que justificam o empenho da Cemig no desenvolvimento de veículos movidos a energia elétrica. Em 2009, a Cemig incorporou à sua frota e testou quatro automóveis Palio Weekend, obtidos por meio de parceria com a Itaipu Binacional e com a Fiat Automóveis, que construiu os protótipos. A Empresa avalia o desenvolvimento, aquisição, e testes de outros veículos, tais como ônibus e caminhões, e outros automóveis.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética tem, entre seus objetivos, atender a determinação de lei federal que determina a aplicação, anual, do montante de 1% de receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e P&D.

O orçamento do ciclo 2009/2011 para a Cemig Distribuição e Cemig GT é de R\$ 260 milhões e a distribuição desse orçamento ocorre da seguinte forma:

(Não auditado pelos auditores independentes)

Projetos	Orçamento (R\$ MM)
Projetos setor Comercial e Industrial - Efficientia	83
Projeto Conviver – substituição de equipamentos obsoletos - alto consumo	71
Projeto Aquecimento Solar em conjuntos habitacionais	30
Projeto Aquecimento Solar em instituições de permanência de idosos	23
Projeto Aquecimento Solar em hospitais	16
Projeto Sistema Irrigação Jaíba	15
Projeto Autoclave de hospitais da rede pública	12
Projeto de Iluminação em hospitais da rede pública	5
Projeto Cemig nas escolas – educação para o uso eficiente da energia	5
	<u>260</u>

Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento

O programa conta com a parceria da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, que divulga as nossas demandas para a captação de propostas. Essas propostas são analisadas posteriormente pelo corpo técnico da Cemig, os chamados Fóruns Tecnológicos. Além da FIEMG, uma extensa rede de parceiros executa e desenvolve os projetos de P&D desde os protótipos de tecnologias de ponta até o licenciamento de produtos com potencial mercadológico.

Os mais de 80 projetos que estiveram em andamento em 2009 foram responsáveis pela realização de quase R\$ 10 milhões. Além disso, foram selecionados 58 projetos novos totalizando quase R\$ 65 milhões que serão realizados a partir de 2010.

Em 2009 também foram analisadas mais 265 propostas de projetos para compor um novo ciclo do programa de P&D que serão priorizados pelos Fóruns Tecnológicos a partir de 2010. O valor previsto para esse portfólio é da ordem de R\$ 45 milhões.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como empresa prestadora de serviços públicos, a relação com as comunidades onde atuamos não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social. Iniciativas concretas, como o programa Energia do Bem, fruto de parceria entre a Cemig, Governo do Estado, Secretaria de Estado de Desenvolvimento - Sedese e Serviço Voluntário de Assistência Social - Servas que irá beneficiar e propiciar conforto e economia para aproximadamente 1,4 mil entidades de assistência social em todo o Estado. Demonstrem, na prática, que a energia é um insumo necessário não apenas à transformação de matérias-primas e à produção de bens, mas também à qualidade de vida e ao funcionamento de equipamentos de uso comum, como escolas e centros culturais e recreativos.

Um grande exemplo é o Projeto Conviver que tem o objetivo de promover o acesso à devida prestação dos serviços e orientar quanto ao uso correto, eficiente e seguro da energia, adequando o valor da conta à capacidade econômica dos clientes das comunidades populares. As ações e medidas de eficiência energética implantadas visam a conscientização e mudança de hábitos, a utilização de equipamentos eficientes e o consumo consciente para evitar o desperdício de energia elétrica. O Conviver também contribui para aumentar e melhorar a integração e convivência da CEMIG com as comunidades atendidas, procurando solucionar pendências relacionadas à conta de luz.

O Projeto Conviver, que já atendeu 50 mil residências nos últimos 2 anos, está ampliando suas ações para outras 100 mil famílias que vivem em 98 comunidades populares.

O Programa Clarear, outro exemplo de atuação social, constitui-se de obras de extensão, modificação e reforço de redes de distribuição de média e baixa tensão para atendimento a consumidores. O objetivo desse Programa é atender, sem ônus para o solicitante, aos pedidos de novas ligações, em todas as áreas urbanas da concessão Cemig Distribuição S.A., em baixa tensão e com carga instalada até 50 kW, de modo a manter a universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica.

A campanha Externa de Prevenção de Acidentes com a População – Cepap é outra iniciativa de sucesso. Em 2009, nos eventos realizados foram distribuídas duas mil cartilhas educativas sobre segurança nas escolas e para o setor da construção civil, além da realização de palestras sobre o tema.

Muitos são os projetos desenvolvidos em nossa Empresa, voltados à melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, adultos, idosos e assistência a populações carentes. Um exemplo é o Projeto Asin – Ações Sociais Integradas Cemig, contribuindo para gerar recursos dirigidos a sustentabilidade de instituições, associações comunitárias, escolas e asilos nas comunidades onde a Empresa atua.

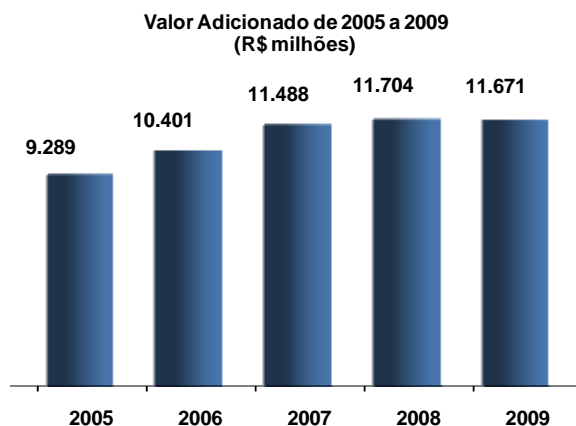
Conta, ainda, com a realização de ações diversas como o Dia das Crianças, Dia do Voluntário, Natal, e outras iniciativas, envolvendo, além das instituições cadastradas e os voluntários do Asin/CEMIG, empregados terceirizados e parceiros dos municípios.

Como exemplo de parcerias estabelecidas pela Empresa, para beneficiar a população do Estado temos o Projeto Papai Noel dos Correios que em dezembro de 2008 e 2009 mobilizou, além dos empregados, toda a população do Estado através de aviso nas contas de energia, o que fortaleceu sensivelmente o resultado final do projeto.

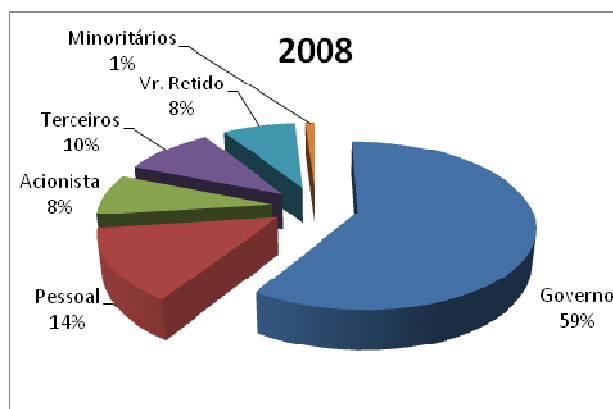
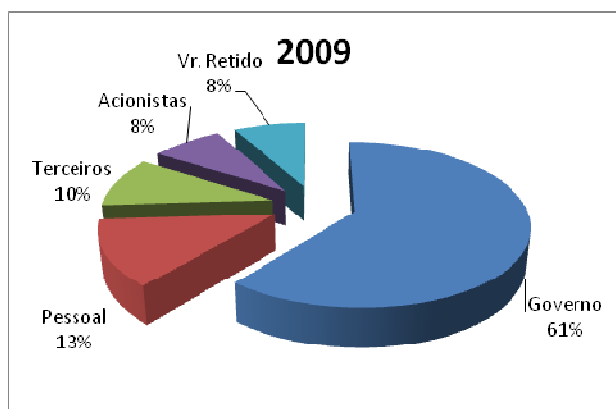
Outro exemplo concreto de ação social apoiado pela Empresa é o Programa AI6% - Formando Cidadãos, parceria entre a AIC – Associação Intergerencial da CEMIG e o Projeto ASIN/CEMIG, implantado desde 2001. A finalidade do programa é incentivar empregados e aposentados da CEMIG a repassar parte de seu imposto de renda devido para os Fundos da Infância e da Adolescência – FIA's. Em 2009 o AI6% arrecadou R\$ 1.607 mil e contou com a participação de 3.621 empregados, 194 Instituições beneficiadas em 105 municípios da área de atuação da Cemig.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$11.671 milhões de valor adicionado em 2009 em comparação a R\$11.704 milhões em 2008.



A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2009 e 2008, correspondente a 61% e 59% respectivamente.



Recursos Humanos

Os instrumentos de gestão destinados à administração de carreiras pela CEMIG são caracterizados como um conjunto de políticas e práticas que oferecem suporte a decisões individuais na carreira, o gerenciamento desta e a comunicação entre os empregados e Empresa. Além disso, objetivam auxiliar a sua administração de forma a torná-la estratégica e integradora, com transparência, honestidade de intenções, sentimentos de segurança e clareza de regras.

Atração e Retenção de Talentos

Com o objetivo de viabilizar o aproveitamento do potencial, know-how do corpo técnico, aliado aos interesses individuais e empresariais, propiciando expectativa de futuro profissional aos empregados, a Seleção Interna mostrou-se como um recurso fundamental na prática da Gestão de Pessoas. Essa prática é voltada para conciliar ações de valorização do capital humano com diretrizes estratégicas da organização nos níveis de realização de uma empresa do porte da CEMIG, bem como a retenção de potenciais talentos, associando à melhoria do clima organizacional, motivação e produtividade.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

Dentro do Modelo de Gestão do Desempenho, foram identificadas as Competências de Liderança, e a partir da avaliação do nível de competência dos gestores, foi possível traçar um programa de desenvolvimento individual para cada gestor.

Para 2010 está previsto a realização do Programa Trilhas Internacionais, a ser ministrado pela Fundação Dom Cabral – FDC, que mantém aliança internacional com a escola The Business School for the World – INSEAD - França, reconhecida pela abordagem inovadora e pela sua capacidade de transformar as organizações através da educação de seus líderes, desenvolvendo visão empreendedora.

Gestão de Clima Organizacional

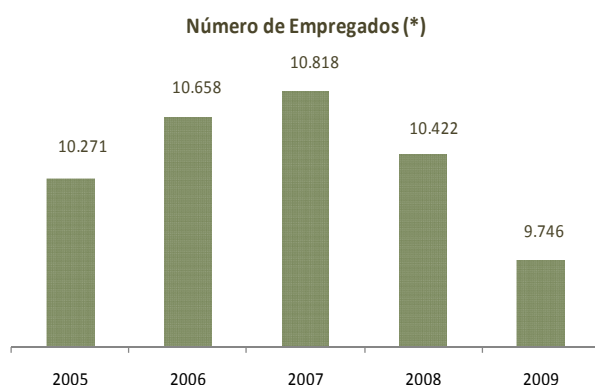
A CEMIG, ciente de que a obtenção de alta performance está intimamente ligada a um ambiente saudável e estimulador, busca permanentemente fazer uma gestão de seu ambiente interno. Entre as ferramentas utilizadas, destaca-se a Pesquisa de Clima, realizada bianualmente que avalia não só o grau de engajamento dos empregados, como também a percepção destes quanto à gestão estratégica e a reputação externa da CEMIG, o respeito com que ela trata seus empregados, o nível de autonomia e treinamento que estes recebem para realizar seu trabalho, entre outros - aspectos fundamentais para se criar um ambiente estimulante e desafiador.

A última pesquisa realizada pela Cemig foi em agosto de 2009, com a participação voluntária de 70% dos empregados. Os resultados estão sendo analisados e a partir das análises serão elaborados planos de ação visando a melhoria constante do clima organizacional da Cemig.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Alinhado à estratégia da empresa de comprometer as pessoas com a cultura de segurança, em 2009 foi reformulado na intranet o Portal dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – Sesmt, a fim de disseminar as diretrizes contidas no Manual Técnico de Saúde, Segurança Ocupacional e Bem-estar - SSO&BE. Por meio da UniverCemig, parte das informações, orientações corporativas e treinamentos on-line encontrados no portal foram disponibilizados também para o público externo.

Quadro de empregados



(*) Cemig Controladora, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Cultura e Sociedade

O quadro final dos patrocínios socioculturais de 2009, com investimentos superiores a R\$25 milhões, em um ano que foi considerado como de crise neste setor, reforçou a característica da Cemig como empresa comprometida com a sociedade, na medida de que todos os projetos de manutenção de espaços de educação permanente, como Museus, Bibliotecas e Teatros foram mantidos e também todos os festivais de extensão universitária.

Foram atendidas demandas em todos os segmentos da cultura e em cerca de 25 municípios de Minas, fora BH, e o Programa de Fomento ao Audiovisual "Filme em Minas 2009/2010", foi lançado e premiou 37 projetos.

Nos patrocínios culturais a Empresa utilizou leis de renúncia fiscal mas também financiou ações de manutenção com recursos próprio como: Manutenção do Palácio das Artes, do Museu Mineiro e da FAOP – Fundação Artística de Ouro Preto. A parceria com a Secretaria de Estado da Cultura resultou no convênio da Instalação do "Centro de Arte Popular Cemig", que virá a compor os "Circuitos Culturais da Praça da Liberdade" – ação estratégica do Governo de Minas.

Os patrocínios em Cultura alcançaram o total de 178 projetos, Os sociais coordenados pelo SERVAS e pelos Conselhos Tutelares 156, e realizamos projetos de formação de equipes de base de futebol para adolescentes em risco social, via Lei do Esporte, com 4 Clubes de Minas, totalizando R\$ 2.621 mil.

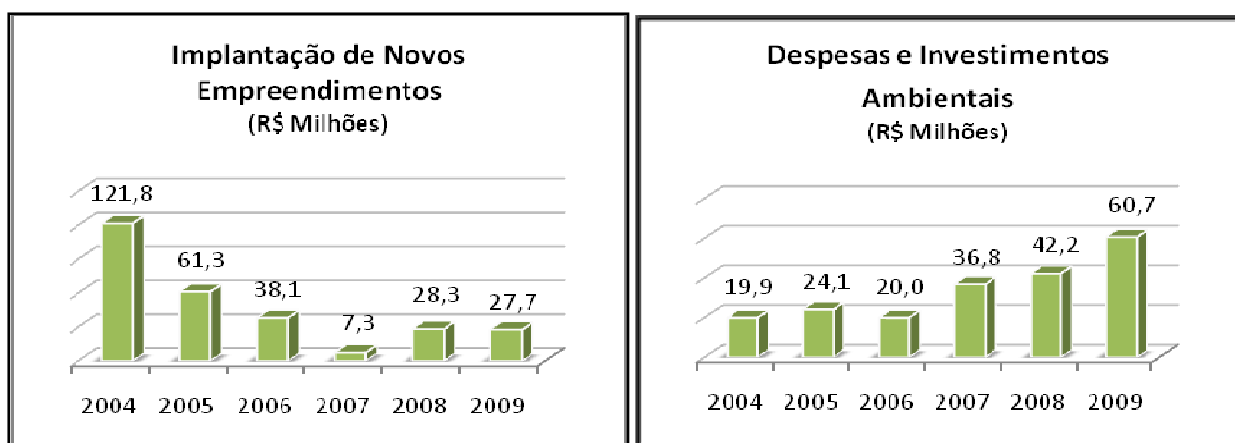
As palavras de ordem foram continuidade, alinhamento com a estratégia da Empresa nos atributos Reputação e dimensão social e criatividade e gerência de riscos no contexto da Crise. Dentro dessa contextualização ficou claro que as decisões tomadas no âmbito sociocultural, deixaram de ser "atitudes de boa vontade" e tornaram-se estratégicas para a categorização e reconhecimento nacional e internacional da Cemig.

Meio Ambiente

A Cemig possui uma Política Ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam suas atividades e direcionam seus esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Esses princípios são traduzidos em ações que têm a intenção de conscientizar empregados e parceiros sobre os principais desafios ambientais da Cemig e do mundo.

A CEMIG desenvolve e gerencia uma série de iniciativas que buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas, podem-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais e os programas de preservação da flora e fauna, os programas direcionados à preservação de peixes e arborização urbana.

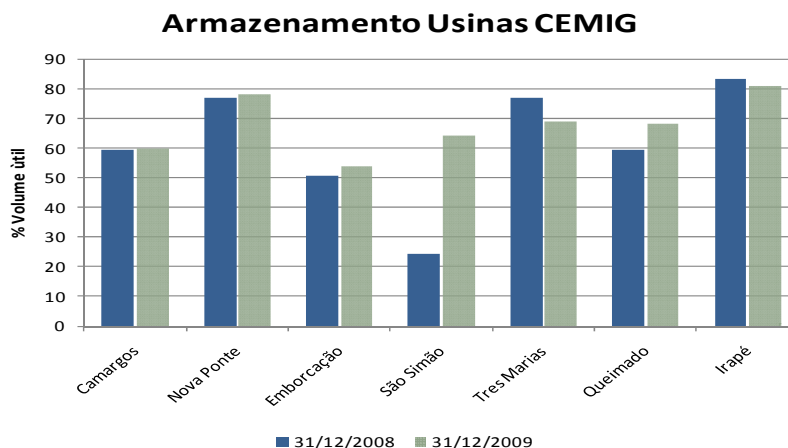
Conforme gráfico abaixo, percebe-se uma elevação dos recursos aplicados em despesas e investimentos ambientais, com a melhoria nos processos de adequação ambiental das instalações, bem como no monitoramento dos programas ambientais implementados.



Dimensão Ambiental

A Cemig realiza uma série de atividades que visam à sustentabilidade ambiental. Dentre elas está o Programa de Educação e Comunicação Ambiental junto às comunidades do entorno dos seus reservatórios, estudantes, pescadores, ONGs, pesquisadores e formadores de opinião. Com este trabalho estamos sempre buscando a preservação da biodiversidade da fauna, flora e melhoria da qualidade da água das bacias hidrográficas do Estado. A qualidade de água dos principais reservatórios são monitorados regularmente, em uma rede que contempla oito bacias hidrográficas de Minas Gerais e uma em Santa Catarina – Uruguai, 35 sub-bacias diferentes, perfazendo o total de 52 reservatórios e mais de 247 estações de coleta.

No gráfico a seguir pode ser observado o nível dos principais reservatórios de nossas usinas no exercício de 2009 comparado ao exercício de 2008.



Segurança de Barragens

O Plano de Monitoramento de Segurança de Barragens foi cumprido integralmente em 2009, tendo sido executados mais de 100 serviços, entre obras, estudos e projetos de manutenção de barragens, adequação da infra-estrutura de geração e adequação ambiental, com ênfase nos serviços de reavaliação e restabelecimento das condições de segurança estrutural e funcional de barragens e estruturas civis associadas.

Inspeções especiais, com a participação de consultores e especialistas, foram realizadas nas usinas de Emborcação, Volta Grande, Lajes, Martins, Salto Morais, Santa Luzia e Piçarrão.

Em 2009, foram gerados os mapas de planície de inundação das usinas de Três Marias, Irapé, Volta Grande, Camargos e Itutinga. Os mapas de inundação para as barragens com elevado risco a jusante passaram a integrar os Planos de Ação Emergenciais preliminares, elaborados para o caso da ruptura hipotética de barragens.

Novos Empreendimentos

Foi inaugurada no dia 22 de outubro de 2009 a UHE Baguari. Esta usina destaca-se por apresentar menor impacto ao meio ambiente, uma vez que opera a fio d'água, com uma tecnologia que utiliza turbinas do tipo bulbo, que exigem menor área alagada para o funcionamento das máquinas. O reservatório da usina tem 16 km², uma das menores áreas de lago para essa capacidade de geração, com extensão de 22 quilômetros no Rio Doce e 5 quilômetros no Rio Corrente Grande. No local também foi construída uma escada de peixes para favorecer a transposição de espécies migradoras do Rio Doce para a área alagada. O monitoramento da ictiofauna na escada e a jusante irão apontar como as espécies nativas estão respondendo à implantação do mecanismo.

O licenciamento ambiental da hidrelétrica foi concedido pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e seu Plano de Controle Ambiental - PCA foi constituído por 38 programas, sendo 9 para o meio físico, biótico e o socioeconômico. Entre os programas destaca-se a criação de 204 hectares de áreas de Preservação Ambiental.

No dia 9 de julho, foi inaugurada a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Cachoeirão. Para este empreendimento, foi executado um plano de controle ambiental composto por vários programas socioambientais, similar ao que acontece com as grandes usinas.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes do meio ambiente. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos por especialistas, o que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Em 2009, a Cemig obteve as licenças de operação corretiva dos Sistemas de Transmissão Regionais Sudeste e Triângulo, além da licença de operação da Usina Hidrelétrica de Baguari e do Parque Eólico Praias de Parajuru.

Gestão de Resíduos

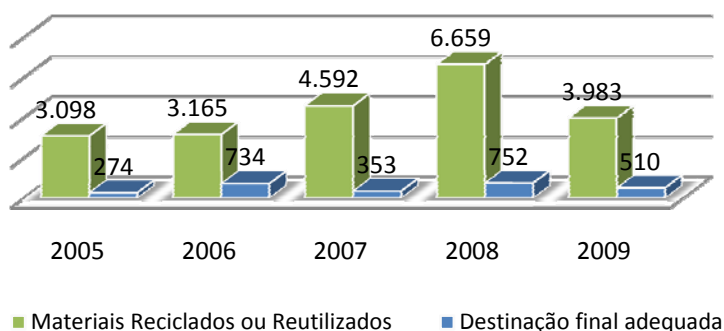
Em 2009, foram encaminhadas para reciclagem 337 mil lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública provenientes de toda a área de concessão da empresa. Além disso, foram recicladas 107 mil lâmpadas incandescentes e 3,5 toneladas de lâmpadas quebradas.

Foram alienadas ou recicladas 3.983 toneladas de materiais e equipamentos, 40% a menos que em 2008, devido à redução na geração de cabos e fios, sucatas metálicas e sucata de isoladores, além de uma diminuição da alienação de óleos diversos e da regeneração de óleo. Foram regenerados e reutilizados pela própria Cemig 38 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos equipamentos elétricos.

Além disso, foram co-processadas 467 toneladas de resíduos impregnados com óleo (luva, estopas e serragem) e 2,9 toneladas de EPI's e acessórios, incineradas 15 toneladas de óleo mineral isolante impróprio para utilização em equipamentos elétricos, 21,8 toneladas de pequenos equipamentos contaminados com ascarel e 3 toneladas de solventes e outros resíduos classe I, totalizando 510 toneladas de resíduos com destinação final adequada.

O gráfico a seguir apresenta o total de materiais reciclados ou reutilizados e de resíduos encaminhados para destinação final –2005/2009 – (toneladas).

DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS



Nota: Todos os valores do gráfico sofreram alteração em relação aos dados divulgados até 2008 devido à mudança no fator de densidade utilizado para os cálculos da quantidade de óleo reutilizado ou regenerado.

A campanha de coleta seletiva nas maiores instalações da Cemig, localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte, proporcionou em 2009 o recolhimento de 105 toneladas de material reciclável, que foram repassados para a Organização Não-Governamental – ONG, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – Asmare.

Programas para a Ictiofauna (peixes)

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com o compromisso de aumentar esforços na busca e implantação de soluções para evitar/mitigar impactos sobre a ictiofauna e ampliar os programas de

conservação de peixes. Esse programa conta com uma equipe composta de profissionais das áreas de biologia, engenharia e comunicação social. A.

Em 2009, a Cemig promoveu a soltura de 397.443 mil alevinos de curimba, a espécie mais capturada por pescadores nos rios mineiros. Ao todo, foram soltos 513.656 mil alevinos nas bacias hidrográficas dos rios Grande, Paranaíba, Pardo e Jequitinhonha, totalizando 17,2 toneladas em 101 peixamentos, com o objetivo de repovoar rios e reservatórios no âmbito do Programa Peixe Vivo. A partir de outubro, as ações do Programa Peixe Vivo começaram a ser desenvolvidas também na Usina Hidrelétrica Irapé.

A Cemig foi escolhida como vencedora do 4º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, na categoria “Melhor Trabalho em Fauna e Flora”, concorrendo com o Programa Peixe Vivo. O Peixe Vivo, com esta premiação, coloca-se no cenário nacional como um programa de vanguarda na preservação de espécies da ictiofauna nativa em Minas Gerais.

Flora, Fauna e Monitoramento da Qualidade de Água

As Estações Ambientais da Empresa possuem mais de 4.000 hectares de áreas protegidas, utilizadas para a realização de estudos sobre a fauna e a flora, atividades de educação ambiental e visitas programadas. Nessas áreas foram colhidos 993 Kg de sementes de um total de 109 espécies florestais nativas, que foram destinados aos Viveiros Florestais da Cemig e ao intercâmbio com outras instituições.

Além disso, foram produzidas 297 mil mudas de espécies nativas distribuídas para ONGs e órgãos públicos e plantados 20 ha de matas no entorno de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga de aquíferos em parceria com EMATER, IEF e Associação dos produtores rurais locais.

Em relação à fauna, a Estação Ambiental de Peti desenvolve em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama o projeto Asas – Área de Soltura de Animais Silvestres, recebendo, recuperando e reintroduzindo animais provenientes de apreensões realizadas pela Polícia de Meio Ambiente e Ibama. Em 2009, foram recebidos 798 animais de 68 espécies diferentes. Além dos animais recebidos, a estação ambiental ainda reproduziu, por meio do projeto Profauna, animais das espécies irerê, pato-selvagem, cutia, ananai e mutum-do-sudeste. Ao todo, 416 animais foram devolvidos à natureza.

Arborização Urbana

A Cemig tem buscado adotar alternativas tecnológicas de redes de distribuição (redes protegidas e isoladas) para aprimorar a convivência entre as árvores urbanas e as redes de distribuição aérea. Nesse sentido, a Empresa adotou, desde março de 1999, a Rede de Distribuição Protegida – RDP como seu novo padrão mínimo de atendimento urbano em substituição definitiva às redes convencionais nuas, tornando-se a primeira Concessionária do Brasil a adotar a RDP com padrão mínimo de atendimento urbano.

Atualmente a Cemig possui 5.942,1 km de redes protegidas e isoladas no sistema primário, representando 18,1% do total de redes urbanas primárias. Em relação às redes urbanas secundárias, 25.216,3 km são de redes isoladas, representando 45,4% do total de redes urbanas secundárias.

Além disso, a Cemig realiza podas direcionais e ministra cursos de poda de árvores para diversas prefeituras do Estado de Minas Gerais. Por meio de apresentações teóricas e de demonstrações práticas, os participantes recebem informações sobre implantação e manutenção de árvores urbanas e sobre espécies de árvores adequadas para a área urbana, entre outros assuntos.

A empresa lançou, em 2009, O Programa Especial de Manejo Integrado de Árvores e Redes – Premiar, com o objetivo de conduzir as políticas da Cemig voltadas para o manejo da arborização urbana junto a sistemas elétricos, focando o convívio entre as árvores e a rede elétrica. O Premiar também busca garantir a qualidade do fornecimento da energia elétrica, implementar programas de manejo de vegetação e promover a harmonia entre a rede elétrica e infra-estrutura urbana.

Educação Ambiental

Desde 2001, a Cemig e suas subsidiárias integrais, em parceria com a Fundação Biodiversitas, desenvolvem o Programa Cemig de Educação Ambiental nas Escolas - Terra da Gente, que até 2009 já contemplou 364 escolas da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, representando 87,7% das escolas

da região com alunos do 2º ciclo do ensino fundamental. Mais de 130 mil alunos receberam materiais pedagógicos especialmente elaborados para o programa e mais de 7,8 mil professores foram treinados.

Ainda em 2009, a Cemig lançou mais um conjunto de livros didáticos do Terra da Gente, voltado para a região Sul de Minas e Campo das Vertentes, com ênfase no bioma Mata Atlântica.

O projeto da região Sul foi idealizado para atender a 773 escolas, localizadas em 228 municípios da região Sul de Minas e Campo das Vertentes, com um público estudantil estimado de 247 mil alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

Logo após o lançamento, 212 escolas aderiram ao projeto, representando mais de 4.400 professores e mais de 71 mil alunos que receberão os materiais elaborados para o projeto Sul de Minas e Campo das Vertentes.

Outra forma de educação ambiental promovida pela Cemig é a Semana do Meio Ambiente, que em sua edição de 2009 teve como tema o universo do pescador do Velho Chico, apresentando para o público o rio mais representativo da diversidade cultural do País, a partir do ponto de vista de seu personagem mais marcante: o pescador do Rio São Francisco.

Já o Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas estações ambientais e usinas recebeu, em 2009, 23.134 alunos e professores de diferentes escolas da capital e interior. Durante as visitas foram transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2009, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Dow Jones

A CEMIG foi selecionada, pelo 10º ano consecutivo, para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index – DJSI World, em sua edição 2009/2010, juntamente com outras 317 empresas de 27 países. A CEMIG continua sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse índice internacional, desde 2000, quando foi anunciada a primeira edição do índice.

A Cemig foi eleita novamente a líder mundial em sustentabilidade do supersetor de “utilities”, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública. No período 2005/2006 a Cemig foi eleita a líder mundial do setor elétrico, e, em 2007/2008, a Cemig já havia conquistado o destaque no supersetor de “utilities”.

O levantamento para seleção das empresas abrangeu 2.500 empresas de 57 ramos industriais de 51 países, em todo o mundo, sendo o processo de pesquisa e seleção auditado pela Deloitte. O índice é revisado anualmente com base em questionários enviados às empresas e, também, informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites que refletem a atuação da empresa nas dimensões econômica, ambiental e social. O critério para seleção dessas empresas é conduzido pelo Sustainable Asset Management – SAM, empresa de gestão de ativos, independente, voltada para investimentos sustentáveis, com sede na Suíça.

Fazer parte do DJSI World reflete o compromisso da CEMIG com o desenvolvimento sustentável empresarial na condução de suas atividades, incluindo práticas de governança corporativa, respeito ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade com a efetiva criação de valor para os acionistas.

ISE

A CEMIG foi selecionada, pela quinta vez consecutiva como componente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A CEMIG se mantém no Índice desde sua criação, em 2005.

As participantes da nova carteira do ISE foram selecionadas entre 150 empresas convidadas e o questionário respondido pela Cemig continha 570 perguntas, refletindo, além das características da

empresa, sua atuação nas dimensões econômica, ambiental e social, governança corporativa e a natureza de seus produtos. A nova carteira do ISE reúne 43 ações emitidas por 34 empresas, totalizando R\$ 730 bilhões em valor de mercado, que correspondem a 32,2 % da capitalização total da Bovespa.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – “Troféu Transparência”

A Cemig Geração e Transmissão S.A. conquistou em 2009 o Troféu Transparência (Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa), conferido à Empresa pela qualidade e clareza de suas demonstrações contábeis relativas ao ano de 2008, na categoria empresas de capital aberto com faturamento até R\$ 4 bilhões. A escolha deveu-se à apuração técnica e independente da Fundação Instituto de Pesquisas Atuariais e Financeiras – Fipecafi, ligada à Universidade de São Paulo – USP, que analisaram balanços de 472 empresas que atuam no Brasil, em todos os setores da economia, considerando a qualidade, consistência e grau de transparência das informações, dos dados apresentados e do relatório da administração.

As demonstrações financeiras elaboradas com qualidade e transparência reduzem a percepção de riscos dos investidores, implicam em ganhos para a companhia no momento de captação de recursos e impacta positivamente no valor de suas ações.

Prêmio Apimec

Na 36ª edição do Prêmio Apimec, da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais, a Cemig conquistou o prêmio, na categoria Empresa de Capital Aberto, pela eficiência no relacionamento com seus investidores e presteza no envio de informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O prêmio Apimec, instituído em 1973, tem como objetivo destacar profissionais, empresas e órgãos que contribuam significativamente para o aprimoramento técnico e o desenvolvimento do mercado de capitais.

Prêmio Brasil de Meio Ambiente

A Cemig conquistou o 3º e 4º prêmios Brasil de Meio Ambiente, em 2009 e 2010, respectivamente. O Prêmio busca estimular o desenvolvimento sustentável e a continuidade e ampliação da consciência ambiental no país.

No 3º prêmio, em solenidade ocorrida em 23 de janeiro de 2009, a Cemig recebeu o prêmio de Melhor Empresa do Ano dentre as empresas, profissionais e personalidades que se destacaram no setor ambiental em 2008.

No 4º prêmio, em solenidade ocorrida em 29 de janeiro de 2010 a Cemig foi escolhida como vencedora na categoria “Melhor Trabalho de Preservação em Fauna e Flora”, concorrendo com o Programa Peixe Vivo, criado em 2007 com o objetivo de preservar as espécies nativas de peixes nas bacias hidrográficas onde a Empresa tem usinas, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. Com a conquista, o Peixe Vivo coloca-se no cenário nacional como um programa de vanguarda na preservação de espécies da ictiofauna nativa do Estado de Minas Gerais.

Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia

A Cemig conquistou o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, do Ministério de Minas e Energia, na categoria “Empresas do Setor Energético, Modalidade Distribuição Grande Porte”, com o projeto Racionalização do Uso de Energia Elétrica e Água na Irrigação para Agricultura Familiar. Das 13 edições do prêmio, a Cemig é a empresa de energia elétrica que mais vezes conquistou o primeiro lugar. Este prêmio reconhece a importante contribuição da Cemig para o desenvolvimento sustentável do planeta através da implantação de programas de eficiência e conservação de energia do País.

Prêmio Internacional Puente de Alcântara

A Cemig conquistou o Prêmio Internacional Puente de Alcântara, concedido pela Fundação San Benito de Alcântara (Cáceres/Espanha), pela obra da Usina Hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha. A premiação é um reconhecimento internacional pelos reflexos ambientais e sociais que a construção da usina gerou para a população de uma das regiões menos desenvolvidas do Brasil. O prêmio foi entregue ao governador Aécio Neves em Madrid, na Espanha, em maio de 2009.

Status de Prime

A Cemig recebeu o status de Prime pela Oekom Research, uma das principais agências de classificação de investimentos voltados para a sustentabilidade empresarial do mundo, com mais de dez anos de experiência. A Oekom concede o status de Prime às empresas consideradas líderes mundiais em seus setores industriais e que atendem a padrões específicos de sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO (não auditado)

1) Base de Cálculo	2009			2008		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	11.705.083			10.890.319		
Resultado Operacional (RO)	3.083.430			3.290.987		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.069.455			1.042.601		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	74.055	6,92	0,63	71.662	6,87	0,66
Encargos sociais compulsórios	236.536	22,12	2,02	255.475	24,50	2,35
Previdência privada	149.386	13,97	1,28	264.219	25,34	2,43
Saúde	35.173	3,29	0,30	33.012	3,17	0,30
Segurança e medicina no trabalho	10.957	1,02	0,09	11.475	1,10	0,11
Educação	202	0,02	0,00	1.448	0,14	0,01
Cultura	926	0,09	0,01	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	29.472	2,76	0,25	17.502	1,68	0,16
Creches ou auxílio-creche	1.767	0,17	0,02	1.710	0,16	0,02
Participação nos lucros ou resultados	238.554	22,31	2,04	370.350	35,52	3,40
Outros	15.799	1,48	0,13	14.980	1,44	0,14
Total - Indicadores Sociais Internos	589.241	74,13	6,77	1.041.833	99,93	9,57
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	2.805	0,09	0,02	2.369	0,07	0,02
Cultura	28.588	0,93	0,24	30.974	0,94	0,28
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	13.972	0,46	0,12	12.118	0,37	0,11
Total das Contribuições para a Sociedade	45.365	1,48	0,38	45.461	1,38	0,42
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.928.957	224,72	59,20	6.709.892	203,89	61,61
Total - Indicadores Sociais Externos	6.974.322	226,19	59,58	6.755.353	205,27	62,03
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	90.322	2,93	0,77	70.566	2,14	0,65
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			9.746			10.422
Nº de admissões durante o período			-			6
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			419			408
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			4.011			4.266
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.309			1.421
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			12,55			9,19
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			3.001			3.243
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			0,70			9,13
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			49			52

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2009			Metas 2010		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa				18,65	ND	
Número total de acidentes de trabalho				98	ND	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são Exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa <u>ND</u>	no Procon <u>ND</u>	na Justiça <u>ND</u>	na empresa <u>ND</u>	no Procon <u>ND</u>	na Justiça <u>ND</u>
% de reclamações e críticas solucionadas:	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2009: 11.670.813			Em 2008: 11.703.916		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	60,65% governo 7,97% acionistas	13,00% colaboradores (as) 9,78% terceiros	8,60% retido	58,88% governo 9,08% acionistas	13,52% colaboradores (as) 10,46% terceiros	8,05% retido

7) Outras Informações

- I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2009, cerca de R\$ 15,7 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas e Linhas de Transmissão.
- II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Merece destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2009, 348 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também em 2009, aproximadamente 839 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.
- III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possuem metas de redução.
- IV. Foram alienados ou reciclados 3.248 toneladas de material e equipamentos, 27% a menos do que em 2008, devido à redução na geração de cabos e fios, sucatas metálicas, sucata de isoladores, e uma diminuição na alienação de óleos diversos e de óleo regenerado.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa".

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2005	2006	2007	2008	2009
Atendimento					
Número de consumidores (em milhares) (1)	6.010	10.042	10.321	10.531	10.828
Número de empregados	10.271	10.658	10.818	10.422	9.746
Número de consumidores por empregado	585	675	954	1.010	1.111
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	805	805	805	805
Mercado					
Área de concessão (Km ²)	567.478	578.448	578.448	578.448	578.448
Geração Própria (GWh) (2)	30.411	32.187	33.130	31.163	32.830
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)					
Residencial	474,23	487,52	505,73	475,54	422,27
Comercial	410,81	435,97	449,51	429,47	385,22
Industrial	124,41	128,04	136,93	149,99	162,86
Rural	249,13	265,27	270,65	249,45	254,21
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	54	61	62	63	65
Número de Subestações	440	469	472	474	540
Linhas de Transmissão (Km)	4.892	5.364	5.313	5.725	7.506
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.040	16.788	16.676	16.810	16.959
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	84.585	93.850	91.412	92.929	96.971
Rural	294.815	308.689	337.987	349.819	353.345
Capacidade Instalada (MW)	6.113	6.692	6.678	6.691	6.754
Financeiros					
Receita operacional – R\$ milhões	11.703	13.431	15.790	16.488	17.442
Receita operacional líquida – R\$ milhões	7.313	8.467	10.246	10.890	11.705
Margem operacional - %	33,68	30,11	32,05	31,08	28,22
LAJIDA ou EBITDA – R\$ milhões	3.058	3.222	4.062	4.099	4.039
Lucro líquido – R\$ milhões	2.003	1.719	1.743	1.887	1.861
Lucro líquido por ação	4,12	3,53	3,51	3,80	3,00
Patrimônio líquido – R\$ milhões	7.185	7.522	8.408	9.352	10.276
Valor patrimonial por ação (Controladora) (3)	14,77	15,46	17,28	18,84	16,57
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	27,63	23,92	23,20	22,44	19,90
Endividamento do patrimônio líquido - %	175,55	206,03	187,31	160,29	180,92
Liquidez Corrente	0,91	1,11	1,31	1,32	1,08
Liquidez Geral	0,78	0,73	0,77	0,78	0,71

(1) Inclui os consumidores da Light

(2) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (652 GWh) e o consumo interno das usinas.

(3) Calculados considerando a quantidade de ações existentes em 31 de dezembro de 2009.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

Sérgio Alair Barroso
Djalma Bastos de Moraes
Adriano Magalhães Chaves
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
João Camilo Penna
Guy Maria Vilela Paschoal
Britaldo Pedrosa Soares
Evandro Veiga Negrão de Lima
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur
André Araújo Filho
Thomas Anthony Tribone

Membros Suplentes

Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Lauro Sérgio Vasconcelos David
Kleber Antônio de Campos
Franklin Moreira Gonçalves
Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Fernando Henrique Schuffner Neto
Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Cezar Manoel de Medeiros
Jeffery Atwood Safford
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Andréa Leandro Silva
José Castelo Branco da Cruz

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Vicente de Paulo Barros Pegoraro
Luiz Otávio Nunes West

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ari Barcelos da Silva
Aliomar Silva Lima
Newton de Moura
Leonardo Guimarães Pinto

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome

Djalma Bastos de Moraes
Arlindo Porto Neto
José Carlos de Mattos
Luiz Fernando Rolla
Fernando Henrique Schuffner Neto
Luiz Henrique de Castro Carvalho
Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Márcio Augusto Vasconcelos Nunes
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Cargo

Diretor-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Diretor de Distribuição e Comercialização
Diretor de Geração e Transmissão
Diretor de Gestão Empresarial
Diretor de Gás
Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008 Reclassificado	2009	2008
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 5)	4.424.959	2.283.937	656.704	256.906
Consumidores e Revendedores (nota 6)	2.107.342	2.042.157	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" (nota 8)	227.444	329.350	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	395.649	463.165	-	-
Tributos Compensáveis (nota 12)	893.980	843.849	8.208	11.573
Despesas Antecipadas – CVA (nota 11)	754.373	778.545	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 9)	46.028	15.076	-	-
Créditos Tributários (nota 13)	141.889	188.792	7.525	18.381
Dividendos a Receber	-	-	1.362.451	1.436.822
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 16)	-	46.240	-	-
Revisão Tarifária da Transmissão (nota 10)	83.303	-	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	-	133.423	-	-
Estoques	35.032	35.830	17	17
Outros Créditos	334.416	517.158	14.124	21.582
TOTAL DO CIRCULANTE	9.444.415	7.677.522	2.049.029	1.745.281
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 15)	1.823.644	1.800.873	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (nota 15)	-	-	872.638	810.593
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 8)	-	218.688	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 11)	199.915	296.762	-	-
Créditos Tributários (nota 13)	572.146	748.014	111.920	145.976
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 9)	-	4.107	-	-
Tributos Compensáveis (nota 12)	227.919	272.052	111.895	174.109
Depósitos Vinculados a Litígios (nota 14)	627.567	382.176	95.461	87.831
Consumidores e Revendedores (nota 6)	161.239	90.529	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 16)	46.240	-	-	-
Revisão Tarifária da Transmissão (nota 10)	35.976	-	-	-
Outros Créditos	126.925	142.795	78.286	64.866
	3.821.571	3.955.996	1.270.200	1.283.375
Investimentos (nota 17)	25.955	36.689	8.540.385	7.861.251
Imobilizado (nota 18)	13.862.757	12.055.792	1.891	2.034
Intangível (nota 19)	1.711.575	615.469	1.544	2.543
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	19.421.858	16.663.946	9.814.020	9.149.203
ATIVO TOTAL	28.866.273	24.341.468	11.863.049	10.894.484

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 20)	852.195	891.821	14.275	7.134
Encargos Regulatórios (nota 23)	324.234	488.835	-	-
Participações nos Lucros (nota 33)	97.878	116.955	3.774	4.502
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 21)	616.880	627.333	32.838	31.990
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar (nota 26)	953.789	960.129	953.789	960.129
Empréstimos e Financiamentos (nota 22)	4.244.123	881.880	23.358	6.740
Debêntures (nota 22)	35.570	398.268	-	-
Salários e Contribuições Sociais	353.291	293.894	18.423	16.117
Passivo Regulatório – CVA (nota 11)	656.404	488.284	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 24)	94.041	83.097	4.108	3.907
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 35)	78.305	98.628	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	10.839	10.003
Outras Obrigações	414.794	478.947	20.605	20.623
TOTAL DO CIRCULANTE	8.721.504	5.808.071	1.082.009	1.061.145
NÃO CIRCULANTE				
Encargos Regulatórios (nota 23)	152.303	20.521	-	-
Passivo Regulatório – CVA (nota 11)	228.111	156.883	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 22)	5.678.628	4.824.307	55.190	73.587
Debêntures (nota 22)	1.334.626	1.240.283	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 21)	602.697	371.385	-	-
Provisões para Contingências (nota 25)	495.096	661.935	326.032	355.153
Obrigações Pós-Emprego (nota 24)	1.178.946	1.396.704	48.118	52.935
Outras Obrigações	191.909	166.929	76.195	30
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.862.316	8.838.947	505.535	481.705
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	6.948	342.816	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 26)				
Capital Social	3.101.884	2.481.508	3.101.884	2.481.508
Reservas de Capital	3.969.099	3.983.021	3.969.099	3.983.021
Reservas de Lucros	3.177.248	2.859.920	3.177.248	2.859.920
Ajuste Acumulado de Conversão	150	61	150	61
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	27.124	27.124	27.124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.275.505	9.351.634	10.275.505	9.351.634
PASSIVO TOTAL	28.866.273	24.341.468	11.863.049	10.894.484

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 27)	14.580.700	13.685.833	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (nota 28)	2.244.460	2.150.404	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 29)	617.331	651.604	347	490
	17.442.491	16.487.841	347	490
Deduções à Receita Operacional (nota 30)	(5.737.408)	(5.597.522)	(2)	(2)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11.705.083	10.890.319	345	488
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS (nota 31)				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.706.021)	(2.959.745)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(831.477)	(724.408)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(166.810)	(228.764)	-	-
	(4.704.308)	(3.912.917)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 31)				
Pessoal e Administradores	(904.824)	(949.382)	-	-
Obrigações Pós-Emprego	(91.145)	(209.385)	-	-
Materiais	(100.197)	(99.731)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(4.070)	(69.573)	-	-
Serviços de Terceiros	(641.641)	(541.646)	-	-
Depreciação e Amortização	(712.232)	(701.730)	-	-
Provisões Operacionais	(27.386)	(26.060)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(146.083)	(130.565)	-	-
Outras	(98.462)	(182.159)	-	-
	(2.726.040)	(2.910.231)	-	-
CUSTO TOTAL	(7.430.348)	(6.823.148)	-	-
LUCRO BRUTO	4.274.735	4.067.171	345	488
DESPESA OPERACIONAL (nota 31)				
Despesas com Vendas	(183.899)	(108.389)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(676.909)	(441.625)	(28.234)	(107.442)
Outras Despesas Operacionais	(111.175)	(132.541)	(17.972)	(11.004)
	(971.983)	(682.555)	(46.206)	(118.446)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas Financeiras	3.302.752	3.384.616	(45.861)	(117.958)
Resultado de Equivalência Patrimonial			2.046.912	2.076.034
Resultado Financeiro Líquido (nota 32)	(219.322)	(93.629)	1.110	58.256
Lucro antes dos Impostos e Participações	3.083.430	3.290.987	2.002.161	2.016.332
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 13)	(895.561)	(1.035.153)	(115.749)	(128.150)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 13)	(15.111)	120.821	(12.187)	9.507
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado (nota 33)	(238.554)	(370.350)	(12.822)	(10.654)
Participações dos Acionistas não Controladores	(72.801)	(119.270)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.861.403	1.887.035	1.861.403	1.887.035
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$			3,00146	3,80382

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
 (Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Reservas Ajustes Conversão	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Reapresentado)	2.432.307	4.032.222	1.898.526	17.877	-	27.124	8.408.056
Aumento de Capital	49.201	(49.201)	-	-	-	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	61	-	61
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.887.035	-	-	1.887.035
Destinação do Lucro proposta à AGO:							
Reserva Legal	-	-	94.352	(94.352)	-	-	-
Dividendos (R\$1,93 por ação)	-	-	-	(943.518)	-	-	(943.518)
Retenção de Lucros	-	-	867.042	(867.042)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.481.508	3.983.021	2.859.920	-	61	27.124	9.351.634
Aumento de Capital	620.376	(13.922)	(606.454)	-	-	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	89	-	89
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.861.403	-	-	1.861.403
Ajuste de Exercício Anterior de Controlada	-	-	-	(6.919)	-	-	(6.919)
Destinação do Lucro proposta à AGO:							
Reserva Legal	-	-	93.070	(93.070)	-	-	-
Dividendos (R\$1,50 por ação)	-	-	-	(930.702)	-	-	(930.702)
Retenção de Lucros	-	-	830.712	(830.712)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	<u>3.101.884</u>	<u>3.969.099</u>	<u>3.177.248</u>	<u>-</u>	<u>150</u>	<u>27.124</u>	<u>10.275.505</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	1.861.403	1.887.035	1.861.403	1.887.035
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades-				
Depreciação e Amortização	735.714	715.045	1.738	350
Baixas Líquidas de Imobilizado	30.558	32.479	9	1.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(2.046.912)	(2.076.034)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	54.617	(5.168)	(44.900)	(114.971)
Imposto Federais Diferidos	15.111	(120.821)	12.187	(9.507)
Provisões (reversão) para Perdas Operacionais	105.613	228.638	(27.374)	100.956
Provisão (reversão) na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(7.660)	25.021	-	4.356
Provisão para Ganhos (Perdas) em instrumentos financeiros	90.031	(31.250)	-	-
Obrigações Pós-Emprego	149.386	264.219	5.669	11.185
Participação de minoritários	72.801	119.270	-	-
Ativo Regulatório – Revisão da Receita da Transmissão	(119.279)	-	-	-
Outros	-	(106.268)	24.548	-
	<u>2.988.295</u>	<u>3.008.200</u>	<u>(213.632)</u>	<u>(195.630)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(387.438)	(124.334)	-	-
Recomposição Tarifária extraordinária - curto prazo	320.593	328.217	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	143.646	128.757	-	-
Revendedores - Transações no CCEE	2.070	13.720	-	-
Créditos tributários diferidos	86.395	404.858	32.727	112.682
Tributos Compensáveis	(36.357)	59.633	65.579	106.940
Transporte de energia	60.910	11.285	-	-
Reajuste tarifário diferido	133.423	411.810	-	-
Despesas Antecipadas CVA	100.425	(336.091)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	-	-	1.701.619	1.426.136
Depósitos Judiciais	(260.109)	(88.741)	(7.630)	5.012
Outros Créditos	275.517	(169.859)	(23.107)	3.276
	<u>439.075</u>	<u>639.255</u>	<u>1.769.188</u>	<u>1.654.046</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	4.571	(67.884)	7.141	(4.647)
Tributos e Contribuição Social	266.208	(411.373)	848	(92.381)
Salários e Contribuições Sociais	64.178	57.609	2.307	6.949
Encargos Regulatórios	(33.625)	95.647	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(2.251)	80.048	(1.779)	1.005
Obrigações Pós-Emprego	(241.739)	(217.015)	(10.285)	(9.880)
Passivos Regulatórios – CVA	240.554	(99.111)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(110.353)	(54.511)	-	-
Outros	(109.592)	(63.194)	74.505	(79.235)
	<u>77.951</u>	<u>(679.784)</u>	<u>72.737</u>	<u>(178.189)</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>3.505.321</u>	<u>2.967.671</u>	<u>1.628.293</u>	<u>1.280.227</u>

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	4.310.504	361.493	-	-
Recebimento de quotas do FIDC	-	-	-	899
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.015.502)	(893.293)	-	-
Redução da participação de acionistas não controladores	(110.556)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(937.042)	(864.846)	(937.042)	(864.846)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.247.404	(1.396.646)	(937.042)	(863.947)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	(529.117)	(90.039)	(289.729)	(180.969)
No Imobilizado e Intangível	(3.082.586)	(1.399.847)	(1.724)	(358)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	-	136.579	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.611.703)	(1.353.307)	(291.453)	(181.327)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	2.141.022	217.718	399.798	234.953
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE				
No início do período	2.283.937	2.066.219	256.906	21.953
No fim do Período	4.424.959	2.283.937	656.704	256.906
	2.141.022	217.718	399.798	234.953
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	688.040	729.534	10.539	9.479
Imposto de Renda e Contribuição Social	731.305	866.908	40.499	-
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE DISPONIBILIDADE				
Encargos financeiros transferidos para o Imobilizado	2.439	4.121	-	-
Dividendos compensados com os créditos da CRC	126.501	128.757	126.501	128.757

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2009	2008	2009	2008				
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	17.442.491	16.487.841	347	490				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(123.514)	(115.669)	5.080	11.959				
	<u>17.318.977</u>	<u>16.372.172</u>	<u>5.427</u>	<u>12.449</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.706.021)	(2.959.745)	-	-				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(831.477)	(724.408)	-	-				
Serviços de Terceiros	(821.760)	(675.820)	(17.692)	(18.061)				
Gás Comprado para Revenda	(166.810)	(228.764)	-	-				
Materiais	(107.471)	(104.981)	(294)	(243)				
Matéria Prima	(4.070)	(69.573)	-	-				
Outros Custos Operacionais	(197.951)	(334.197)	5.237	(87.191)				
	<u>(5.835.560)</u>	<u>(5.097.488)</u>	<u>(12.749)</u>	<u>(105.495)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.483.417	11.280.260	(7.322)	(93.046)				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(735.714)	(715.045)	(1.738)	(350)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	10.747.703	10.565.215	(9.060)	(93.396)				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	2.046.912	2.076.034				
Receitas Financeiras	923.110	1.138.701	79.608	151.222				
	<u>923.110</u>	<u>1.138.701</u>	<u>2.126.520</u>	<u>2.227.256</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.670.813	11.703.916	2.117.460	2.133.860				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	1.517.469	13,00	1.582.124	13,52	42.272	2,00	27.553	1,29
Remuneração direta	900.034	7,71	1.013.996	8,66	15.691	0,74	6.984	0,33
Benefícios	322.776	2,76	438.227	3,75	11.621	0,55	16.039	0,75
FGTS	88.566	0,76	79.527	0,68	3.857	0,18	2.987	0,14
Outras	206.093	1,77	50.374	0,43	11.103	0,53	1.543	0,07
Impostos, Taxas e Contribuições	7.078.080	60,65	6.891.697	58,88	172.647	8,15	160.512	7,52
Federais	4.036.612	34,59	3.782.892	32,32	172.571	8,15	160.315	7,51
Estaduais	3.034.980	26,00	3.102.483	26,51	71	-	141	0,01
Municipais	6.488	0,06	6.322	0,05	5	-	56	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.141.059	9,78	1.223.790	10,46	41.138	1,95	58.760	2,75
Juros	1.102.647	9,45	1.183.133	10,11	40.358	1,91	58.182	2,72
Aluguéis	38.412	0,33	40.657	0,35	780	0,04	578	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	1.934.205	16,57	2.006.305	17,14	1.861.403	87,90	1.887.035	88,44
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	930.702	7,97	943.518	8,06	930.702	43,95	943.518	44,22
Participação de Minoritários	72.801	0,63	119.270	1,02	-	-	-	-
Lucros Retidos	930.702	7,97	943.517	8,06	930.701	43,95	943.517	44,22
	<u>11.670.813</u>	<u>100,00</u>	<u>11.703.916</u>	<u>100,00</u>	<u>2.117.460</u>	<u>100,00</u>	<u>2.133.860</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América e da Espanha. Atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2009.

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) ou (“Cemig Geração e Transmissão”) (controlada – participação de 100,00%) subsidiária integral de capital aberto (possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólica e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig GT possui participação societária nas seguintes controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais, e com capacidade instalada de 27 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em 2009.

- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em 2009.

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada (informação não auditada pelos auditores independentes), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em setembro de 2009 (1ª unidade), em novembro de 2009 (2ª unidade) e março de 2010 (3ª unidade). A 4ª unidade tem previsão de entrada em operação para abril de 2010.

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada TERNA Participações S.A.) (controlada em conjunto – participação de 32,27%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país através das seguintes sociedades por ela controladas ou das quais participa: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Terna Serviços Ltda., que juntas possuem mais de 3.712 km (informação

não auditada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão de alta voltagem (de 230 a 500 Kv), integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

- Transmissora Alterosa de Energia S.A. ("Alterosa") (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Participação no capital de outras sociedades ligadas ao setor elétrico de transmissão. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 17.

Controladas e Controladas em conjunto da Cemig GT em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011, e totalizarão uma capacidade instalada de 44 MW (informação não auditada pelos auditores independentes).

- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, por meio da seguinte sociedade por ela controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não auditada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada (informação não auditada pelos auditores independentes), localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010.

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 42 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação em março de 2010.

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 79,2 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação em março de 2010.

- ☐ Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D") ou ("Cemig Distribuição") (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais atendendo a 6.832.361 consumidores em 31 de dezembro de 2009 (informações não auditadas pelos auditores independentes);

- ☐ Light S.A. (“Light”) (controlada em conjunto – participação 13,03%) – Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light S.A. é a controladora das seguintes empresas:

- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com 4,0 milhões de consumidores em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro;

- Light Energia S.A. (“Light Energia”) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividade principal estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui 855 MW de capacidade instalada (informação não auditada pelos auditores independentes) na atividade de geração;

- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) - Empresa que tem como atividade principal atuar no mercado de prestação de serviços de co-geração, projetos, administração e soluções tais como eficientização e definições de matrizes energéticas e comercialização de energia no mercado livre;

- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a exploração e produção de energia elétrica;

- Lightger Ltda. (“Light Ger”) e Lighthidro Ltda. (“Light Hidro”) - Empresas em fase pré-operacional, ambas para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi.

- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia para o social como empresa cidadã.

A Companhia está adquirindo participação acionária adicional na Light, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 17.

- ☐ Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- ☐ Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- ☐ Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- ☐ Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada – participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);

- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 kV;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto – participação de 40,19%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV no Estado do Pará.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto – participação de 36,69%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV no Estado do Pará e no Estado do Maranhão.

- ❑ Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto – participação de 36,69%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, no Estado do Pará.
- ❑ Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto – participação de 36,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. Além disso, a EATE possui participação nas seguintes transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – “EBTE”, com participação de 51%, Sistema de Transmissão Catarinense – “STC”, com participação de 80% e Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica – “Lumitrans”, com participação de 80%.
- ❑ Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto – participação de 13,37%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, ambas no Estado de Santa Catarina.
- ❑ Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“AXXIOM”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2008 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2009:

- ❑ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ❑ Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile. Conforme o programa de construção, a linha de transmissão entrará em operação no primeiro semestre de 2010.
- ❑ Cemig Serviços – (controlada – participação de 100%) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de Sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”); normas da Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”); e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”).

Em 09 de março de 2010 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e o consequente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

Reclassificação de Saldos Contábeis

A Companhia reclassificou seus investimentos em consórcios da conta patrimonial Investimento para a conta patrimonial Imobilizado – Atividade não Vinculada, em função do despacho da ANEEL nº 3.467 que considerando a necessidade de proceder a ajustes no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, e adequando-se às especificidades das concessionárias do serviço público que participam na forma de consórcio, aprovou as alterações e determinou a reclassificação dos consórcios em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009.

As reclassificações efetuadas nos saldos de 2008 para fins de comparabilidade estão a seguir discriminadas:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>
Ativo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Investimento		Imobilizado	
Consórcios	(1.113.297)	Atividade não Vinculada	1.102.265
	<u>(1.113.297)</u>	Intangível	
		Atividade não Vinculada	11.032
			<u>1.113.297</u>
Outras despesas operacionais		Deduções da Receita	
Encargo de Aquisição Emergencial	10.371	Encargo de Aquisição Emergencial	(10.371)
	<u>10.371</u>		<u>(10.371)</u>

2.2) Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra a rubrica de Lucros acumulados em 2008.

Pronunciamentos e Interpretações Técnicas emitidos pelo CPC e deliberados pela CVM em 2009

Com intuito de criar novas normas contábeis, que fazem parte da agenda conjunta da CVM e do CPC, em continuidade ao processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos IFRS, iniciado em 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos no exercício de 2009, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativas a 2009 para fins de comparabilidade, aprovados também pela CVM, alterando determinadas práticas contábeis atualmente adotadas pela Companhia.

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas nos novos pronunciamentos, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas demonstrações contábeis, ao tempo em que participa das discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos específicos da aplicação no setor elétrico.

Até que haja um maior entendimento sobre a aplicação prática da referida instrução técnica, não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis consolidadas com encerramento em 31 de dezembro de 2010 serão elaboradas conforme o CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração – São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados. A partir de 2010, o saldo mensal dessa despesa passará a não ser mais apropriado ao imobilizado em curso e será totalmente atribuído às despesas de Pessoal e Serviços de Terceiros, nas respectivas Unidades Operativas.

Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no grupo Atividade não vinculada do Imobilizado e do Intangível, como descrito nas notas explicativas nº 18 e nº 19. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e Demonstrações Contábeis específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Instrumentos financeiros – Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, debêntures, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

- i) Instrumentos mantidos até o vencimento – São os ativos financeiros não derivativos com pagamento fixos ou determinados com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado

utilizando o método do taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- ii) Instrumentos disponíveis para venda – Esses instrumentos, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no Patrimônio Líquido é transferido para resultado. Nenhum dos instrumentos da Companhia e de suas Controladas foram classificados como disponíveis para venda.
- iii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, custos de transações atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Esses instrumentos financeiros são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- iv) Outros instrumentos financeiros – São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais perdas no valor recuperável.

Instrumentos financeiros derivativos – A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Moeda estrangeira – A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior referente a Controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional Real pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Disponibilidades – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, e aplicações financeiras com disponibilidade imediata, avaliadas como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Consumidores e Revendedores – As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas pelo valor faturado e não faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Estoques – São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado.

Custos não controláveis – CVA – As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição e Light e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos – As participações em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Arrendamento financeiro – Determinados tipos de contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. A Companhia não possui arrendamentos financeiros.

Arrendamento operacional – Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Ativos intangíveis – Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia e suas controladas. Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente. (ii) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (iii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo prazo da concessão ou pelas taxas definidas pela ReN ANEEL 367/09, de 02 de junho de 2009.

Imobilizado – Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Depreciação e Amortização – São calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens, conforme nota explicativa nº 18.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – São registradas pelo valor recebido de clientes, demonstradas como retificadoras do ativo imobilizado. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e são amortizadas a partir do segundo ciclo de Revisão Tarifária. No caso da Cemig Distribuição, as Obrigações Especiais passam a ser amortizadas a partir de abril de 2008, e no caso da Light SESA, a partir de novembro de 2008, por taxa correspondente à taxa média dos ativos em serviço, definidas pela ANEEL.

Redução ao valor recuperável - Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Ajuste a Valor Presente – A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos – Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

Passivos circulantes e não circulantes – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Obrigações Pós-Emprego – Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, utilizando o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 371/00. Quando os benefícios de um plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

Juros sobre o Capital Próprio – Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Imposto de Renda e Contribuição Social – O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos foram provisionados ou constituídos créditos sobre adições temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de

geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelo Conselho de Administração.

Participações dos Empregados – Previstas no Estatuto Social, são provisionadas em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas como redutoras do Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias.

Resultado – O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Lucro Líquido por Ação – É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de Estimativas – A preparação de Demonstrações Contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia e controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, como divulgado em nota específica. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Amortização, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Provisões – Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das Demonstrações Contábeis das controladas em conjunto. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As referências efetuadas nestas Demonstrações Contábeis das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As Demonstrações Contábeis da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da CEMIG é o Real.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas demonstrações financeiras são regularmente revisadas/auditadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	2009		2008	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas					
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-	100,00	-
Controladas diretas da Cemig GT					
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Ganhães Energia	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00	-	10,00
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00	-	-
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	Proporcional	-	32,27	-	-
Transmissora Alterosa de Energia	Proporcional	-	49,00	-	-
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-	100,00	-
Rosal Energia	Integral	100,00	-	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-	100,00	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-	-	-
Controladas em conjunto					
Rio Minas Energia	Proporcional	25,00 (*)	-	25,00	-
Controladas diretas da Rio Minas Energia					
Lidil Comercial Ltda	Integral	-	25,00 (*)	-	25,00
Light S.A.	Integral	-	13,03 (*)	-	13,03
Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG	Proporcional	55,19	-	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-	25,00	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-	24,50	-
Light S.A.	Proporcional	13,03 (* *)	-	-	-
Controladas diretas da Light S.A.					
Light SESA	Integral	-	13,03	-	13,03
Light Energia	Integral	-	13,03	-	13,03
Light Esco	Integral	-	13,03	-	13,03
Light Ger	Integral	-	13,03	-	13,03
Light Hidro	Integral	-	13,03	-	13,03
Instituto Light	Integral	-	13,03	-	13,03
Itacoara Energia	Integral	-	13,03	-	13,03
Transchile	Proporcional	49,00	-	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	36,35	-	17,17	-
Controladas diretas da EATE					
Sistema de Transmissão Catarinense	Integral	-	29,08	-	13,74
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	29,08	-	13,74
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia	Proporcional	-	18,54	-	8,76
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	40,19	-	19,25	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	36,69	-	18,35	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	36,69	-	18,35	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	13,37	-	7,50	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	Proporcional	49,00	-	49,00	-

(*) Até 30/12/2009

(* *) A partir de 31/12/2009

Consolidação da Rio Minas Energia Participações S.A./Light

A Companhia detinha o controle em conjunto da Rio Minas Participações S.A. ("RME") até 30 de dezembro de 2009, data em que foi realizada a cisão da RME com incorporação dos saldos cindidos referentes à quarta parte da CEMIG (25% da RME).

A RME detinha o controle da Light com a participação de 52,13%. Assim, a RME consolidava integralmente a Light, e a CEMIG, por sua vez, consolidava a RME na proporção de 25% referente à sua participação. Após a cisão da RME e a incorporação dos saldos cindidos pela Companhia (vide maiores detalhes na nota explicativa 17) a Companhia passou a consolidar proporcionalmente a Light, com participação direta de 13,03%, eliminando a partir dessa data, a figura dos acionistas não controladores.

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Informações não auditadas	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
		Capacidade Instalada (MW)		
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas (1)				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2025
Jaquara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	161,700	07/2000	12/2035
Rio Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana – RJ	55,000	05/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	04/2002	04/2032
Salto Paraopeba	Rio Paraopeba	2,370	10/2000	10/2030
Machado Mineiro	Rio Pardo	1,720	07/1995	07/2025
Salto do Passo Velho	Rio Capecozinho	1,800	10/2000	10/2030
Salto do Voltão	Rio Capecozinho	8,200	10/2000	10/2030
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	13,230	07/2000	07/2030
UHE Baçurari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
Outras	Diversas	96,844	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	17,200	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	49,514	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	13,030	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	23,845	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	7,427	07/1996	06/2026
		6.549,836		
Usina Eólica (1)				
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	1,000	03/2000	-
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	28,800	09/2002	08/2029
		29,800		
Usinas Termelétricas (1)				
Igarapé	Juatuba – MG	131,000	01/2005	08/2024
Ipatinga	Ipatinga – MG	40,000	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte –	12,900	02/2002	04/2023
		183,900		

Projetos em Andamento – Usinas

Hidrelétricas (1)

PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	9,800	09/2001	09/2031
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	315,040	06/2008	06/2043
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	6,860	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	4,410	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	5,880	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	4,410	10/2002	10/2032
		346,400		

Projetos em Andamento – Usinas Eólicas

Volta do Rio (2)	Aracajú – CE	42,000	12/2001	-
Praia de Morgado (2)	Aracajú - CE	28,800	12/2001	-
		70,800		

TOTAL GERAÇÃO

7.180,736

TRANSMISSÃO

Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	10/2000	10/2030
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	02/2004	02/2034
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	03/2005	03/2035
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açailândia	Pará/Maranhão	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	11/2000	11/2030
TAESA - TSN (3)	Goiás/ Bahia	12/2000	12/2030
TAESA – Munirah (4)	Bahia	02/2004	02/2034
TAESA – Gtesa (5)	Pernambuco/ Paraíba	01/2002	01/2032
TAESA – Patesa (6)	Rio Grande do Norte	12/2002	12/2032
TAESA – NVT (7)	Maranhão/Distrito Federal	12/2000	12/2030
TAESA – ETAU (8)	Santa Catarina/Rio G. do Sul	12/2002	12/2032
TAESA – ETEO (9)	São Paulo	05/2000	05/2030
TAESA – Brasnorte (10)	Mato Grosso	03/2008	03/2038

Projetos em Andamento – Transmissão

Transchile – LT Charrua – Nova Temuco	Chile	05/2005	05/2028
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	03/2005	03/2035
EBTE	Mato Grosso	10/2008	10/2038

(1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da CEMIG nas controladas e também nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 17.

(2) A data de vencimento da concessão será de 20 anos após o início das operações.

(3) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.

(4) Munirah Transmissora de Energia S.A.

(5) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.

(6) Paraíso Açú Transmissora de Energia S.A.

(7) NVT - Novatrans Energia S.A.

(8) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S.A.

(9) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.

(10) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO			
Norte	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Light	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026

Renovação das concessões

O Ministério das Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho técnico para analisar os critérios que serão aplicados nas renovações das concessões de geração, transmissão e distribuição com vencimento a partir de 2015. As sugestões serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Política Energética e terão como objetivo, segundo declarações dos participantes desse grupo, a redução nas tarifas para os consumidores. A Companhia tem a expectativa de renovação das suas concessões, não tendo ainda como estimar o efeito em suas Demonstrações Contábeis decorrente dessa questão.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2009	Valor Presente em 2009	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	315.326	32.225	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	29.363	9.387	03/2006 a 02/2035	IGP-M
Queimado (Consórcio)	7.702	2.643	01/2004 a 12/2032	IGP-M
Baguari (Consórcio)	5.427	1.377	09/2009 a 09/2042	IPC-A
Capim Branco (Consórcio)	18.488	5.718	09/2007 a 08/2035	IGP-M

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Passivo Não Circulante – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Queimado Capim Branco e Baguari em 2009 corresponderam a R\$113, R\$1.160, R\$364 R\$653 e R\$55, respectivamente.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$108, R\$1.102, R\$313, R\$666 e R\$156, (valor nominal de R\$114, R\$1.170, R\$333, R\$710 e R\$166), respectivamente.

A Cemig GT efetuou, em 2008, ajuste a valor presente das parcelas da concessão de Porto Estrela já registradas como Outras Contas a Pagar, devido ao fato de que o contrato prevê apenas a atualização pelo IGPM, sem juros, sendo seu fluxo de pagamentos crescentes ao longo dos anos de sua concessão.

No término da concessão, o valor residual dos empreendimentos deverá ser ressarcido pelo Poder Concedente a Companhia.

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Contas Bancárias	111.056	330.772	21.817	17.361
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	4.104.763	1.871.418	634.373	239.317
Letras Financeiras do Tesouro	90.211	46.463	170	118
Letras do Tesouro Nacional	7.284	585	180	1
Outros	111.645	34.699	164	109
	4.313.903	1.953.165	634.887	239.545
	4.424.959	2.283.937	656.704	256.906

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2009	2009	2009	2009	2008
Residencial	422.816	166.959	178.264	768.039	847.887
Industrial	335.318	65.205	427.151	827.674	848.747
Comércio, Serviços e Outras	249.744	52.755	96.406	398.905	407.593
Rural	64.043	17.538	19.279	100.860	102.509
Poder Público	65.683	11.161	42.410	119.254	117.312
Iluminação Pública	15.852	6.770	23.704	46.326	85.176
Serviço Público	162.671	4.867	5.770	173.308	83.058
Subtotal – Consumidores	1.316.127	325.255	792.984	2.434.366	2.492.282
Suprimento a Outras Concessionárias	200.658	17.051	8.976	226.685	110.928
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(900)	(391.570)	(392.470)	(470.524)
	1.516.785	341.406	410.390	2.268.581	2.132.686
Ativo Circulante				2.107.342	2.042.157
Ativo não Circulante				161.239	90.529

Classe de Consumidor	Controladora				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2009	2009	2009	2009	2008
Residencial	-	-	3.376	3.376	3.155
Industrial	-	-	31.376	31.376	35.442
Comércio, Serviços e Outras	-	-	7.274	7.274	7.678
Rural	-	-	2.159	2.159	2.401
Poder Público	-	-	462	462	633
Iluminação Pública	-	-	2.141	2.141	2.272
Serviço Público	-	-	499	499	785
Subtotal – Consumidores	-	-	47.287	47.287	52.366
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(47.287)	(47.287)	(52.366)
	-	-	-	-	-

Encontra-se registrado no Ativo não Circulante o valor de R\$89.945 em 31 de dezembro de 2009 referente créditos de consumidor industrial da Cemig D e Cemig GT, que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da

Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Residencial	144.792	190.765	3.376	3.155
Industrial	102.810	116.105	31.376	35.442
Comércio, Serviços e Outras	93.580	102.069	7.274	7.678
Rural	13.873	14.490	2.159	2.401
Poder Público	12.440	19.811	462	633
Iluminação Pública	18.749	18.803	2.141	2.272
Serviço Público	6.226	8.481	499	785
	392.470	470.524	47.287	52.366

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2009 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2008	470.524	52.366
Constituição (reversão) de Provisão	123.514	(5.080)
Baixa de Contas a Receber	(103.690)	1
Ajuste de Minoritários RME/Light (vide nota nº3)	(97.878)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	392.470	47.287

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2009	2008
Ativos		
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A” – (Nota nº 8)	227.444	548.038
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 9	46.028	19.183
Reajuste Tarifário Diferido	-	133.423
PIS/COFINS e PASEP – (Nota nº 16)	46.240	46.240
Despesas Antecipadas – CVA – (Nota nº 11)	954.288	1.075.307
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	3.938	3.089
Descontos na TUSD	-	25.095
Recuperação dos Descontos na TUSD	-	19.295
Descontos TUSD Fonte Incentivada	9.536	27.203
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	18.930	19.514
Subvenção Baixa Renda	24.379	92.191
Programa Luz para Todos	-	13.626
Revisão Tarifária da Transmissão – Parcela de Ajuste – (Nota nº 10)	119.279	-
Descontos Concedidos a Irrigantes	2.146	-
Outros Ativos Regulatórios	7.347	3.082
	1.459.555	2.025.286
Passivos		
Energia Livre – Ressarcimento a Geradoras	(36.952)	-
Compra de Energia durante o Racionamento	(122)	(23.749)
Revisão da Receita de Transmissão	-	(7.662)
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – (Nota nº 11)	(884.515)	(645.167)
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(3.320)	(17.519)
Ajuste Financeiro referente a Revisão Tarifária 2008	(28.146)	-
Ajuste na Empresa de Referência	(43.156)	-
Outros Passivos Regulatórios	(10.762)	(6.630)
	(1.006.973)	(700.727)
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – (Nota nº 21)	(73.098)	(89.281)
	(1.080.071)	(790.008)
Total	379.484	1.235.278

8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

O Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela “A” ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 através dos reajustes tarifários descritos a seguir:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de

produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.

- ☐ Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- ☐ Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.
- ☐ Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre").

O prazo de vigência da RTE da Cemig D e da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA"), de 74 meses, expirou em fevereiro de 2008, sendo que a Cemig D realizou baixa como perda de R\$348.819 em função desse prazo não ter sido suficiente para recebimento do total dos ativos referentes a perdas com o racionamento. A Light SESA registrou uma baixa como perdas no valor de R\$72.862.

Também em função do término do prazo de vigência da RTE, a Cemig D e a Light SESA efetuaram baixa dos valores a serem recolhidos para repasse aos geradores, no montante de R\$360.783. Esta baixa não afetou o resultado do exercício, tendo em vista que foi também baixado, de forma simultânea, o passivo correspondente.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela "A" foi iniciada em março de 2008, logo após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continua em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

A medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. No caso da Cemig Distribuição S.A. os valores transferidos são conforme abaixo:

<u>Valores transferidos para a despesa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Energia Comprada para Revenda	195.734	160.706
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	86.671	71.160
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	8.661	7.111
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	3.342	2.744
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	22.386	18.380
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	7.687	6.311
Conexão – Realização Parcela "A"	471	387
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia	811	666
	325.763	267.465

Os valores a serem recebidos referentes à Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	2009	2008
Cemig Distribuição S.A	227.445	515.060
Light SESA	-	32.978
	227.445	548.038
Ativo Circulante	227.445	329.350
Ativo Não Circulante	-	218.688

9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig GT referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2009	2008
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	46.028	45.302
Provisão para perdas na realização	-	(26.119)
	46.028	19.183
Circulante	46.028	15.076
Não Circulante	-	4.107

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig GT nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig GT, desde março de 2003.

Revisão dos valores pela ANEEL

Em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 387 em que estabeleceu que os saldos da Energia Livre (direito dos geradores) e da Perda de Receita (direito das distribuidoras), após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento da distribuidoras deverão ser recalculados através de uma nova metodologia.

O repasse final da Energia Livre corresponderá ao somatório das diferenças mensais, positivas ou negativas, entre os repasses financeiros da Energia Livre, efetuados conforme critérios definidos nessa nova metodologia, e os repasses já efetivamente realizados, acrescidas da remuneração financeira pela Taxa Selic, desde a data da ocorrência da diferença até a data de encerramento da cobrança da RTE nas tarifas de fornecimento. O montante a ser repassado à Cemig GT pelas distribuidoras, é de R\$36.388.

Os direitos da Cemig GT são atualizados pela variação da SELIC acrescido de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 25.

Baixa para perdas na realização

Em 2009 a Companhia realizou baixas nos valores de R\$36.902 referente aos créditos a receber que não tem mais a possibilidade de serem repassados por algumas distribuidoras em função do término de vigência da cobrança da RTE em suas áreas de concessão.

10) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO

A primeira revisão tarifária da transmissão da Cemig GT foi aprovada pela diretoria da ANEEL em 17 de junho de 2009 na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Dessa forma, foi estabelecido pela ANEEL um componente financeiro de R\$158.090 a ser pago a Cemig GT por meio da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009. A primeira parcela de R\$85.732 foi incorporada no reajuste do ciclo 2009/2010 e a segunda parcela de R\$72.358 será compensada no reajuste 2010/2011.

À medida que os valores da Parcela de Ajuste são recebidos na tarifa, a Cemig GT transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. A movimentação da Parcela de Ajuste está demonstrada conforme abaixo:

Composição Total da Parcela de Ajuste (Consolidado)					
	Saldo em 2008	Adição	Atualização monetária	Amortização	Saldo em 2009
Rede Básica	-	128.823	(287)	(34.670)	93.866
Fronteira	-	13.899	(30)	(3.793)	10.076
DIT – Demais Instalações de Transmissão	-	15.368	(31)	-	15.337
	-	158.090	(348)	(38.463)	119.279
Circulante					83.303
Não Circulante					35.976

Como previsto no contrato de concessão da Cemig GT, os cálculos da revisão foram feitos sobre toda a base de ativos de transmissão da Cemig GT e não apenas dos ativos referentes às novas instalações.

11) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2009	2008
Cemig Distribuição	40.491	379.728
Light	29.282	50.412
	69.773	430.140
Ativo Circulante	754.373	778.545
Ativo Não Circulante	199.915	296.762
Passivo Circulante	(656.404)	(488.284)
Passivo Não Circulante	(228.111)	(156.883)
Valores Líquidos	69.773	430.140

12) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
ICMS a Recuperar	222.093	196.261	3.806	3.806
Imposto de Renda	400.518	399.104	-	-
Contribuição Social	129.807	126.188	-	-
PASEP	21.894	14.471	-	1.132
COFINS	101.785	93.130	-	5.250
Outros	17.883	14.695	4.402	1.385
	<u>893.980</u>	<u>843.849</u>	<u>8.208</u>	<u>11.573</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	70.408	97.372	426	426
Imposto de Renda	101.304	163.276	100.054	163.276
Contribuição Social	11.415	10.407	11.415	10.407
PASEP/COFINS	44.792	997	-	-
	<u>227.919</u>	<u>272.052</u>	<u>111.895</u>	<u>174.109</u>
	<u>1.121.899</u>	<u>1.115.901</u>	<u>120.103</u>	<u>185.682</u>

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil foi permitida a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2009 que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados para o ano de 2010.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2010.

13) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	93.571	234.346	5.259	41.676
Provisão para Contingências	151.263	197.415	94.204	100.296
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	-	46.540	-	-
Obrigações Pós-Emprego	83.778	95.686	2.584	3.439
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	139.730	163.509	16.078	17.805
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	4.926	5.349	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – Light	-	(29.616)	-	-
Instrumentos Financeiros	51.031	57.136	-	-
Variação Cambial	118.320	109.385	-	-
Revisão Tarifária da Transmissão 2009	23.480	-	-	-
Outros	47.936	57.056	1.320	1.141
	<u>714.035</u>	<u>936.806</u>	<u>119.445</u>	<u>164.357</u>
Ativo Circulante	141.889	188.792	7.525	18.381
Ativo Não Circulante	572.146	748.014	111.920	145.976

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2009, conforme a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2010	141.889	7.525
2011	132.928	25.613
2012	134.679	27.044
2013	126.887	26.438
2014	89.434	31.077
2015 a 2017	71.756	1.525
2018 e 2019	16.462	223
	<u>714.035</u>	<u>119.445</u>

A Controladora possui, em 31 de dezembro de 2009, créditos tributários não reconhecidos em suas Demonstrações Contábeis, no montante de R\$427.703 (R\$445.386 em 31 de dezembro de 2008), além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light.

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 15). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$408.320 (R\$437.509 em 31 de dezembro 2008).

Considerando, que a legislação tributária brasileira permite as companhias se beneficiarem do pagamento de juros sobre o capital próprio e deduzirem tais pagamentos do seu lucro tributável, a Companhia adotou a opção tributária de pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas. De acordo com o seu planejamento tributário, depois da compensação no próximo ano de parcela significativa dos impostos compensáveis registrados, a Companhia vai pagar juros sobre capital próprio em um montante que vai reduzir o seu lucro tributável a um valor próximo ou igual a zero. Como consequência, essa alternativa vai eliminar o pagamento de imposto de renda e contribuição social pela Companhia e os prejuízos fiscais não reconhecidos não deverão ser recuperados.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.083.430	3.290.987	2.002.161	2.016.332
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.048.367)	(1.118.936)	(680.735)	(685.553)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	555.348	578.427
Participação dos Empregados no Resultado	86.031	125.918	4.053	3.622
Contribuições e Doações Inadmissíveis	(8.900)	(12.975)	(826)	(326)
Incentivo Fiscal	29.579	26.390	1.933	47
Créditos Fiscais não Reconhecidos	31.484	6.245	7	(79)
Amortização de Ágio	(9.086)	(5.546)	(8.346)	(5.546)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(4.057)	(7.951)	7	(8.488)
Outros	12.644	72.523	623	(747)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(910.672)	(914.332)	(127.936)	(118.643)
Corrente	(895.561)	(1.035.153)	(115.749)	(128.150)
Diferido	(15.111)	120.821	(12.187)	9.507

c) Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para o ano de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 (“DIPJ”) ano-calendário 2008.

Adesão da Light ao novo REFIS (Lei nº 11.941/09)

Em 6 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da controlada indireta LIGHT SESA aprovou sua adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09.

Os principais benefícios desta adesão ao Novo Refis foram a redução de juros e multas no montante de R\$128.921, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado.

O montante inicial incluído no Refis foi de R\$585.639. Visto que R\$262.428 foram compensados com prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$323.211.

A referida dívida, no montante de R\$323.211, está sendo quitada em 29 parcelas para o PAES-Previdenciário e em 180 parcelas para os demais casos. A adesão proporcionou um ganho no resultado da LIGHT SESA no montante de R\$152.085, sendo R\$27.722 de resultado financeiro e R\$124.363 de imposto de renda e contribuição social. Os efeitos no resultado de 2009 da CEMIG foram proporcionais a sua participação no capital da Light.

14) – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os depósitos vinculados a litígio referem-se principalmente a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígio relativos a obrigações fiscais referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Trabalhista	193.406	156.517	28.169	15.796
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	13.714	-	-	-
PIS/COFINS	296.794	95.090	-	-
Outros	5.627	20.034	3.586	18.592
Outros	<u>118.026</u>	<u>110.535</u>	<u>63.706</u>	<u>53.443</u>
	<u>627.567</u>	<u>382.176</u>	<u>95.461</u>	<u>87.831</u>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 21.

Além disso, existe R\$ 57.879 de depósitos judiciais, com respectiva provisão, na rubrica de provisões para contingências. Vide detalhes na nota explicativa nº 25.

15) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2009 a R\$4.329.078 (R\$4.190.762 em 31 de dezembro de 2008).

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$89.994, a valores de 31 de dezembro de 2009.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2009, já haviam sido amortizadas R\$79.784 (R\$73.088 em 31 de dezembro de 2008) de forma antecipada, correspondente às prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2010.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

A Assembléia Geral Extraordinária, em 28 de maio de 2009, autorizou que o índice requerido para o exercício de 2009, no que se refere a cláusula restritiva “investimentos de capital e aquisição de ativos/Lajida”, fosse de 125,00%, tendo em vista o programa de investimentos da Companhia previsto para o ano. Dessa forma, nenhuma das cláusulas restritivas para o ano de 2009 foi descumprida.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC em 2009 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.800.873
Atualização monetária das quotas seniores	104.372
Atualização monetária das quotas subordinadas	44.900
Aporte nas quotas subordinadas	17.145
Amortização das quotas seniores	(143.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>1.823.644</u>
Composição do FIDC em 31 de dezembro de 2009	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	951.006
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	790.699
Dividendos retidos pelo Fundo	81.939
	<u>872.638</u>
TOTAL	<u>1.823.644</u>

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 18 de dezembro de 2009, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$68.327. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$10.218 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$78.876 das cotas seniores somente foi efetivada em 4 de janeiro de 2010.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2009. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$207.382 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$134.799 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as demonstrações contábeis consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

16) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Cemig Distribuição por meio das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

A controlada Cemig Distribuição tem a expectativa de ressarcimento desse ativo por meio de inclusão no reajuste tarifário de abril de 2010.

17) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.562.899	3.481.139
Cemig Distribuição	-	-	2.645.124	2.476.011
Light	-	-	377.062	-
Rio Minas Energia Participações	-	-	-	290.006
Cemig Telecom	-	-	276.043	264.978
GASMIG	-	-	430.482	319.103
Rosal Energia	-	-	52.424	91.287
Sá Carvalho	-	-	45.413	95.380
Horizontes Energia	-	-	67.154	66.734
Usina Térmica Ipatinga	-	-	31.699	66.319
Cemig PCH	-	-	33.042	52.262
Cemig Capim Branco Energia	-	-	14.931	54.931
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	15.725	14.342
UTE Barreiro	-	-	4.584	1.943
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	9.936	8.283
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	486	484
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	7.551	6.033
Transchile	-	-	27.627	34.141
Efficientia	-	-	6.577	6.266
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	5.594	153.578
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	16.689	6.779
Cemig Trading	-	-	192	192
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	41.560	16.143
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	72.628	29.493
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	14.468	5.839
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	167.806	56.046
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	9.565	4.736
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	2.574	2.710
Cemig Serviços	-	-	99	-
	-	-	7.939.934	7.605.158
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	27.628	33.154
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	63.253	25.174
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	94.539	37.420
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	22.900	8.569
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	370.274	141.430
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	14.792	6.840
Em Outros Investimentos	25.955	36.689	7.065	3.506
	25.955	36.689	600.451	256.093
	25.955	36.689	8.540.385	7.861.251

a) **As principais informações sobre as investidas são como segue:**

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	3.562.899	1.227.708	1.309.466
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.645.124	169.113	338.226
Light	203.934.060	13,03	2.225.822	2.887.054	432.340	604.831
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.081	276.043	16.019	28.229
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	52.424	22.208	23.377
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	45.413	29.603	29.603
GASMIG	409.255.483	55,19	643.779	779.964	23.516	75.193
Horizontes Energia	64.258.000	100,00	64.258	67.154	7.918	8.335
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	31.699	8.023	8.445
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	33.042	14.826	15.606
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	14.931	33.883	33.883
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	62.899	6.896	12.155
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.584	-	3.861
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	41.400	483	7.401
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	486	4	(1)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	30.821	-	6.210
Transchile	33.340.000	49,00	63.226	56.381	-	(6.333)
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.577	5.011	5.276
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	5.594	8.909	9.378
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	32.724	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192	31.092	31.092
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	40,19	69.569	103.411	9.632	35.082
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	36,69	120.128	197.957	19.441	72.977
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	36,69	23.400	39.437	902	14.097
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	36,35	273.469	461.589	19.975	156.659
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	13,37	42.095	71.559	2.934	25.589
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	5.253	-	(1.188)
Cemig Serviços	100.000	100,00	100	99	-	(1)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2008			Janeiro a dezembro de 2008	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.481.139	530.499	985.753
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.476.011	666.296	709.358
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	264.978	12.345	22.627
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	91.287	19.499	20.525
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	95.380	25.673	27.025
GASMIG	409.255.000	55,19	263.852	578.190	12.376	85.423
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.734	7.781	8.190
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	66.319	9.728	10.240
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	52.262	10.791	11.359
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	54.931	34.354	36.162
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	57.370	1.347	7.373
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	1.943	-	(3.566)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	34.509	-	2.193
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	484	-	(2)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	24.630	-	1.106
Transchile	27.840.000	49,00	62.407	69.676	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.266	4.064	6.107
Central Termelétrica de Cogeração	150.000.000	100,00	150.001	153.578	-	3.571
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.293	-	-
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.310	1.160.019	61.922	514.058
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192	24.260	24.309
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	19,25	69.063	83.860	4.032	28.942
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	120.128	160.727	7.252	48.431
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	31.819	1.672	9.093
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	17,17	273.469	326.431	14.140	108.049
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	7,50	42.095	63.149	1.356	22.915
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.200.000	49,00	4.200	5.531	-	(669)

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2008	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	31.12.2009
Cemig Geração e Transmissão	3.481.139	1.309.466	-	(1.227.708)	2	3.562.899
Cemig Distribuição	2.476.011	338.226	-	(169.113)	-	2.645.124
Cemig Telecom	264.978	28.229	-	(16.019)	(1.145)	276.043
Rosal Energia	91.287	23.377	(40.000)	(22.208)	(32)	52.424
Sá Carvalho	95.380	29.603	(50.000)	(29.570)	-	45.413
GASMIG	319.103	41.501	82.789	(12.979)	68	430.482
Horizontes Energia	66.734	8.335	-	(7.918)	3	67.154
Usina Térmica Ipatinga	66.319	8.445	(35.000)	(8.023)	(42)	31.699
Cemig PCH	52.262	15.606	(20.000)	(14.826)	-	33.042
Cemig Capim Branco Energia	54.931	33.883	(40.000)	(33.883)	-	14.931
Companhia Transleste de Transmissão	14.342	3.039	-	(1.724)	68	15.725
UTE Barreiro	1.943	3.861	-	-	(1.220)	4.584
Companhia Transudeste de Transmissão	8.283	1.776	-	(116)	(7)	9.936
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	484	(1)	-	(4)	7	486
Companhia Transirapé de Transmissão	6.033	1.521	-	-	(3)	7.551
Transchile	34.141	(3.130)	7.122	-	(10.506)	27.627
Efficientia	6.266	5.276	-	(5.011)	46	6.577
Central Termelétrica de Cogeração	153.578	9.378	(145.000)	(8.909)	(3.453)	5.594
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.779	-	9.910	-	-	16.689
Rio Minas Energia	290.006	78.825	-	(15.534)	(353.297)	-
Light	-	-	-	-	377.062	377.062
Cemig Trading	192	31.092	-	(31.092)	-	192
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	16.143	10.483	20.243	(3.871)	(1.438)	41.560
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	29.493	20.140	32.578	(9.701)	118	72.628
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	5.839	3.865	5.952	(331)	(857)	14.468
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	56.046	41.980	75.187	(7.987)	2.580	167.806
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	4.736	2.719	3.515	(1.013)	(392)	9.565
Axiom Soluções Tecnológicas	2.710	(582)	490	-	(44)	2.574
Cemig Serviços	-	(1)	100	-	-	99
	7.605.158	2.046.912	(92.114)	(1.627.540)	7.518	7.939.934

Os saldos integrais das controladas em 2009 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	<u>Gasmig</u>	<u>Transleste</u>	<u>Transirapé</u>	<u>Centroeste</u>	<u>Transudeste</u>	<u>Transchile</u>
Ativo						
Circulante	713.676	9.745	3.454	2.523	3.255	21.150
Não circulante	751.330	115.051	68.857	32.949	81.658	141.960
Total do ativo	<u>1.465.006</u>	<u>124.796</u>	<u>72.311</u>	<u>35.472</u>	<u>84.913</u>	<u>163.110</u>
Passivo						
Circulante	434.494	8.483	8.298	2.748	7.564	42.450
Não circulante	251.193	53.414	33.192	-	35.949	64.279
Patrimônio líquido	779.319	62.899	30.821	32.724	41.400	56.381
Total do passivo	<u>1.465.006</u>	<u>124.796</u>	<u>72.311</u>	<u>35.472</u>	<u>84.913</u>	<u>163.110</u>
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	556.632	24.391	13.027	-	15.079	-
Deduções da receita bruta	(118.949)	(1.713)	(916)	-	(1.061)	-
Receita líquida de vendas	437.683	22.678	12.111	-	14.018	-
Custo das vendas	(302.232)	(5.601)	(3.325)	-	(3.867)	-
Lucro bruto	135.451	17.077	8.786	-	10.151	-
Despesas gerais e administrativas	(61.709)	(1.141)	(303)	-	(307)	(6.333)
Resultado financeiro líquido	23.612	(2.103)	(1.386)	-	(1.474)	-
Lucro operacional	97.354	13.833	7.097	-	8.370	-
Imposto de renda e contribuição social	(22.161)	(1.678)	(887)	-	(969)	-
Lucro líquido do exercício	<u>75.193</u>	<u>12.155</u>	<u>6.210</u>	<u>-</u>	<u>7.401</u>	<u>(6.333)</u>

	<u>Light</u>	<u>EATE</u>	<u>ECTE</u>	<u>ETEP</u>	<u>ENTE</u>	<u>ERTE</u>	<u>Axxiom</u>
Ativo							
Circulante	3.373.411	106.109	21.417	20.966	43.219	6.693	1.795
Não circulante	5.986.748	979.087	131.440	156.961	397.790	70.873	4.267
Total do ativo	<u>9.360.159</u>	<u>1.085.196</u>	<u>152.857</u>	<u>177.927</u>	<u>441.009</u>	<u>77.566</u>	<u>6.062</u>
Passivo							
Circulante	2.210.943	167.150	32.649	25.425	60.030	11.649	809
Não circulante	4.262.162	437.344	48.649	49.091	183.022	26.480	-
Participações Minoritárias	-	19.113	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	2.887.054	461.589	71.559	103.411	197.957	39.437	5.253
Total do passivo	<u>9.360.159</u>	<u>1.085.196</u>	<u>152.857</u>	<u>177.927</u>	<u>441.009</u>	<u>77.566</u>	<u>6.062</u>
Demonstração do Resultado							
Receita bruta de vendas	8.641.045	263.448	58.098	59.906	133.832	23.720	5.047
Deduções da receita bruta	(3.208.739)	(20.258)	(4.403)	(4.541)	(10.163)	(1.798)	(336)
Receita líquida de vendas	5.432.306	243.190	53.695	55.365	123.669	21.922	4.711
Custo das vendas	(3.798.915)	(46.505)	(8.407)	(10.965)	(24.019)	(5.036)	(2.628)
Lucro bruto	1.633.391	196.685	45.288	44.400	99.650	16.886	2.083
Despesas gerais e administrativas	(736.994)	-	-	-	-	-	(3.177)
Resultado financeiro líquido	(70.663)	(15.051)	(7.374)	(3.615)	(14.116)	(1.927)	(94)
Lucro operacional	825.734	181.634	37.914	40.785	85.534	14.959	(1.188)
Imposto de renda e contribuição social	(220.903)	(24.975)	(12.325)	(5.703)	(12.557)	(862)	-
Lucro antes da participação minoritária	604.831	156.659	25.589	35.082	72.977	14.097	(1.188)
Participações minoritárias	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>604.831</u>	<u>156.659</u>	<u>25.589</u>	<u>35.082</u>	<u>72.977</u>	<u>14.097</u>	<u>(1.188)</u>

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R\$76.162) foi incorporado ao patrimônio da Companhia após a cisão da RME, e está apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas como Passivo não Circulante, na rubrica de Outras Obrigações.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia em 2006

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas Demonstrações Contábeis consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Intangível em função do valor atribuído a utilização da concessão.

d) Novas Aquisições

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

A Brookfield comunicou, em 24 de setembro de 2008, sua opção de exercer a venda para a CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE.

A conclusão da operação ocorreu em 2009, após a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros órgãos financiadores, sendo que a CEMIG adquiriu 100% das ações da Brookfield. O valor pago pela companhia e o ágio apurado na transação estão detalhados abaixo. A amortização do ágio será reconhecida durante o período remanescente de vigência das concessões (de 2009 a 2030/2032).

Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Intangível.

<u>Empresa</u>	<u>Valor pago</u>	<u>Ágio Apurado</u>
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	59.797	40.121
Empresa Norte de Transmissão de Energia	95.386	59.969
Empresa Regional de Transmissão de Energia	22.536	15.011
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	314.560	240.664
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	12.698	8.465
	504.977	364.230

Em 31 de outubro de 2008, após a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e demais credores, a CEMIG através da sua controlada em conjunto Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE concluiu a aquisição de 80% do capital social da LUMITRANS – Companhia Transmissora de Energia Elétrica e de 80% do capital social da STC – Sistema de Transmissão Catarinense S.A. A EATE pagou R\$32.455 pelas ações da Lumitrans e R\$56.779 pelas ações da STC.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2009, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 49% do capital social dos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes em parceria com a Light, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição entre a Cemig GT e subsidiárias da Light, conforme a seguir: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos. Todos os instrumentos particulares acima mencionados estão pendentes das autorizações ou anuências requeridas pelos órgãos regulatórios competentes, incluindo a ANEEL.

Ágio na aquisição de Participação em empresas eólicas de energia em 2009

A Cemig GT adquiriu 49,00% dos seguintes parques Eólicos no estado do Ceará: Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (28,8 MW – informação não auditada pelos auditores independentes), no município de Beberibe, Central Eólica Praia do Morgado S.A. (28,8 MW – informação não auditada pelos auditores independentes) e Central Eólica Volta do Rio S.A. (42,0 MW – informação não auditada pelos auditores independentes), ambas no município de Acaraú, totalizando 99,6 MW de potência instalada.

A totalidade da energia elétrica a ser gerada pelas centrais eólicas será comercializada para a Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa, do governo federal.

O ágio na aquisição das empresas eólicas de energia corresponde a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão, no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Abaixo encontra-se o preço de compra reconhecido pela Cemig GT em 14 de agosto de 2009:

	<u>Morgado</u>	<u>Parajuru</u>	<u>Volta do Rio</u>	<u>Total</u>
ATIVO				
Circulante	7.128	7.257	86.527	100.912
Permanente	81.067	88.254	71.033	240.354
Outros ativos não circulantes	1.503	177	-	1.680
ATIVO TOTAL	89.698	95.688	157.560	342.946
PASSIVO				
Circulante	1.449	6.024	12.606	20.079
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	62.007	55.281	86.167	203.455
Outros passivo não circulantes	343	-	1.500	1.843
PASSIVO TOTAL	63.799	61.305	100.273	225.377
ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO	25.899	34.383	57.287	117.569
Preço total da compra sem ágio	25.899	34.383	57.287	117.569
Ágio na aquisição	43.843	31.163	30.808	105.814
Preço total da compra	69.742	65.546	88.095	223.383
Disponibilidades	(4.781)	(4.007)	(13.216)	(22.004)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	64.961	61.539	74.879	201.380

Aquisição de 65,85% da Terna Participações S.A.

Em 23 de abril de 2009, a Cemig GT adquiriu 65,85% de participação acionária da Terna Participações S.A. (“TERNA”), holding que atua no segmento de transmissão de energia, pertencente à Terna S.p.A, com presença em 11 Estados por R\$2,15 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,71 mil quilômetros (informação não auditada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão. A operação estava sujeita a condições suspensivas, inclusive aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou, em 05 de agosto de 2009, como alternativa à aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A (“TERNA S.p.A”), conforme facultado pelo Contrato celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a TERNA S.p.A, a possibilidade de redução da participação final da Cemig Geração e Transmissão na referida aquisição para até 50% menos 1 (uma) ação ordinária e, quanto às ações preferenciais, até o percentual realizado pela Oferta Pública de Compra de

Ações – OPA dos acionistas não controladores daquela Companhia, mediante parceria constituída com o Fundo de Investimento em Participações – FIP COLISEU.

O Conselho de Administração autorizou a cessão do contrato de Compra e Venda de Ações de aquisição da TERNA à Transmissora Atlântico de Energia Elétrica (“Atlântico”). O Conselho estabeleceu que a Cemig Geração e Transmissão mantivesse sua participação acionária na TAESA correspondente a 49% das ações ordinárias emitidas por aquela SPE, em associação com o FIP Coliseu, detentor dos 51% restante das ações ordinárias.

A Companhia anunciou, em 19 de outubro de 2009, o Encerramento de Distribuição Pública de Quotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu, estruturado pelo Banco Modal S.A., totalizando o valor de R\$1,33 bilhões. O montante foi suficiente para que este fundo adquirisse 51% das ações ordinárias TERNA.

Em 30 de outubro de 2009, a Cemig Geração e Transmissão e o FIP Coliseu efetuaram aporte de capital na Atlântico.

Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da TERNA para a Atlântico, na qual a Companhia detinha a participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA.

O ágio na aquisição da empresa Terna Participações S.A., correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido dessa controlada em conjunto e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio, registrado no Intangível, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Abaixo encontra-se o total dos reembolsos reconhecido pela Cemig GT em 03 de novembro de 2009:

	<u>TERNA</u>
ATIVO	
Circulante	85.546
Permanente	900.362
Outros ativos não circulantes	24.938
ATIVO TOTAL	1.010.846
PASSIVO	
Circulante	255.578
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	291.113
Outros passivo não circulantes	5.570
PASSIVO TOTAL	552.261
ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO	458.585
Aporte	1.069.856
Recursos Destinados a Transmissora Alterosa	16.785
Recursos Destinados a Transmissora Aliança - TAESA	660.975
Ágio na aquisição da Transmissora Aliança - TAESA	392.096
Disponibilidades	(23.632)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	1.046.224

e) Cisão parcial da Atlântico, com a absorção do acervo líquido cindido pela Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”), bem como a incorporação do acervo líquido remanescente da Atlântico pela TAESA

Em 28 de dezembro de 2009 ocorreu a cisão parcial da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A., com a transferência do acervo líquido cindido para a Transmissora Alterosa de Energia Elétrica S.A., seguida de incorporação pela TAESA. O acervo líquido supracitado foi avaliado com base no balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2009 auditado por Auditores Independentes, fazendo parte do laudo de avaliação e protocolo de incorporação, utilizados na operação.

Como resultado da cisão parcial, o capital social da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. será reduzido em R\$34.254, passando de R\$2.183.379 para R\$2.149.125, implicando o cancelamento de 34.253.504 ações.

A contrapartida do acervo líquido incorporado pela TAESA foi registrada em conta de Reserva de Capital - Reserva Especial de Ágio. Os acionistas controladores da TAESA se reservam o direito de incorporar tal reserva ao seu capital social, na medida do aproveitamento de eventual crédito fiscal decorrente do referido ágio, em seu benefício, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM nº 319, de 03 de dezembro de 1999, conforme incluído no protocolo de incorporação

Desta forma, considerando o exposto e o fato da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. ter como únicos ativos as ações ordinárias representativas de 65,85% do capital social da TAESA, o ágio decorrente de sua aquisição e a provisão constituída nos termos do artigo 6º, § 1º da Instrução CVM nº 319, de 03 de dezembro de 1999, no montante de R\$1.212.420 e R\$800.197, respectivamente, e que os únicos acionistas da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. são a Cemig Geração e Transmissão, o FIP Coliseu e os membros do Conselho de Administração, não haverá aumento de capital na TAESA, sendo as ações ordinárias, as ações preferenciais e as units de emissão da TAESA atualmente detidas pela Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. entregues a Cemig Geração e Transmissão e ao FIP Coliseu, na mesma proporção das respectivas participações societárias detidas pela Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A.

	<u>Posição Inicial</u>	<u>Cisão Parcial para Transmissora Alterosa de Energia S.A.</u>	<u>Incorporação do Acervo Líquido pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.</u>
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Bancos	2.265	2.265	-
Aplicações Financeiras	32.050	32.050	-
Tributos e Contribuições Compensáveis	3	3	-
	<u>34.318</u>	<u>34.318</u>	<u>-</u>
Não Circulante			
Investimento pelo Valor de Custo	935.959	-	935.959
Ágio	1.212.420	-	1.212.420
Provisão Manutenção integridade do Acervo	(800.197)	-	(800.197)
	<u>1.348.182</u>	<u>-</u>	<u>1.348.182</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.382.500</u>	<u>34.318</u>	<u>1.348.182</u>
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	25	25	-
Obrigações Tributárias	40	40	-
	<u>65</u>	<u>65</u>	<u>-</u>
ACERVO PATRIMONIAL LÍQUIDO	<u>1.382.435</u>	<u>34.253</u>	<u>1.348.182</u>

O ágio decorrente da aquisição da TAESA, líquido da Provisão para Manutenção da Integridade do Acervo, descrita na tabela acima, corresponde ao benefício tributário em função do processo de incorporação reversa mencionado. Encontra-se registrado na Demonstração Financeira Consolidada, na rubrica de Intangível, a parcela do benefício tributário da Companhia advindo dessa questão.

f) Reorganização societária do bloco de controle da Light e incorporação da Rio Minas Energia

Em 31 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG aprovou a reorganização societária do bloco de controle da Light, através da cisão desproporcional da Rio Minas Energia seguida da incorporação parcial do acervo líquido cindido, de modo que os acionistas da RME passaram a deter diretamente a participação no Capital Social da Light.

A cisão desproporcional da RME ocorreu em três partes. As parcelas cindidas foram incorporadas pela CEMIG, Andrade Gutierrez Concessões S.A., e no caso da parte referente ao Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações, pela Luce Empreendimentos e Participações S.A. A Equatorial Energia S.A. permaneceu como única acionista da RME.

A operação visou dar cumprimento ao Acordo de Acionistas da RME vigente e simplificar a estrutura societária mediante a eliminação da *holding* RME, cuja função era unicamente deter a participação acionária na Light. O atual Acordo de Acionistas da RME deu lugar a um novo Acordo entre os quatro acionistas da Light, e reproduziu os mesmos direitos e obrigações anteriormente vigentes.

Tendo em vista que a cisão da RME foi desproporcional, a operação de incorporação da parcela cindida foi equiparada à incorporação de subsidiária integral por seu acionista. Sendo assim, como não houve sócios minoritários, tampouco relação de troca ou substituição de ações, a Companhia solicitou à CVM a dispensa do requisito de elaboração de laudo de avaliação da Companhia a preços de mercado, para atendimento ao disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em reunião do Colegiado da CVM realizada em 1º de dezembro de 2009, foi deferido o pleito da Companhia.

Em razão do capital social da RME ser detido exclusivamente por seus quatro acionistas, na proporção de 25% das ações de emissão da RME para cada um, a incorporação da parcela oriunda da cisão desproporcional pela Companhia, tal qual uma incorporação de subsidiária integral, não resultou em aumento de capital, não havendo, inclusive, qualquer relação de substituição de ações de emissão da RME por ações de emissão da Companhia. As vantagens políticas e patrimoniais e demais direitos dos acionistas titulares de ações de emissão da Companhia não sofreram nenhuma modificação em decorrência da incorporação. Tampouco houve direito de retirada aos acionistas da Companhia.

Os saldos dos ativos e passivos e o correspondente acervo líquido incorporado pela Companhia, estão abaixo apresentados:

	Antes da Incorporação Controladora	Saldos de Incorporação RME	Eliminações	Após Incorporação Controladora
Ativo				
Circulante	1.992.291	56.738	-	2.049.029
Não circulante	9.794.596	377.062	(357.638)	9.814.020
Total do ativo	11.786.887	433.800	(357.638)	11.863.049
Passivo				
Circulante	(1.082.009)	-	-	(1.082.009)
Não circulante	(429.373)	(76.162)	-	(505.535)
Patrimônio Líquido	(10.275.505)	(357.638)	357.638	(10.275.505)
Total do passivo	(11.786.887)	(433.800)	357.638	(11.863.049)

18) – IMOBILIZADO

	Consolidado			2008
	2009		Reclassificado	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	23.243.603	(9.632.299)	13.611.304	12.631.662
- Distribuição	11.149.422	(5.057.586)	6.091.836	6.219.533
Terrenos	26.738	-	26.738	30.968
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	283.778	(155.017)	128.761	147.293
Máquinas e Equipamentos	10.760.683	(4.844.798)	5.915.885	6.009.503
Veículos	64.294	(45.199)	19.095	27.599
Móveis e Utensílios	13.929	(12.572)	1.357	4.170
- Geração	8.464.596	(3.306.643)	5.157.953	5.049.675
Terrenos	253.235	-	253.235	253.059
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4.201.473	(1.540.330)	2.661.143	2.686.427
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.037.098	(407.190)	629.908	630.889
Máquinas e Equipamentos	2.965.792	(1.353.474)	1.612.318	1.477.695
Veículos	2.898	(2.513)	385	552
Móveis e Utensílios	4.100	(3.136)	964	1.053
- Transmissão	2.771.921	(798.980)	1.972.941	972.041
Terrenos	2.539	-	2.539	2.263
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	126.504	(61.483)	65.021	51.984
Máquinas e Equipamentos	2.639.527	(736.246)	1.903.281	917.396
Veículos	2.185	(383)	1.802	167
Móveis e Utensílios	1.166	(868)	298	231
- Administração	355.310	(246.261)	109.049	137.713
Terrenos	2.087	-	2.087	2.720
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	67.678	(38.966)	28.712	32.937
Máquinas e Equipamentos	208.917	(143.026)	65.891	83235
Veículos	39.659	(32.709)	6.950	9200
Móveis e Utensílios	36.969	(31.560)	5.409	9.621
- Telecomunicações	387.912	(189.399)	198.513	183.549
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55	(9)	46	47
Máquinas e Equipamentos	387.369	(189.052)	198.317	183314
Móveis e Utensílios	418	(338)	80	118
- Gás	114.442	(33.430)	81.012	69.151
Terrenos	31	-	31	31
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	87.612	(19.620)	67.992	1.620
Máquinas e Equipamentos	26.356	(13.577)	12.779	67264
Veículos	41	(15)	26	34
Móveis e Utensílios	402	(218)	184	202
Em Curso	2.780.057	-	2.780.057	1.973.438
- Distribuição	1.180.437	-	1.180.437	1.100.645
- Geração	822.107	-	822.107	477.884
- Transmissão	375.983	-	375.983	138.446
- Administração	77.068	-	77.068	131.095
- Telecomunicações	25.365	-	25.365	27.747
- Gás	299.097	-	299.097	97.621
Total do Imobilizado	26.023.660	(9.632.299)	16.391.361	14.605.100
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.735.964)	207.360	(2.528.604)	(2.549.308)
Imobilizado Líquido	23.287.696	(9.424.939)	13.862.757	12.055.792

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Conforme Resolução ANEEL nº 234, de outubro de 2006, e Ofício Circular ANEEL nº 1.314/2008, de 27 de junho de 2008, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passou a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária da Cemig Distribuição e da Light, em 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado – Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$7.453 em 31 de dezembro de 2009 (R\$8.369, em 31 de dezembro de 2008).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêm que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Adicionalmente, e em função do controle da base remuneratória, a qual é superior aos valores reconhecidos contabilmente, a Companhia entende ser uma evidência que não há indício de necessidade de constituição de provisão.

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 31 de dezembro de 2009 são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,49%
Termelétricas	3,98%
Transmissão	3,08%
Distribuição (incluindo Sistema de Transmissão Associado)	4,71%
Administração e outras	12,69%
Telecomunicações	6,72%
Gás	7,51%

Atividades não vinculadas - Consórcio

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. Conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de setembro de 2008, os controles são mantidos no Ativo Imobilizado na parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 2009	Consolidado 2008
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,40	182.360	181.402
Usina de Queimado	82,50	2,45	206.724	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	549.538	543.684
Usinas Amador Aguiar I e II	21,05	2,51	51.968	54.843
Depreciação acumulada			(142.238)	(114.506)
Total em operação			942.531	953.201
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		-	13.125
Usina de Funil	49,00		739	755
Usina de Aimorés	49,00		759	5.853
Usina de Baguari	34,00		178.960	140.363
Total em construção			180.458	160.096
Total Consórcios			1.122.989	1.113.297

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado e intangível dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

Até 2008, esses ativos eram registrados no grupo de "Investimentos", conforme maiores detalhes na nota explicativa nº2.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Vale S.A.	33,33
Usina Igarapava	Vale S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Vale S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Vale S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Vale S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

19) – INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			2008
	2009			
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	
Em Serviço – Vida Útil Definida	12.465	(11.592)	873	2.056
Vida Útil Definida	12.465	(11.592)	873	2.056
Direito de uso de softwares	2.950	(2.920)	30	93
Marcas e Patentes	5	(1)	4	5
Direito Exploração de Concessão Serviço Público Cemig Telecom S.A	9.510	(8.671)	839	1.958
Em Curso	671	-	671	487
Ativos em formação	671	-	671	487
Total Intangível Controladora	13.136	(11.592)	1.544	2.543

	CONSOLIDADO			2008
	2009			
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	
Em Serviço – Vida Útil Definida	2.007.333	(353.412)	1.653.921	394.342
Direito de uso de softwares	359.514	(189.334)	170.180	69.055
Marcas e Patentes	36	(4)	32	10
Servidão	65.115	(2.920)	62.195	59.362
Direito Exploração de Concessão Serviço Público				
Cemig Telecom S.A	9.510	(8.671)	839	1.958
Central Eólica Praias de Parajuru S.A	31.163	(1.093)	30.070	-
Central Eólica Praias do Morgado S.A	43.843	-	43.843	-
Central Eólica Volta do Rio S.A	30.808	-	30.808	-
EATE	397.333	(27.059)	370.274	141.430
ECTE	16.062	(1.270)	14.792	6.840
ENTE	101.170	(6.631)	94.539	37.420
EPTE	68.007	(4.754)	63.253	25.174
ERTE	24.446	(1.546)	22.900	8.569
Rosal Energia S.A	55.256	(27.628)	27.628	33.154
Transmissora Atlântico de Energia Elétrica S.A	711.692	(27.147)	684.545	-
UTE Ipatinga S.A	84.584	(54.731)	29.853	-
Outros	8.794	(624)	8.170	11.370
Em Curso	57.654	-	57.654	221.127
Ativos em formação	57.654	-	57.654	221.127
Total Intangível	2.064.987	(353.412)	1.711.575	615.469

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A taxa de amortização média anual foi de 10,89%.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, e vem sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos na ReN ANEEL 367/09.

20) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	148.645	197.130	-	-
Furnas	55.540	68.366	-	-
CCEE	36.276	108.038	-	-
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	36.952	-	-	-
Outros	240.947	212.364	-	-
	<u>518.360</u>	<u>585.898</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Materiais e Serviços	<u>333.835</u>	<u>305.923</u>	<u>14.275</u>	<u>7.134</u>
	<u>852.195</u>	<u>891.821</u>	<u>14.275</u>	<u>7.134</u>

Em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 387 em que estabeleceu que os saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento da distribuidoras, deverão ser recalculados através de uma nova metodologia.

O repasse final da Energia Livre corresponderá ao somatório das diferenças mensais, positivas ou negativas, entre os repasses financeiros da Energia Livre efetuados conforme critérios definidos e os repasses já efetivamente realizados, acrescidas da remuneração financeira pela Taxa Selic desde a data da ocorrência da diferença até a data de encerramento da cobrança da RTE nas tarifas de fornecimento. O valor a ser repassado aos agente Geradores pela Cemig Distribuição e Light decorrente dessa Resolução é respectivamente de R\$29.890 e R\$7.062, registrado na rubrica Fornecedores e são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores comentários na nota explicativa nº17.

21) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Imposto de Renda	90.458	91.111	-	-
Contribuição Social	35.168	22.924	-	-
ICMS	293.189	284.939	18.091	18.092
COFINS	60.083	78.050	9.931	9.377
PASEP	16.717	14.079	2.156	2.036
INSS	19.397	18.159	1.522	1.434
Outros	28.770	24.483	1.138	1.051
	<u>543.782</u>	<u>533.745</u>	<u>32.838</u>	<u>31.990</u>
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	45.469	57.308	-	-
Contribuição Social	16.386	20.498	-	-
COFINS	9.238	12.969	-	-
PASEP	2.005	2.813	-	-
	<u>73.098</u>	<u>93.588</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>616.880</u>	<u>627.333</u>	<u>32.838</u>	<u>31.990</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	137.847	154.414	-	-
Contribuição Social	35.381	29.370	-	-
COFINS	276.558	83.965	-	-
PASEP	60.043	31.527	-	-
Outros	976	7.238	-	-
	<u>510.805</u>	<u>306.514</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	65.122	47.700	-	-
Contribuição Social	23.442	17.171	-	-
COFINS	2.734	-	-	-
PASEP	594	-	-	-
	<u>91.892</u>	<u>64.871</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>602.697</u>	<u>371.385</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e Hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate, além dos ajustes de instrumentos financeiros ao valor justo implementados pela mudança na Lei das S.A, a serem revertidos a medida de sua realização.

As obrigações diferidas não circulantes de PASEP/COFINS referem-se substancialmente a ativos e passivos vinculados a questões regulatórias, os quais são devidos a medida da realização destes.

22) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				2009		2008	
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
FINANCIADORES							
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6,00	US\$	21.910	65.295	87.205	117.025
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	-	-	-	17.391
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	9.286	57.489	66.775	93.868
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	-	-	-	100.160
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.957	4.189	7.146	12.919
BNP Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	10.169	-	10.169	41.235
KFW	2016	4,50	EURO	1.654	9.923	11.577	17.087
UNIBANCO S.A (6)	2009	6,50	US\$	-	-	-	11.044
UNIBANCO S.A (7)	2009	5,50	US\$	-	-	-	4.796
UNIBANCO S.A (8)	2009	5,00	US\$	-	-	-	20.141
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	1.820	11.190	13.010	39.909
Santander do Brasil S.A. (13)	2009	7,00	US\$	9.583	-	9.583	6.118
Banco do Brasil S.A. (13)	2009	8,66	US\$	2.429	-	2.429	3.217
Banco Inter Americano del Desarrollo (13)	2026	4,20	US\$	84	31.499	31.583	43.018
Outros	2025	Diversas	Diversas	7.678	4.111	11.789	18.946
Divida em Moeda Estrangeira				67.570	183.696	251.266	546.874
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	75.156	-	75.156	75.241
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	41.162	79.214	120.376	121.038
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	261.674	502.786	764.460	-
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	30.809	81.958	112.767	114.321
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	7.978	126.000	133.978	137.596
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	19.007	1.200.000	1.219.007	1.229.705
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	85.811	225.648	311.459	316.213
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	407	3.473	3.880	3.968
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	54.427	-	54.427	54.456
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.473	75.987	102.460	103.000
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	5.247	118.912	124.159	-
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	456	1.365	1.821	2.079
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	109.349	282.940	392.289	398.942
Bradesco S.A. (23)	2010	113,00 do CDI	R\$	2.742.383	-	2.742.383	-
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	-	-	-	357.472
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	3.365	238.816	242.181	243.950
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (12) (15)	2031	IGP-M	R\$	-	37.053	37.053	32.936
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	18.151	300.548	318.699	324.641
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.488	444.458	445.946	427.784
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.323	35.942	48.265	60.799
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	45.529	307.812	353.341	369.632
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	20.900	59.756	80.656	81.119
UNIBANCO S.A	2009	CDI + 2,98	R\$	-	-	-	107.081
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	86.915	231.963	318.878	322.636
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	37.851	-	37.851	104.950
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	23.358	55.189	78.547	80.328
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	146.553	804.453	951.006	990.280
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	692	9.039	9.731	10.372
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.731	25.501	28.232	28.794
UNIBANCO S.A (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	715	6.437	7.152	4.062
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	1.052	11	1.063	6.047
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	11.202	113.337	124.539	245.722
Debêntures VI (10)	2011	115% do CDI	R\$	311	38.579	38.890	-
CCB Bradesco S.A (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	1.092	58.646	59.738	116.004
ABN AMRO Real S.A. (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	10.765	-	10.765	20.980
Banco Itaú – BBA S.A (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	575	6.194	6.769	3.454
BNDES – FINEM (10)	2019	TJLP	R\$	11.003	60.551	71.554	108.266
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	571	6.138	6.709	3.253
UNIBANCO S.A (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	192	2.069	2.261	1.323
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 9,85	R\$	408	3.956	4.364	2.239
BNDES (17)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	134.660	134.660	-
Debêntures (17)	2013	IPCA	R\$	-	161.824	161.824	-
BNDES – Repasse	2033	TJLP	R\$	-	108.562	108.562	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2022	Diversas	R\$	44.489	229.424	273.913	155.484
BNDES (18)	2024	TJLP + 2,50	R\$	-	25.248	25.248	-
CEF S.A (19)	2022	TJLP + 3,50	R\$	4.789	59.381	64.170	-
CEF S.A (20)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.026	51.096	56.122	-
CEF S.A (21)	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.541	82.416	88.957	-
BNDES (22)	2018	Diversas	R\$	35.169	268.664	303.833	-
Sindicato de Bancos (22)	2010	CDI + 1,50	R\$	180.472	-	180.472	-
BNDES (24)	2016	TJLP + 3,12	R\$	4.940	118.112	123.052	-
Outros	2025	Diversas	R\$	32.615	45.441	78.056	31.697
Divida em Moeda Nacional				4.212.122	6.829.559	11.041.681	6.797.864
Total Geral Consolidado				4.279.693	7.013.254	11.292.947	7.344.738

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps:
(3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº15;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da Light;
- (11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras do grupo TBE;
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (13) Financiamento da Transchile;
- (14) Financiamento de Cachoeirão;
- (15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Lumitrans, subsidiária da EATE;
- (17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
- (18) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A;
- (19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A;
- (20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A;
- (21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A;
- (22) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA;
- (23) 3 Emissão de Nota Promissória da Cemig GT;
- (24) Empréstimos e financiamentos da GASMIG.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	62.568	33.808	31.209	28.609	4.497	2.176	2.176	64.350	229.393
Euro	4.10	4.447	3.050	1.654	1.654	1.654	1.653	-	18.722
UMBNDDES (**)	392	322	322	322	322	322	322	827	3.151
	67.570	38.577	34.581	30.585	6.473	4.152	4.151	65.177	251.266
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	2.101	1.226	105.798	56.639	-	148.153	148.153	148.152	610.222
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	45.719	53.397	49.916	44.267	42.916	38.332	30.865	48.455	353.867
Certificado Depósito Interbancário – CDI	3.966.918	1.062.178	1.209.438	1.065.440	602.835	236.570	9.774	9.774	8.162.927
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.323	12.323	12.323	11.296	-	-	-	-	48.265
URTJ (*)	114.798	138.131	142.399	145.976	157.258	146.668	109.783	428.075	1.383.088
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	20.736	2.411	2.411	2.411	302.920	1.316	1.192	45.803	379.200
UMBNDDES (**)	8.807	8.750	9.069	9.420	9.749	9.961	4.670	442	60.868
Taxa Referencial – TR	37.851	-	-	-	-	-	-	-	37.851
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	2.870	-	371	404	779	421	183	365	5.393
	4.212.123	1.278.416	1.531.725	1.335.853	1.116.457	581.421	304.620	681.066	11.041.681
	4.279.693	1.316.993	1.566.306	1.366.438	1.122.930	585.573	308.771	746.243	11.292.947

(*) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros.

(**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.

(***) IGP-DI – índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em	Variação acumulada em	Indexadores	Variação acumulada em	Variação acumulada em
	2009	2008		2009	2008
	%	%		%	%
Dólar Norte-Americano	(25,49)	31,94	IGP-M	(1,72)	9,81
Euro	(22,57)	24,13	FINEL	(0,35)	1,90
Yen	(27,10)	62,89	CDI	9,93	12,32
			SELIC	9,84	12,48
			UMBNDDES	(25,66)	33,86

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Saldo no início do exercício	7.344.738	7.524.902	80.327	79.322
Saldo inicial de controladas adquiridas em 2009	912.686	32.575	-	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	4.310.504	328.918	-	-
Custos incorridos na captação	798	-	-	-
Variação monetária e cambial	(6.088)	360.922	-	-
Custos a apropriar	(1.322)	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	712.979	731.025	8.760	10.484
Encargos financeiros pagos	(688.040)	(729.534)	(10.359)	(9.479)
Encargos capitalizados	10.492	4.121	-	-
Ajuste a Valor Presente	6.765	(14.898)	-	-
Amortização de financiamentos	(1.015.502)	(893.293)	-	-
Ajuste de Minoritários da Light em 2008 – nota nº 3	(295.063)	-	-	-
Saldo no final do exercício	11.292.947	7.344.738	78.548	80.327

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2009 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos/Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Cemig Geração e Transmissão			
Banco Bradesco S.A.	2010	113% do CDI	2.700.000
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	152.536
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	428.438
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	10.353
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	7.262
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	7.800
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	57.134
BNDES	2026	TJLP + 2,34	107.086
BNDES	2026	TJLP + 2,34	10.165
BNDES	2026	TJLP + 2,34	4.773
Construtora Quebec Ltda	2012	IPCA	1.202
Energ Power Ltda	2012	IPCA	872
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda	2012	IPCA	377
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2015	URTJ + 5,00	4.441
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2015	URTJ + 5,00	3.460
Cemig Distribuição			
ELETROBRAS	2013	6,50%	2.310
ELETROBRAS	2015	7%	25.656
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	20.321
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	6.570
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	3.613
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	6.260
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	9.000
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	35.000
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	2.600
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	7.292
Outras Controladas			
UNIBANCO	2020	TJLP + 2,55	3.505
BNDES	2024	TJLP + 2,50	35.404
BNDES	2033	TJLP + 2,40	129.448
Debêntures	2013	IPCA + 6,5%	150.000
BNDES (REPASSE)	2029	TJLP + 3,80%	103.066
BNDES	2016	TJLP + 3,12%	121.976
Debêntures	2011	115% do CDI	39.098
ABN-NP	2010	CDI + 0,95%	13.033
BNDES (REPASSE)	2014	TJLP + 4,30%	2.955
BNDES (FINEM)	2019	TJLP	20.174
ELETROBRAS	2017	UFIR	91
BNDES (PROESCO)	2015	TJLP + 2,5%	165
Santander	2010	7,90%	5.290
Banco do Brasil S.A.	2010	5,93%	2.433
			4.241.159

a) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) sendo as principais como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, duas não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31/12/2009
Cemig Geração e Transmissão		
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%	61,22%
Cemig Distribuição		
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	92,42%
Dívida/EBITDA	Menor ou igual a 2,5	2,78

A Companhia obteve dos credores o consentimento de que não irão exercer seu direito de exigir os pagamentos imediatos ou antecipados dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2010. Os financiamentos estão classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento.

23) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2009	2008
Reserva Global de Reversão – RGR	36.716	34.385
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	12.341	47.884
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	36.306	33.927
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.703	3.495
Eficiência Energética	185.857	171.760
Pesquisa e Desenvolvimento	175.209	145.898
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.731	20.696
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.838	41.182
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	15.629	8.922
	476.537	509.356
Passivo Circulante	324.234	488.835
Passivo Não Circulante	152.303	20.521

24) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.767.140 apurado em 31 de dezembro de 2009 (R\$2.385.225 em 31 de dezembro de 2008), não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz

optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. A conclusão do processo de separação do plano de saúde está prevista para 2010 e serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$903.516 em 31 de dezembro de 2009 (R\$941.912 em 31 de dezembro de 2008) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371/00 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da CEMIG.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados nesta nota explicativa.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$956.430 em 31 de dezembro de 2009 (R\$1.032.161 em 31 de dezembro de 2008). O efeito no consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2009 é da parcela correspondente a 13,03% deste valor conforme consolidação proporcional.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371/00 e laudo preparado por atuários independentes. A avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2009.

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	5.171.432	237.835	392.196	18.768	229.959
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	678.393	52.453	139.454	5.683	164.806
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	5.849.825	290.288	531.650	24.451	394.765
Valor Justo dos Ativos do Plano	(5.410.704)	(166.518)	-	-	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	439.121	123.770	531.650	24.451	394.765
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(103.582)	-	(154.651)	16.173	76.160
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(47.158)	-	(3.639)	(21.317)	(3.633)
Atualização de contrato para equalização do déficit	-	877	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	288.381	124.647	373.360	19.307	467.292

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos		435.916	35.004	1.566	15.308
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer		78.136	10.846	512	9.228
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego		514.052	45.850	2.078	24.536
Valor Justo dos Ativos do Plano		(472.406)	-	-	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto		41.646	45.850	2.078	24.536
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos		(25.623)	(27.988)	(95)	(4.451)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido		(2.320)	(179)	(1.049)	(179)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial		13.703	17.683	934	19.906

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego será reconhecido no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2009. Nesta condição, serão reconhecidos pela controladora perdas atuariais dos Planos Seguro de Vida e Plano de Saúde nos valores de R\$1.998 e de R\$23.403, respectivamente, conforme CVM 371.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	433.770	258.040	337.230	15.608	435.153	1.479.801
Despesa Reconhecida no Resultado	9.552	22.628	71.353	4.428	41.425	149.386
Contribuições Pagas	(154.941)	(23.482)	(35.223)	(729)	(9.286)	(223.661)
Ajuste relativo a participação de minoritários na consolidação da Light em 2008	-	(132.539)	-	-	-	(132.539)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	288.381	124.647	373.360	19.307	467.292	1.272.987
Passivo Circulante	81.654	12.387	-	-	-	94.041
Passivo Não Circulante	206.727	112.260	373.360	19.307	467.292	1.178.946

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria				Total
	FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	21.387	16.541	771	18.143	56.842
Despesa Reconhecida no Resultado	199	3.024	201	2.245	5.669
Contribuições Pagas	(7.883)	(1.882)	(38)	(482)	(10.285)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	13.703	17.683	934	19.906	52.226
Passivo Circulante	4.108	-	-	-	4.108
Passivo Não Circulante	9.595	17.683	934	19.906	48.118

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2009 são como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	4.559	413	5.606	257	5.298
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	549.028	52.669	52.210	2.630	37.678
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(557.871)	(30.433)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais não Reconhecidas	-	-	3.029	(56)	-
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	13.869	-	9.409	(834)	(2.991)
Contribuição dos Empregados	(33)	(21)	1.099	2.431	1.440
Despesa em 2009	9.552	22.628	71.353	4.428	41.425

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Custo do Serviço Corrente		138	158	8	196
Juros Sobre a Obrigação Atuarial		30.495	2.367	124	1.974
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano		(31.114)	-	-	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas		-	426	(56)	-
Custo do Serviço Passado		680	73	125	75
Contribuição dos Empregados		-	-	-	-
Despesa em 2009		199	3.024	201	2.245

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2010 é como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	4.734	216	4.978	203	5.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	605.235	27.657	55.604	2.592	41.897
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(597.115)	(14.972)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-	-	8.528	(1.169)	(3.437)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	13.870	-	1.516	2.556	1.514
Contribuição dos Empregados	-	(8)	-	-	-
Despesa em 2010	26.724	12.893	70.626	4.182	45.533

Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria			
	FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	210	220	11	267
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	53.142	4.795	220	2.604
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(52.014)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-	1.967	-	165
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	682	75	126	74
Despesa em 2010	2.020	7.057	357	3.110

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	CEMIG, Cemig GT e Cemig D			
	2009		2008	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,50%	10,76%	6,00%	10,24%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	7,06%	11,34%	8,00%	12,32%
Taxa anual de inflação de longo prazo	-	4,00%	-	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	2,00%	6,08%	2,00%	6,08%
Taxa anual de crescimento real dos benefícios de renda continuada	-	4,00%	-	4,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT – 2000		AT – 83	
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light Média		Light Média	
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa anual de rotatividade esperada	2,00%		2,00%	

	Light			
	2009		2008	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,00%	10,77%	7,70%	12,36%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	6,00%	10,77%	7,77%	12,44%
Taxa anual de inflação de longo prazo	-	4,50%	-	4,33%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	2,00%	6,59%	0,60%	4,96%
Taxa anual de crescimento real dos benefícios de renda continuada	-	4,50%	-	4,33%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT – 83			
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light forte			
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57			
Taxa anual de rotatividade esperada	Baseado na idade			

25) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS – Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício será de R\$178.149 (R\$166.991 em 31 de dezembro de 2008), líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					Saldo Líquido em 2009
	Saldo Bruto em 2008 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	122.856	1.766	(22.264)	102.358	(10.008)	92.350
Cíveis						
Danos Pessoais	35.436	-	(8.851)	26.585	-	26.585
Majoração Tarifária	104.480	803	(35.260)	70.023	(17.990)	52.033
Outras	167.713	3.332	(32.055)	138.990	(20.316)	118.674
Fiscais						
FINSOCIAL	21.238	295	-	21.533	(1.615)	19.918
PIS/COFINS	57.987	(55.967)	-	2.020	-	2.020
ICMS	19.153	3.691	(7.679)	15.165	-	15.165
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	76.781	8.712	-	85.493	-	85.493
Contribuição Social	6.769	(6.769)	-	-	-	-
INSS	33.672	(24.601)	-	9.071	(4.687)	4.384
Outras	19.801	2.939	(5.762)	16.978	(6.243)	10.735
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	55.843	17.968	-	73.811	(6.072)	67.739
Total	721.729	(47.831)	(111.871)	562.027	(66.931)	495.096

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

	Controladora					Saldo Líquido em 2009
	Saldo Bruto em 2008 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	75.450	-	(2.560)	72.890	(9.040)	63.850
Cíveis						
Danos Pessoais	27.635	-	(7.911)	19.724	-	19.724
Majoração Tarifária	76.609	-	(21.573)	55.036	(17.990)	37.046
Outras	93.686	-	(5.119)	88.567	(16.919)	71.648
Fiscais						
FINSOCIAL	21.238	295	-	21.533	(1.615)	19.918
ICMS	-	-	-	-	-	-
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	76.781	8.527	-	85.308	-	85.308
INSS	1.064	84	-	1.148	-	1.148
Outras	12.770	2.932	-	15.702	(6.243)	9.459
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	12.129	11.874	-	24.003	(6.072)	17.931
Total	397.362	23.712	(37.163)	383.911	(57.879)	326.032

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$310.482 sendo que a perda considerada como provável foi integralmente provisionada, no valor de R\$70.023 (104.480 em 31 de dezembro de 2008).

Um dos consumidores industriais que possui ação judicial contra a Companhia nessa matéria obteve decisão parcialmente favorável em acórdão do Tribunal de Justiça, determinando que os seus créditos originados dessa ação fossem atualizados pela TR mais 2,00% desde 1991, o que implicaria em um desembolso de R\$240.459 pela Companhia. A CEMIG apresentará recurso contra esta decisão, de forma a questionar o valor mencionado e considera, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que a possibilidade de perda no valor mencionado é possível. Adicionalmente, entende que a perda provável nessa ação e que foi objeto de provisionamento das Demonstrações Financeiras é de R\$14.369.

(c) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$11.474 (R\$19.153 em 31 de dezembro de 2008).

(d) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$85.333 (R\$76.781 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(e) INSS

Em dezembro de 1999, o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$7.923.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$47.218.

(g) Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão S.A. foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R\$7.457.

(h) Outros

No que se refere as ações cíveis, são basicamente reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de dezembro de 2009 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

Entre as causas cíveis destaca-se a ação indenizatória ocasionada por incêndio em pastagem de propriedade rural, decorrente do rompimento de cabo de energia elétrica, cuja perda provável no montante de R\$33.542 encontra-se integralmente provisionada.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(l) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$330.183, em função da utilização de créditos fiscais que

resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de dezembro de 2009, de R\$298.220 (R\$ 285.822 em 31 de dezembro de 2008). Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(II) ITCD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante em 31 de dezembro de 2009 é R\$198.375 (R\$140.506 em 31 de dezembro de 2008). Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(III) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$1.157.078 (R\$1.032.648 em 31 de dezembro de 2008), ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas descritas acima é de R\$84.979. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda nessas ações como possível.

(IV) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A

Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$167.125 (R\$155.060 em 31 de dezembro de 2008), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$121.639 (R\$112.222 em 31 de dezembro de 2008). A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(V) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$143.286 (R\$130.654 em 31 de dezembro de 2008), não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$49.349 (R\$18.382 em 31 de dezembro de 2008). Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(VI) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio com a Prefeitura de Belo Horizonte relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor envolvido na ação é de R\$41.837 (R\$32.793 em 31 de dezembro de 2008). Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(VII) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$94.740 (R\$76.076 em 31 de dezembro de 2008). A Companhia

obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(VIII) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.080.756 (R\$941.020 em 31 de dezembro de 2008). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(IX) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. O montante envolvido é de R\$1.909.535. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessas ações é considerada remota.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$908.691 (R\$525.579 em 31 de dezembro de 2008). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Através de ação popular que questiona o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução aos cofres públicos dos valores pagos aos prestadores de serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R\$1.654.132 (R\$1.441.263, em 31 de dezembro de 2008). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(X) PIS-COFINS

A Light possuía dois processos judiciais discutindo a incidência do PIS e da COFINS, nos moldes preconizados pela Lei nº 9.718/98, a seguir expostos:

No primeiro, foi questionado as alterações impostas pela Lei em referência quanto (i) ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e (ii) à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. No Recurso da Companhia perante o STF foi proferida decisão definitiva, já transitada em julgado, em relação ao alargamento da base de cálculo, dando provimento ao Recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, tendo havido a respectiva reversão da provisão no 2º trimestre de 2008 no montante de R\$108.090, em contrapartida à rubrica “despesa financeira”.

No segundo, a Companhia alega a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados em Carta de Cobrança expedida pela Receita Federal em 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do Fisco Federal dentro do prazo legal. Foi obtida liminar suspendendo a cobrança, mantida pelo Tribunal Regional Federal e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso aos Tribunais Superiores. Quanto ao mérito, aguarda-se julgamento de 1ª instância, com prognóstico de perda possível

segundo os assessores legais da Companhia. A Light optou por incluir este processo no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

(XI) ICMS – Crédito Tributário

A Companhia foi notificada pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais pelo aproveitamento indevido de crédito de ICMS, referente a aquisição de bens do ativo permanente, nos meses de janeiro, março, abril, maio e julho a novembro de 2004. Foi efetuada a impugnação administrativa nos prazos legais e a perda é considerada possível pelos advogados da Companhia. O valor atualizado da matéria é de R\$54.881.

(XII) ICMS – Anulação de Acordo RME

Através de ação Popular que solicita a anulação da operação de aquisição do Grupo Light pela Cemig através da empresa RME, participação acionária dos demais sócios e anulação de todas as transações subseqüentes, sendo o montante envolvido na ação estimado em R\$2.314.806. A empresa acredita ter argumentos de méritos para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ações. A expectativa de perda nessas ações é considerada remota.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

26) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado em 31 de dezembro de 2009 têm valor nominal de R\$5,00 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2009					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	138.175.720	51	-	-	138.175.720	22
Outras Entidades do Estado	36.544	-	6.415.884	2	6.452.428	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	89.383.266	33	-	-	89.383.266	14
Outros -						
No País	30.674.164	11	84.113.055	24	114.787.219	19
No Exterior	12.884.549	5	258.693.710	74	271.578.259	44
Total	271.154.243	100	349.222.649	100	620.376.892	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2008					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	110.540.576	51	-	-	110.540.576	22
Outras Entidades do Estado	29.236	-	4.974.466	2	5.003.702	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	71.506.613	33	-	-	71.506.613	14
Outros -						
No País	21.512.579	10	83.135.407	30	104.647.986	22
No Exterior	13.334.390	6	191.268.246	68	204.602.636	41
Total	216.923.394	100	279.378.119	100	496.301.513	100

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e

a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Aumento do Capital Social em 2009

A Assembléia Geral de Acionistas, ocorrida em 29 de abril de 2009, aprovou o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$2.481.508 para R\$ 3.101.884 com emissão de novas ações no montante de R\$606.454 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$13.922 da Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

Aumento do Capital Social a ser proposto a Assembléia Geral ordinária em abril de 2010

O Conselho de Administração da CEMIG irá propor a Assembléia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através, principalmente, da utilização das Reservas de Lucros, de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo das Reservas de Lucros ao valor do Capital Social da Companhia.

Será proposto à Assembléia Geral a aprovação do aumento do Capital Social da CEMIG de R\$3.101.884 para R\$3.412.073 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$294.941 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$15.248 da Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 10% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2009	2008
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.587.775	2.601.697
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	3.969.099	3.983.021
	Controladora	
	2009	2008
Reservas de Lucros –		
Reserva Estatutária	1.555.503	1.649.241
Reserva de Retenção de Lucros	1.161.439	843.443
Reserva Legal	460.306	367.236
	3.177.248	2.859.920

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(c) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, no montante de R\$930.702, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2009 e 2008 está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2009	2008
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	1.746.113	1.396.891
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	<u>174.611</u>	<u>139.689</u>
Valor do Patrimônio Líquido	10.275.505	9.351.634
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	5.782.027	5.262.164
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	<u>173.461</u>	<u>157.865</u>
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	<u>173.461</u>	<u>157.865</u>
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.861.403	1.887.035
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	<u>930.702</u>	<u>943.518</u>
Dividendos Propostos	<u>930.702</u>	<u>943.518</u>
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	523.911	531.301
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	406.791	412.217
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50	0,57
Dividendo Obrigatório	1,50	1,90
Dividendos Propostos	1,50	1,90

A Companhia utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2009 para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$93.070.

(d) Ajuste acumulado de conversão

Refere-se a diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

(e) Plano de Opção de Compra de Ações da Light e TAESA

LIGHT

A Light mantém um Plano de Incentivo em Opções de Ações cujos os beneficiários elegíveis da Modalidade de Opção de Compra de Ações são os atuais diretores executivos da Light, desde que não sejam indicados pelo Conselho de Administração para participarem do Plano de Incentivo de Longo Prazo na modalidade de “Opções Fantasmas”. O total de opções outorgadas previsto no plano é de 6.917.733, equivalentes a 3,4% do total de ações de emissão da Companhia, sendo o preço de exercício a ser pago pelos titulares de R\$21,49 por opção, deduzido de eventuais valores pagos por ação aos acionistas a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital. Essas opções poderão ser exercidas integralmente, em uma única oportunidade, a partir de 10 de agosto de 2010 e até no máximo 10 de agosto de 2011.

Em 6 de novembro de 2009, os executivos que tinham direito ao referido plano foram convidados para atuar em novas funções na Light S.A. e na Light Serviços de Eletricidade S.A., sendo destituídos de seus cargos. O plano previa no item 10, que em caso de término do contrato de trabalho, antes do término de carência, os beneficiários poderiam exercer um percentual de até

95% das opções que lhes foram outorgadas, dependendo do prazo de término do contrato em relação ao período de *vesting*.

Do total de opções outorgadas (6.917.733 ações) os executivos tiveram direito a 95%, correspondente a 6.571.846 ações.

Em 31 de dezembro de 2009 já haviam sido exercidas 4.846.500 e o restante 1.725.346 foram exercidas até 26 de janeiro de 2010.

Para exercício dessa obrigação decorrente do exercício de opção, pelos executivos, a Light comprou ações no mercado, mantendo-as em tesouraria até a liquidação das obrigações.

TAESA

Em 5 de outubro de 2006, os acionistas aprovaram em Assembléia Geral Extraordinária, a criação do Plano de Outorga de Opção de Subscrição de Certificados de Depósitos de Ações/Units (Plano) da TAESA, com a finalidade de oferecer aos seus administradores e empregados a oportunidade de se tornarem acionistas da TAESA.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2006, foi determinada a participação de 3 diretores da TAESA no Plano, oferecendo-lhes um total de 163.472 units. O volume total oferecido corresponde a 0,08% das ações ordinárias da TAESA na data de constituição e o preço de subscrição foi de R\$21,00 por unit.

Em 30 de junho de 2009, os Administradores da TAESA exerceram suas Opções de Subscrição de Certificados de Depósitos de Ações/Units no valor total de R\$3.132. Como consequência, foram emitidas em benefício dos administradores um total de 149.145 units, compostas de 149.145 ações ordinárias e 298.290 ações preferenciais, no valor total de R\$1.194. Não há mais Opções de Subscrição de Certificados de Depósitos de Ações/Units a serem exercidas pelos Administradores da TAESA. Conforme determinado no CPC 10, a TAESA apurou os valores referentes às despesas representadas pelos benefícios dessas opções outorgadas, utilizando modelos de precificação do valor justo dos instrumentos patrimoniais objeto do Plano. Considerando os valores apurados não representaram montante significativo.

27) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não auditado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R\$	
	2009 (*)	2008 (*)	2009	2008	2009	2008
Residencial	9.290.924	9.024.639	9.744.437	9.010.893	4.498.424	4.284.991
Industrial	86.929	86.653	22.637.786	26.680.999	3.750.127	4.001.877
Comércio, Serviços e Outros	868.058	847.109	6.197.419	5.885.857	2.664.850	2.527.824
Rural	501.212	493.856	2.220.658	2.308.135	556.506	575.763
Poder Público	66.740	64.153	1.070.831	1.030.002	454.644	417.756
Iluminação Pública	3.656	3.410	1.226.347	1.205.469	300.957	295.861
Serviço Público	9.774	9.925	1.338.223	1.339.707	384.172	369.911
Sub-Total	10.827.293	10.529.745	44.435.701	47.461.062	12.609.680	12.473.983
Consumo Próprio	1.151	1.157	51.555	51.835	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda (1)	-	-	-	-	264.734	47.571
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	2.243	4.808
	10.828.444	10.530.902	44.487.256	47.512.897	12.876.657	12.526.362
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	90	83	13.859.700	11.037.166	1.633.647	1.012.176
Transações com energia na CCEE	-	-	2.541.878	1.211.649	137.402	147.295
Vendas no Proinfra	-	-	20.245	-	4.296	-
Efeitos da Revisão Tarifária Definitiva (2)	-	-	-	-	(71.302)	-
Total	10.828.534	10.530.895	60.909.079	59.761.712	14.580.700	13.685.833

- (*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light.
A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.
- (**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.
- (1) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.
 - (2) Valor reconhecido em decorrência da homologação do resultado definitivo da segunda revisão tarifária da Cemig Distribuição, em março de 2009. Vide explicações complementares na nota explicativa 30.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS”, reembolsava, até abril de 2008, as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, ficaram pendentes de recebimento os valores do período de fevereiro de 2007 a novembro de 2007.

A ANEEL incluiu na revisão tarifária de abril de 2008 os valores a serem reembolsados a Companhia pela subvenção aos consumidores de baixa renda a partir dessa data.

28) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	2009	2008
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.230.680	1.432.112
Receita de Uso da Rede Básica	762.361	592.829
Receita de Sistema de Conexão	131.792	125.463
Receita da Parcela de Ajuste – Revisão Tarifária da Transmissão	119.627	-
	2.244.460	2.150.404

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão. De acordo com alguns destes contratos, a receita a ser reembolsada nos últimos quinze anos será 50% menor que nos primeiros quinze anos de concessão. A Companhia reconhece os reembolsos destas concessões conforme o contrato estabelecido.

Em 14 de outubro de 2009 a CVM, mediante decisão de seu Colegiado, determinou que as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica que integram o Grupo TAESA deverão, a partir da primeira divulgação de ITR de 2010, mudar o tratamento contábil a ser adotado na contabilização da receita, linearizando a apropriação da mesma ao longo do período de vigência de seus contratos de concessão com efeitos retroativos em 2009 apenas para fins de comparabilidade, ficando a Taesa dispensada de qualquer refazimento de suas demonstrações contábeis referentes a exercícios anteriores. Em decorrência desta linearização, tanto a TAESA quanto suas concessionárias de transmissão de energia elétrica sofrerão impactos em seus resultados econômicos, podendo, inclusive, encontrar limitações em sua capacidade de distribuição de dividendos.

29) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Fornecimento de Gás	307.220	385.100	-	-
Serviço Taxado	16.917	18.496	-	-
Serviço de Telecomunicações	114.699	94.987	-	-
Prestações de Serviços	94.612	91.416	-	-
Aluguel e Arrendamento	72.018	56.580	347	490
Outras	11.865	5.025	-	-
	617.331	651.604	347	490

30) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Tributos sobre a Receita				
ICMS	3.004.400	3.063.044	-	-
COFINS	1.252.087	1.230.972	-	-
PIS-PASEP	252.714	247.826	2	1
Outros	4.211	3.561	-	1
	4.513.412	4.545.403	2	2
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	190.268	180.499	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	40.627	38.860	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	407.506	390.985	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	492.576	374.133	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	31.209	27.973	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	30.067	27.460	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	16.094	12.209	-	-
Encargos de Capacidade Emergencial	15.649	-	-	-
	1.223.996	1.052.119	-	-
	5.737.408	5.597.522	2	2

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a Parcela A em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

31) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Pessoal (a)	1.296.731	1.105.436	30.215	12.601
Obrigações Pós-Emprego	149.386	264.219	5.669	11.185
Materiais	107.471	104.981	294	243
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	4.070	69.573	-	-
Serviços de Terceiros (b)	821.760	675.820	17.692	18.061
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	3.706.021	2.959.745	-	-
Depreciação e Amortização	735.714	715.045	1.738	350
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	153.771	130.565	-	-
Provisões Operacionais (d)	105.613	205.832	(27.374)	63.109
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	831.477	724.408	-	-
Gás Comprado para Revenda	166.810	228.764	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	323.507	321.315	17.972	12.897
	8.402.331	7.505.703	46.206	118.446

(a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Remunerações e Encargos	1.069.455	1.042.601	14.003	6.204
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	43.894	48.678	2.127	2.057
Benefícios Assistenciais	127.983	125.330	2.982	2.797
	<u>1.241.332</u>	<u>1.216.609</u>	<u>19.112</u>	<u>11.058</u>
Programa Prêmio de Desligamento – PPD	-	50.374	(8)	1.543
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	206.092	-	11.111	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(150.693)	(161.547)	-	-
	<u>55.399</u>	<u>(111.173)</u>	<u>11.103</u>	<u>1.543</u>
	<u>1.296.731</u>	<u>1.105.436</u>	<u>30.215</u>	<u>12.601</u>

Programas de incentivo ao desligamento de empregados

Programa Prêmio Desligamento - PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 679 empregados (143 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 523 da Cemig Distribuição S.A. e 13 da Controladora), sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$50.374 integralmente no resultado de 2008.

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 1.043 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$206.092 no resultado de 2009.

(b) SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	118.509	106.596	-	-
Comunicação	69.406	61.627	1.669	1.735
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	140.733	113.102	23	112
Conservação e Limpeza de Prédios	44.043	37.356	87	20
Mão de Obra Contratada	46.897	35.414	108	874
Fretes e Passagens	11.922	10.855	2.128	1.871
Hospedagem e Alimentação	19.772	19.490	286	298
Vigilância	16.490	14.784	2	-
Consultoria	34.943	22.658	8.190	3.520
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	37.037	28.051	719	9
Manutenção e Conservação de Veículos	22.860	22.200	208	356
Corte e Religação	27.295	22.400	-	-
Outros	231.853	181.287	4.272	9.266
	821.760	675.820	17.692	18.061

(c) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	2009	2008
Energia de Itaipu Binacional	1.099.035	987.128
Energia de curto prazo	351.308	363.817
PROINFA	168.046	122.710
Contratos Iniciais	(3.160)	36.612
Contratos Bilaterais	634.982	453.850
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.531.695	1.042.287
Parcela A	195.734	160.706
Créditos de PASEP-COFINS	(271.619)	(207.365)
	3.706.021	2.959.745

Os valores da Parcela A referem-se a transferência para o resultado dos valores respectivos recebidos na tarifa. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 08.

(d) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Prêmio de Aposentadoria	(2.630)	2.874	(21)	213
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	123.514	115.669	(5.080)	(11.959)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	(796)	4.677	(2.561)	2.656
Provisão (Reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	17.968	6.823	11.874	(551)
Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	5.496	58.619	6.776	48.211
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	(33.291)	19.141	(34.094)	19.284
Provisão para RTE	(18.451)	-	-	-
Outras Provisões (Reversões)	13.803	(1.971)	(4.268)	5.255
	105.613	205.832	(23.374)	63.109

(e) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Arrendamentos e Aluguéis	43.400	40.657	780	578
Propaganda e Publicidade	25.721	32.731	341	655
Consumo Próprio de Energia Elétrica	15.213	15.226	-	-
Subvenções e Doações	42.557	43.264	2.743	960
Taxa de Fiscalização da ANEEL	42.153	41.543	-	-
Concessão Onerosa	11.193	8.564	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	17.531	18.083	134	196
Seguros	6.799	6.237	159	78
Anuidade CCEE	4.751	4.139	4	4
Taxa de Licenciamento – TDRF (*)	27.322	24.117	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	30.558	12.382	9	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	14.576	17.410	739	642
Outras Despesas (Recuperação de Despesa)	41.733	56.962	13.063	9.784
	323.507	321.315	17.972	12.897

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

32) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	272.492	292.745	17.723	8.323
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	169.541	168.774	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	149.272	153.622	-	-
Variação Monetária da CVA	40.368	40.924	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	50.951	113.817	-	4.356
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	1.802	76.618	-	-
Variações Cambiais	115.521	13.039	21	155
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(39.705)	(44.997)	(38.141)	(34.784)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.220	31.250	-	-
Ajuste a Valor Presente	2.100	18.060	-	-
Compensação Financeira – RME	-	82.702	-	82.702
Rendas FIDC	-	-	44.900	25.870
Outras	119.842	147.150	16.964	29.816
	<u>883.404</u>	<u>1.093.704</u>	<u>41.467</u>	<u>116.438</u>
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(799.285)	(851.399)	(8.761)	(10.485)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(15.436)	(8.379)	-	-
Variação Monetária da CVA	-	(28.959)	-	-
Variações Cambiais	(17.961)	(135.342)	(33)	(16)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(9.354)	(91.680)	-	-
C.P.M.F.	-	(4.200)	-	(2.375)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – Atualização	7.660	(25.021)	-	(4.356)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(90.799)	-	-	-
Reversão da Provisão PIS/COFINS sobre a Receita	-	108.090	-	-
Outras	(177.551)	(150.443)	(31.563)	(40.950)
	<u>(1.102.726)</u>	<u>(1.187.333)</u>	<u>(40.357)</u>	<u>(58.182)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(219.322)</u>	<u>(93.629)</u>	<u>1.110</u>	<u>58.256</u>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Foi registrada em 2008 um estorno de despesa financeira no montante de R\$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira.

A Companhia reconheceu um ganho financeiro, no 2º trimestre de 2008, no montante de R\$82.702, referente a uma compensação financeira a ser paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos direitos dos sócios da RME sobre os ativos de geração da Light por um valor previamente acordado. Um dos acionistas da RME realizou o pagamento integral em julho de 2008 sendo que os demais farão o pagamento em um período máximo de 9 anos, com correção pela SELIC mais 1,00% ao ano, utilizando-se de 10,00% dos dividendos a serem pagos pela LIGHT aos acionistas da RME nesse período.

33) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A Companhia e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2009 e 2008 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC, a serem pagas até o mês de maio de 2010. Adicionalmente, no dissídio coletivo em novembro de 2009 e 2008 foi acordado com os sindicatos o pagamento de participação extraordinária a cada empregado.

Juntamente com o acordo de 2009/2008 foi celebrado o acordo 2010/2009 com as seguintes definições:

- Vinculado a cumprimento de metas, a Companhia distribuirá um percentual de 6% do resultado operacional, a ser pago até maio de 2011.
- Melhor opção para o empregado entre 0,7 remuneração ou R\$5.000,00, a ser paga até março de 2010.

Em conformidade com os referidos acordos, a participação no resultado dos exercícios de 2009 e 2008, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R\$238.554 e R\$370.350, respectivamente.

34) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	202.306	682.227	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	21.639	12.117	9.884	9.967	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	917.054	539.042	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	5.715	394	668	36	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	56.345	61.922	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	1.700	1.616	-	-	81.026	69.622	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	207.792	165.307	292.464	281.134	(2.484.252)	(2.575.789)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.823.644	1.800.873	-	-	-	-	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	65.095	79.170	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	60.619	17.200	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	207.382	210.149	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	37.053	32.936	-	-	(4.117)	(3.659)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	951.006	990.280	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	9.731	10.372	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (8)	-	-	81.654	74.969	-	-	(126.758)	(207.876)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (8)	-	-	1.066.686	1.146.791	-	-	-	-
Outros	-	-	33.789	73.133	-	-	-	-
Pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(43.894)	(48.678)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(14.576)	(17.410)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	186.745	153.631	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	7.091	5.356	287	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.
- (2) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 15;
- (4) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate

- após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 22;
- (6) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 15;
 - (7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
 - (8) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 24;
 - (9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 24) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
 - (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores no exercício de 2009 é conforme segue:

Remuneração	1.904
Participação nos Resultados	283
Benefícios Pós Emprego	44
Benefícios Assistenciais	14
Total em 2009	<u>2.245</u>

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 11, 15, 22, 23, 25, 26, 27, 31 e 33.

35) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado pela consultoria externa MCM Consultores Associados. Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2009, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item "b".

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO (nota 22)	Consolidado e Controladora	
	2009	2008
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	229.393	411.479
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)	8.169	(63.198)
	<u>237.562</u>	<u>348.281</u>
Yen		
Empréstimos e Financiamentos	-	100.160
(-) Operações Contratadas de Hedge	-	(100.037)
	<u>-</u>	<u>123</u>
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	18.722	30.006
Outros	3.151	5.229
	<u>21.873</u>	<u>35.235</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>259.435</u>	<u>383.639</u>

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também por meio dos contratos de venda de energia a consumidores livres de longo prazo indexados a variação do dólar norte-americano. Esses contratos representam uma receita anual aproximadamente de US\$120 milhões.

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base na MCM Consultores Associados, estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2010 será de 0,51% (dólar = R\$1,75 e euro = R\$2,52). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Exposição Anual	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	229.393	230.563	288.203	345.844
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	8.169	8.211	10.264	12.317
	<u>237.562</u>	<u>238.774</u>	<u>298.467</u>	<u>358.161</u>
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	18.722	18.818	23.522	28.227
Outras	3.151	3.159	3.949	4.738
Passivo Líquido Exposto	<u>259.435</u>	<u>260.751</u>	<u>325.938</u>	<u>391.126</u>
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		<u>(1.316)</u>	<u>(66.503)</u>	<u>(131.691)</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$49.677, em 31 de dezembro de 2009 (R\$109.272 em 31 de dezembro de 2008).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 5)	4.313.903	1.953.165	634.887	239.545
Ativos Regulatórios (nota 7)	<u>1.227.761</u>	<u>1.642.528</u>	-	-
	<u>5.541.664</u>	<u>3.595.693</u>	<u>634.887</u>	<u>239.545</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 20)	(8.162.927)	(5.122.700)	(78.548)	(80.328)
Passivos Regulatórios (nota 7)	(884.637)	(668.916)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (nota 33)	<u>8.169</u>	<u>(162.235)</u>	-	-
	<u>(9.039.395)</u>	<u>(5.953.851)</u>	<u>(78.548)</u>	<u>(80.328)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(3.497.731)</u>	<u>(2.358.158)</u>	<u>556.339</u>	<u>159.217</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, com base na MCM Consultores Associados, estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2010 será de 11,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da MCM, conforme descrito na Política de Hedge.

	2009		2010	
	Cenário Base SELIC 8,75%	Cenário Provável SELIC 11,25%	Cenário Possível SELIC 14,06%	Cenário Remoto SELIC 16,88%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Ativos				
Aplicações Financeiras	4.313.903	4.799.217	4.920.438	5.041.874
Ativos Regulatórios	1.227.761	1.365.884	1.400.384	1.434.945
	<u>5.541.664</u>	<u>6.165.101</u>	<u>6.320.822</u>	<u>6.476.819</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(8.162.927)	(9.081.256)	(9.310.635)	(9.540.421)
Passivos Regulatórios	(884.637)	(984.159)	(1.009.017)	(1.033.964)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	8.169	9.088	9.318	9.548
	<u>(9.039.395)</u>	<u>(10.056.327)</u>	<u>(10.310.334)</u>	<u>(10.564.837)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(3.497.731)</u>	<u>(3.891.226)</u>	<u>(3.989.512)</u>	<u>(4.088.018)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(393.495)</u>	<u>(491.781)</u>	<u>(590.287)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira onde mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Duas dessas cláusulas restritivas não foram atendidas em 31 de dezembro de 2009 e a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) dos credores (nota 21), de que não irão exigir o vencimento antecipado das obrigações.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam uma perda em 2009 no montante de R\$87.440 e um ganho em 2008 no montante de R\$31.250, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão, Cemig Distribuição e Madeira Energia em 31 de dezembro de 2009.

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado*		Perda não realizada				Efeito Acumulado	
						Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor pago
						2009	2008	2009	2008	2009	2009
US\$ variação cambial + taxa (5,58%a.a. a 7,48%a.a.)	R\$ 100%do CDI+taxa (15% a.a. a 3,01%a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$38.382	US\$52.662	(79.305)	(70.801)	(78.305)	(79.633)	-	(46.653)
R\$ 106,00%do CDI	R\$ ou US\$ 48,00%do CDI ou variação cambial mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	R\$75.000	R\$75.000	86	89	86	89	2.395	(355)
R\$ IGP-M	R\$ 5,86%pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$ 120.000	-	(120.000)	-	(3.149)	-	-	-
						(199.219)	(70.712)	(81.368)	(79.544)	2.395	(47.008)

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de dezembro de 2009, é negativo em R\$722 (positivo em R\$2.771 em 31 de dezembro de 2008).

A contraparte da operação de derivativos da Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão é o banco Santander - ABN e o banco Credit Suisse First Boston respectivamente, e os contratos são de swap cambial.

Análise de sensibilidade

O primeiro instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI no final de 2009 será de 11,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa do CDI de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2009,

cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009 seria de 14,06% e 16,88% respectivamente.

O segundo instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real no final de 2010 será de R\$1,75. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar de 25% e 50% em 2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2010 seria de R\$2,19 e R\$2,63 respectivamente.

	2009	2010		
	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos em US\$	(66.831)	(74.349)	(76.227)	(78.108)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(7.518)	(9.396)	(11.278)
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	83.438	85.545	87.656
Efeito Líquido da Variação do US\$		(8.438)	(10.545)	(12.656)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	75.379	94.224	113.069
Efeito Líquido da Variação do US\$		(379)	(19.224)	(38.069)
Efeito Líquido		(16.335)	(39.165)	(62.003)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

36) – SEGUROS

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
CEMIG, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	25/05/2009 a 29/04/2010	US\$9.732	
Aeronáutico – Aeronaves	Responsabilidade Civil	25/05/2009 a 29/04/2010	US\$24.000	US\$127
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	08/11/2009 a 08/11/2010	730.834	182
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2009 a 05/05/2010	*1.954.333	3.264
Light				
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2009 a 10/08/2010	US\$20.000	US\$81
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2009 a 25/09/2010	20.000	452
Risco Operacional	Total	31/10/2009 a 31/10/2010	** 3.572.187	1.632
TAESA				
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais	Total	19/04/2009 a 19/09/2010	**1.007.207	1.360
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	Responsabilidade Civil	19/04/2009 a 19/09/2010	16.000	198
Veículos	105% a 110% da Tabela Fipe	19/08/2009 a 18/02/2011	-	235
Madeira Energia				
Garantia de obrigações públicas	Responsabilidade Civil	7/03/2008 a 11/10/2016	****650.000	20.227
Risco Operacional de Engenharia – Construção, Instalação e montagem	Total	11/11/2008 a 3/11/2016	-	104.330
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade Civil	6/04/2009 a 06/04/2012	-	2.088
Conselheiros, Diretores e Administradores	Responsabilidade Civil	15/08/2009 a 15/08/2010	-	315

(*) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$186.615;

(**) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$300.000.

(***) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$16.000 mil.

(****) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$650.000 mil.

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

37) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	4.279.693	1.316.993	1.566.306	1.366.438	1.122.930	585.573	1.055.014	11.292.947
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	899.287	842.231	862.667	897.171	924.914	721.574	18.760.934	23.908.778
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	66.931	69.604	71.569	74.115	54.061	47.011	2.148.136	2.531.427
Compra de Energia - Leilão	1.964.019	2.215.465	2.915.810	2.839.548	2.164.928	2.261.944	36.745.773	51.107.487
Outros contratos de compra de energia	561.334	787.553	1.063.658	1.765.463	2.152.869	1.919.096	75.597.796	83.847.769
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	81.655	70.355	66.086	43.094	45.680	48.421	548.225	903.516
Investimentos Regulatórios	630.766	630.766	630.766	157.691	-	-	-	2.049.989
Luz para todos 2	498.856	-	-	-	-	-	-	498.856
Total	8.984.551	5.934.978	7.178.874	7.145.533	6.467.396	5.585.634	134.855.878	176.140.769

38) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO E LIGHT SESA

a) Cemig Distribuição

Revisão Tarifária – valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda revisão tarifária da Companhia representou uma redução média de 19,62% em comparação a redução média aplicada de forma provisória em abril de 2008 no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da revisão tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, no seu julgamento, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no reajuste tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

Os efeitos no resultado são relacionados principalmente à redução no valor da Empresa de Referência utilizada como base para ressarcimento dos custos gerenciáveis da Companhia e também uma revisão pela ANEEL no critério de cálculo do ressarcimento na tarifa dos ativos regulatórios financeiros, o que teve como consequência o desconto de valores, que na visão da Agência reguladora, foram incluídos a maior no reajuste tarifário da Companhia em 2008.

Esses valores, no montante de R\$264.626 (R\$71.302 em dezembro de 2009), registrados no passivo circulante, na rubrica “Passivo Regulatório – Revisão Tarifária”, estão sendo transferidos mensalmente para o resultado, de forma linear, no período de 08 de abril de 2009 a 07 de abril de 2010.

Reajuste Tarifário

Em 07 de abril de 2009, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo, sendo para os consumidores residenciais um percentual de aumento médio de 4,87% e para os consumidores cativos de alta tensão um aumento médio de 9,42%, dessa forma, o impacto médio nas contas de energia elétrica dos consumidores do mercado cativo como um todo foi de 6,21%.

Considerando o mercado total de consumidores da Cemig D, cativos e livres, o percentual de aumento médio para os consumidores de baixa tensão foi de 4,87% e para os consumidores de

alta tensão foi de 4,43%, com isto o impacto médio total nas contas de energia elétrica dos consumidores livres e cativos foi de 4,69%.

b) Light SESA

Revisão Tarifária – valores definitivos

No ano de 2009 foi finalizada a Revisão Tarifária do 2º Ciclo, homologada através da Resolução 891/09, definindo o percentual de Reposicionamento em 2,06%. Dos temas que ainda estavam provisórios, foram estabelecidos os valores definitivos da Empresa de Referência em R\$583.381, o valor da componente Xe em 0,00%, considerando o montante global de investimentos de R\$1.819.805 para o ciclo tarifário. Adicionalmente, foi definida a nova trajetória de perdas não técnicas, que passou a incidir sobre o mercado de Baixa Tensão. Sua referência para o Ano 1 (de novembro de 2008 a outubro de 2009) é de 38,98% e para o Ano 5 (de novembro de 2012 a outubro de 2013) é de 31,82%.

Com a aprovação das alterações acima descritas, houve um aumento da Receita Requerida da LIGHT, de R\$5.203.007 para R\$5.207.727, o que implicou no reconhecimento de um componente financeiro positivo de R\$4.580, incorporado às tarifas da Light no Reajuste Tarifário de novembro de 2009.

Reajuste Tarifário

A ANEEL, em reunião pública ocorrida em 04 de novembro de 2009, aprovou o reajuste médio das tarifas da Light de 5,65% para o período a partir de 07 de novembro de 2009, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras).

O índice de reajuste, válido para as tarifas compreendidas entre o período de 07 de novembro de 2009 até 6 de novembro de 2010, é constituído por dois componentes: o estrutural, de 0,88%; e o financeiro, que é válido pelo período de vigência desta tarifa, de 4,77%.

Reajuste Tarifário Light 2009	
IRT Estrutural	0,88%
Adicionais Financeiros	4,77%
Total	5,65%

Os consumidores finais da Light observaram um aumento médio de suas contas de luz de 3,31%. Isto ocorreu devido à retirada das tarifas dos ajustes financeiros relativos ao período compreendido entre 7 de novembro de 2008 e 06 de novembro de 2009, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, que tinham um efeito positivo de 2,3% na tarifa daquele período.

Com a aplicação da metodologia de Reajuste Tarifário, seus efeitos foram distintos para os consumidores de alta e baixa tensão. A tabela a seguir apresenta o reajuste médio para cada nível de tensão calculado pela – ANEEL.

<u>Nível de Tensão</u>	<u>Reajuste efetivo sobre as tarifas de 2008</u>
Baixa tensão (residencial)	2,80%
A4	3,23%
A3a	3,79%
A2	6,29%
Valor Médio	3,31%

39) – EVENTOS SUBSEQUENTES

40) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	Light	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	Cemig Telecom	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	11.863.049	12.343.888	9.657.143	1.210.811	676.707	808.574	300.023	99.059	85.946	514.841	(8.693.768)	28.866.273
Disponibilidades	656.704	3.043.715	246.201	107.958	29.216	169.369	24.931	18.733	10.834	117.298	-	4.424.959
Contas a Receber	2.235.089	507.191	1.899.407	215.512	22.479	198.987	-	5.887	3.620	18.083	(618.381)	4.487.874
Ativo Regulatório	-	165.307	1.150.096	31.637	-	-	-	-	-	-	-	1.347.040
Outros Ativos	427.435	563.840	1.718.719	253.461	31.200	56.092	50.502	4.750	325	32.869	(136.628)	3.002.565
Investimentos/Imobilizado	8.543.821	8.063.835	4.642.720	602.243	593.812	384.126	224.590	69.689	71.167	346.591	(7.938.759)	15.603.835
PASSIVO	11.863.049	12.343.888	9.657.143	1.210.811	676.707	808.574	300.023	99.059	85.946	514.841	(8.693.768)	28.866.273
Fornecedores e suprimentos	14.275	149.349	610.940	73.527	2.113	42.431	10.265	8.593	7.305	20.573	(83.343)	856.028
Empréstimos, Financiamento e Debêntures	78.548	6.819.294	2.616.419	321.320	299.794	123.052	-	-	-	83.514	951.006	11.292.947
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	953.789	917.054	202.306	56.345	13.771	10.415	-	29.603	22.208	112.590	(1.364.292)	953.789
Obrigações Pós-Emprego	52.226	260.853	835.261	124.647	-	-	-	-	-	-	-	1.272.987
Outros Passivos	488.706	634.439	2.747.093	258.717	48.054	202.550	13.715	15.450	4.009	53.716	(258.380)	4.208.069
Participações minoritárias	-	-	-	-	6.948	-	-	-	-	-	-	6.948
Patrimônio Líquido	10.275.505	3.562.899	2.645.124	376.255	306.027	430.126	276.043	45.413	52.424	244.448	(7.938.759)	10.275.505
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	345	3.529.513	6.384.667	1.367.613	137.974	241.569	96.675	47.671	34.988	193.101	(329.033)	11.705.083
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS												
Pessoal	(30.215)	(308.758)	(859.215)	(62.839)	(4.247)	(16.276)	(8.123)	(956)	(1.169)	(4.933)	-	(1.296.731)
Obrigações Pós-Emprego	(5.669)	(29.332)	(91.757)	(4.550)	-	-	-	-	-	-	-	(131.308)
Materiais	(294)	(16.406)	(80.748)	(6.478)	(473)	(1.249)	(645)	(550)	(177)	(451)	-	(107.471)
Materia Prima	-	(4.070)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.070)
Serviços de Terceiros	(17.692)	(150.843)	(525.473)	(68.526)	(7.298)	(5.382)	(19.704)	(4.579)	(4.119)	(20.412)	2.068	(821.760)
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos	-	(140.318)	(7.687)	-	-	-	-	(1.776)	(1.282)	(2.708)	-	(153.771)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(148.724)	(3.068.091)	(719.147)	-	-	-	(677)	(489)	(3.414)	234.521	(3.706.021)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(274.574)	(531.091)	(102.003)	-	-	-	-	(3.179)	(13.074)	92.444	(831.477)
Depreciação e Amortização	(1.738)	(235.597)	(357.348)	(76.221)	(13.856)	(4.302)	(29.128)	(2.230)	(2.173)	(13.121)	-	(735.714)
Provisões Operacionais	27.374	15.835	(65.604)	(76.511)	-	(1.554)	(431)	(238)	-	(4.484)	-	(105.613)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(166.810)	-	-	-	-	-	(166.810)
Outras Despesas Líquidas	(17.972)	(69.794)	(209.550)	(31.788)	(2.603)	(152)	(5.422)	(709)	(330)	(3.265)	-	(341.585)
	(46.206)	(1.362.381)	(5.796.564)	(1.148.063)	(28.477)	(195.725)	(63.453)	(11.715)	(12.918)	(65.862)	329.033	(8.402.331)
Lucro Operacional antes do Resultado da Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(45.861)	2.167.132	588.103	219.550	109.497	45.844	33.222	35.956	22.070	127.239	-	3.302.752
Resultado Financeiro Líquido	1.110	(235.887)	(693)	(13.116)	(16.482)	7.889	3.063	5.840	4.510	24.444	-	(219.322)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(44.751)	1.931.245	587.410	206.434	93.015	53.733	36.285	41.796	26.580	151.683	-	3.083.430
Imposto de Renda e Contribuição Social	(127.935)	(566.446)	(86.618)	(50.099)	(13.410)	(12.231)	(6.171)	(11.968)	(3.097)	(32.697)	-	(910.672)
Participações Minoritárias	-	-	-	(72.383)	(418)	-	-	-	-	-	-	(72.801)
Participações dos Empregados	(12.823)	(55.332)	(162.566)	(5.127)	-	-	(1.884)	(226)	(106)	(490)	-	(238.554)
Lucro Líquido do Exercício	(185.509)	1.309.467	338.226	78.825	79.187	41.502	28.230	29.602	23.377	118.496	-	1.861.403

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	Cemig Telecom	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	10.894.484	7.673.059	9.610.382	2.350.157	316.226	493.455	283.895	147.163	122.939	737.068	(8.287.360)	24.341.468
Disponibilidade	256.906	862.098	442.421	148.004	15.041	134.707	23.226	55.106	45.565	300.863	-	2.283.937
Contas a Receber	2.247.415	407.919	1.754.468	393.863	10.236	152.739	-	5.309	2.249	33.242	(610.716)	4.396.724
Outros Ativos	524.335	538.412	1.363.624	599.999	12.921	37.633	49.035	15.457	2.523	58.213	(71.486)	3.130.666
Investimentos/Imobilizado	7.865.828	5.845.447	4.366.668	1.088.484	278.028	168.376	211.634	71.291	72.602	344.750	(7.605.158)	12.707.950
PASSIVO	10.894.484	7.673.059	9.610.382	2.350.157	316.226	493.455	283.895	147.163	122.939	737.068	(8.287.360)	24.341.468
Fornecedores e suprimentos	7.134	146.729	608.261	121.554	885	28.016	9.556	6.836	5.806	18.994	(61.873)	891.898
Emprestimo, Financiamento e Debentures	80.327	2.740.911	2.722.668	542.606	168.540	-	-	-	-	99.406	990.280	7.344.738
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	960.129	539.042	682.227	61.922	11.285	12.376	-	19.797	19.499	90.674	(1.436.822)	960.129
Obrigações Pós-Emprego	56.842	278.588	886.330	258.041	-	-	-	-	-	-	-	1.479.801
Outros Passivos	438.418	486.650	2.234.885	737.545	18.926	133.960	9.361	25.150	6.347	52.997	(173.787)	3.970.452
Participações minoritárias	-	-	-	338.483	4.333	-	-	-	-	-	-	342.816
Patrimônio Líquido	9.351.634	3.481.139	2.476.011	290.006	112.257	319.103	264.978	95.380	91.287	474.997	(7.605.158)	9.351.634
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	488	2.947.740	6.146.654	1.351.301	82.750	300.908	82.933	41.536	32.104	175.865	(271.960)	10.890.319
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	(12.601)	(259.834)	(747.884)	(59.238)	(2.225)	(11.185)	(8.639)	(865)	(1.057)	(1.908)	-	(1.105.436)
Obrigações Pós-Emprego	(11.185)	(48.017)	(148.674)	(56.343)	-	-	-	-	-	-	-	(264.219)
Materiais	(243)	(17.072)	(80.409)	(4.266)	(251)	(1.059)	(608)	(642)	(159)	(272)	-	(104.981)
Materia Prima	-	(69.573)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.573)
Serviços de Terceiros	(18.061)	(114.055)	(425.805)	(69.207)	(4.681)	(4.164)	(17.240)	(3.102)	(2.572)	(16.933)	-	(675.820)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(127.069)	-	-	-	-	-	-	(932)	(2.564)	-	(130.565)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(13.167)	(2.416.709)	(674.790)	-	-	-	(47)	(2.871)	(13.992)	161.831	(2.959.745)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(271.878)	(459.254)	(91.004)	-	-	-	-	(3.370)	(9.031)	110.129	(724.408)
Depreciação e Amortização	(350)	(224.166)	(353.842)	(78.340)	(8.792)	(4.026)	(27.346)	(2.882)	(2.173)	(13.128)	-	(715.045)
Provisões Operacionais	(63.109)	(1.105)	(88.512)	(50.288)	-	-	(30)	-	-	(2.788)	-	(205.832)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(228.764)	-	-	-	-	-	(228.764)
Outras Despesas Líquidas	(12.897)	(101.757)	(173.100)	(16.828)	(1.384)	(5.629)	(4.770)	(1.970)	(291)	(2.689)	-	(321.315)
	(118.446)	(1.247.693)	(4.894.189)	(1.100.304)	(17.333)	(254.827)	(58.633)	(9.508)	(13.425)	(63.305)	271.960	(7.505.703)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(117.958)	1.700.047	1.252.465	250.997	65.417	46.081	24.300	32.028	18.679	112.560	-	3.384.616
Resultado Financeiro	58.256	(244.817)	(6.503)	79.996	(22.873)	16.575	5.016	6.168	4.624	9.929	-	(93.629)
Lucro (prejuízo) Operacional	(59.702)	1.455.230	1.245.962	330.993	42.544	62.656	29.316	38.196	23.303	122.489	-	3.290.987
Resultado Não Operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(59.702)	1.455.230	1.245.962	330.993	42.544	62.656	29.316	38.196	23.303	122.489	-	3.290.987
Imposto de Renda e Contribuição Social	(118.643)	(383.181)	(273.521)	(75.383)	(6.088)	(15.507)	(5.380)	(10.921)	(2.674)	(23.034)	-	(914.332)
Participações Minoritárias	-	-	-	(119.211)	(59)	-	-	-	-	-	-	(119.270)
Participações dos Empregados	(10.654)	(86.296)	(263.083)	(7.882)	-	-	(1.309)	(250)	(104)	(772)	-	(370.350)
Lucro Líquido do Exercício	(188.999)	985.753	709.358	128.517	36.397	47.149	22.627	27.025	20.525	98.683	-	1.887.035

41) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição	Gas, Telecom e Outras	Eliminações	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia	-	3.616.052	-	10.992.025	209.212	(236.589)	14.580.700
Receita de uso da Rede	-	113.275	900.505	1323.124	-	(92.444)	2.244.460
Outras Receitas	347	4.104	4.696	115.541	492.643	-	617.331
	347	3.733.431	905.201	12.430.689	701.855	(329.033)	17.442.491
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL							
	(2)	(760.553)	(170.343)	(4.678.410)	(128.100)	-	(5.737.408)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	345	2.972.879	734.858	7.752.280	573.755	(329.033)	11.705.083
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(144.832)	-	(3.787.238)	(8.472)	234.521	(3.706.021)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	-	(273.522)	(124)	(633.094)	(17.181)	92.444	(831.477)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(166.810)	-	(166.810)
	-	(418.355)	(124)	(4.420.332)	(192.462)	326.965	(4.704.308)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal	-	(122.846)	(88.267)	(672.209)	(21502)	-	(904.824)
Entidade de Previdência Privada	-	(12.309)	(8.014)	(70.822)	-	-	(91.145)
Material	-	(10.305)	(5.938)	(80.733)	(3.221)	-	(100.197)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(4.070)	-	-	-	-	(4.070)
Serviços de Terceiros	-	(814.98)	(32.935)	(487.621)	(41.655)	2.068	(641.641)
Depreciação e Amortização	-	(176.286)	(63.473)	(413.848)	(58.625)	-	(712.232)
Provisões	-	9.407	6.036	(43.043)	214	-	(27.386)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	-	(136.330)	-	-	(9.753)	-	(146.083)
Outras	-	1577	3.738	(83.854)	(19.923)	-	(98.462)
	-	(532.660)	(188.853)	(1.852.130)	(154.465)	2.068	(2.726.040)
CUSTO TOTAL	-	(951.015)	(188.977)	(6.272.462)	(346.927)	329.033	(7.430.348)
LUCRO BRUTO	345	2.021.864	545.881	1.479.818	226.827	-	4.274.735
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas Administrativas	(28.234)	(125.492)	(69.065)	(426.484)	(27.634)	-	(676.909)
Despesas com Vendas	-	(4.305)	-	(178.725)	(869)	-	(183.899)
Outras	(17.972)	(22.308)	(3.258)	(66.956)	(681)	-	(111.175)
	(46.206)	(152.105)	(72.323)	(672.164)	(29.184)	-	(971.983)
RESULTADO DO SERVIÇO	(45.861)	1.869.759	473.558	807.653	197.643	-	3.302.752
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.110	(12.950)	(84.890)	(13.809)	(108.782)	-	(219.322)
IMPOSTO DE RENDA	(127.935)	(520.211)	(98.869)	(136.717)	(26.940)	-	(910.672)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	(12.823)	(37.319)	(18.149)	(167.693)	(2.569)	-	(238.554)
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	-	(418)	(72.383)	-	-	(72.801)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(185.509)	1.299.280	271.231	417.051	59.351	-	1.861.403

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição	Outras	Eliminação	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento de Bruto de Energia Elétrica	-	3.239.341	-	10.357.721	250.602	(161.831)	13.685.833
Receita de Uso da Rede	-	111.116	505.983	1.397.103	246.331	(110.129)	2.150.404
Outras Receitas	490	26.295	4.631	247.317	372.871	-	651.604
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(2)	(734.255)	(129.245)	(4.575.575)	(158.445)	-	(5.597.522)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	488	2.642.497	381.369	7.426.566	711.359	(271.960)	10.890.319
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(12.255)	(912)	(3.091.499)	(16.910)	161.831	(2.959.745)
Encargo de Uso do Sist. de Trans. e Distr.	-	(271.761)	(117)	(550.258)	(12.401)	110.129	(724.408)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(228.764)	-	(228.764)
	-	(284.016)	(1.029)	(3.641.757)	(258.075)	271.960	(3.912.917)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal	-	(135.787)	(86.549)	(708.240)	(18.806)	-	(949.382)
Entidade de Previdência Privada	-	(27.246)	(16.013)	(162.336)	(3.790)	-	(209.385)
Material	-	(10.781)	(5.605)	(80.032)	(3.313)	-	(99.731)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(69.573)	-	-	-	-	(69.573)
Serviços de Terceiros	-	(67.150)	(23.796)	(409.294)	(41.406)	-	(541.646)
Depreciação e Amortização	-	(189.156)	(38.851)	(415.602)	(58.121)	-	(701.730)
Provisões	-	(3.083)	2.673	(22.862)	(2.788)	-	(26.060)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	-	(127.069)	-	-	(3.496)	-	(130.565)
Outras	-	(45.477)	(19.466)	(93.982)	(23.234)	-	(182.159)
	-	(675.322)	(187.607)	(1.892.348)	(154.954)	-	(2.910.231)
CUSTO TOTAL	-	(959.338)	(188.636)	(5.534.105)	(413.029)	271.960	(6.823.148)
LUCRO BRUTO	488	1.683.159	192.733	1.892.461	298.330	-	4.067.171
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(1.861)	-	(105.494)	(1.034)	-	(108.389)
Despesas Administrativas	(118.446)	(62.782)	(30.035)	(216.013)	(14.349)	-	(441.625)
Outras	-	(18.304)	(2.339)	(111.680)	(218)	-	(132.541)
	(118.446)	(82.947)	(32.374)	(433.187)	(15.601)	-	(682.555)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	(117.958)	1.600.212	160.359	1.459.274	282.729	-	3.384.616
RECEITA(DESPEAS) FINANCEIRAS	58.256	(277.369)	13.291	87.608	24.585	-	(93.629)
Lucro(prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e Contribuição Social e Participação dos Empregados	(59.702)	1.322.843	173.650	1.546.882	307.314	-	3.290.988
Imposto de Renda e Contribuição Social	(118.643)	(351.116)	(41.515)	(338.469)	(64.589)	-	(914.332)
Participação dos Empregados	(10.654)	(59.868)	(26.840)	(270.040)	(2.948)	-	(370.350)
Participações Minoritárias	-	-	-	(119.211)	(59)	-	(119.270)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DO EXERCÍCIO	(188.999)	911.859	105.295	819.162	239.718	-	1.887.035

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com
Investidores e Controle de
Participações

**Marco Antonio Rodrigues da
Cunha**
Diretor de Gestão Empresarial

**Fernando Henrique Schüffner
Neto**
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

**Márcio Augusto Vasconcellos
Nunes**
Diretor de Gás

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**
Diretor Comercial

José Carlos de Matos
Diretor de Desenvolvimento de
Novos Negócios

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

